

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Seralim Lissa Koga (org.)



REPRESENTAÇÕES

DE GÊNERO E

SEXUALIDADE

Todos os direitos reservados a Serafim Lissa Koga,
à Criautista e a seus respectivos autores.

Ilustração de Capa: Amanda Giulia Sartor

Capa: Ghael Henrique Moura Leite

Projeto Gráfico: Ghael Henrique Moura Leite

Revisão: Isadora Calônico

Editor: Serafim Lissa Koga e Ghael Henrique Moura Leite

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Representações de gênero e sexualidade /
Serafim Lissa Koga (org.). --
Curitiba, PR : Ed. dos Autores, 2025.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-73274-9

1. Diversidade sexual 2. Gênero e sexualidade
3. LGBTQIAPN+ - Siglas 4. Psicologia 5. Relações
afetivas 6. Subjetividade I. Koga, Serafim Lissa.

25-307064.0

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações de gênero : Psicologia social 305.3

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

A grafia desta obra está atualizada segundo o Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil
em 2009

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

*Serafim Lissa Koga
(org.)*

Sumário

Colagens de si: subjetividade e diversidade nas representações de gênero e sexualidade.....	11
Serafim Lissa Koga	
Recortes e construção da capa	27
O corpo, (m)eu.	31
Bernardo de Souza Aristides	
A Psicologia Para Grupos Minorizados.....	37
Índigo Camarão Grott	
Configurações Subjetivas de Identidades nas Diversidades de Sexualidades e de Gêneros.....	47
Norma da Luz Ferrarini	
Victor Hugo Brandão Meireles	
Serafim Lissa Koga	
Amanda Giulia Sartor	
Combatendo o Cistema Suicida: o suicídio como uma tentativa de extermínio da população trans por parte do estado	67
Beti Clarão	
População LGBTQIAPN+ e vulnerabilidades: aproximações teóricas no contexto brasileiro de proteção de direitos humanos	79
Dilermando Aparecido Borges Martins	
A sexualidade no Transtorno do Espectro Autista	93
Larissa Rossato Valle	
Samantha Gadotti Guimarães	
AGORA EU SOU UM MONSTRO! - John Waters, Divine e a poética da sujeira.....	105
Isabelle Berwanger	

Amor que Sangra: Uma Análise Crítica de Love Lies Bleeding	115
Por Laura Lapa da Silva Sofia Rehbein Kuligowski	
Entre o Camp e a Crítica Social: Sexualidade, Gênero e Poder em But I'm a Cheerleader.....	127
Gabriella Busnello	
Modern family: o retrato social do casal gay	139
Saskia Schappel	
Kim Kitsuragi E A Interseccionalidade Do Papel Do Opressor E Do Oprimido.....	149
Miguel Leão Neves	
O filme “Close” (2022) e os impactos da cobrança da masculinidade nas relações afetivas.....	161
Ana Francisca Maia Fernanda Rodrigues Alves Thiago Maia Almeida Jorge	
Sex and the City e a Heteronormatividade Performática....	175
Leonardo Beithum Galdeano Luana Loureiro Horta De Lima Maísa Wentland dos Passos	
Expressão de Gênero na infância e influências na dinâmica familiar: uma análise da obra “Uma criança como Jake”	185
Camila Dani da Silveira Maria Eduarda Gasparin	
Interseccionalidade Entre Psicologia, Sexualidade E Pessoas Com Deficiência No Curta-Metragem “Não Quero Voltar Sozinho”	195
Geovana de Cássia Thomasi Genero Giovana Lais da Silva Lino Julio Cesar Burbela de Alemar	

Qualquer um pode ser uma Princesa? Uma análise de Princess Jellyfish	207
---	------------

Hayssa Yasmin Wieczorkovski Vanes

Vanessa Overcenko Kaminski

Pós-facio e Agradecimentos	219
---	------------

Serafim Lissa Koga



**Colagens de si:
subjetividade e
diversidade nas
representações de
gênero e sexualidade**

Serafim Lissa Koga

Este livro nasce de um lugar particular e, ao mesmo tempo, profundamente coletivo. Não é apenas uma reunião de textos, mas o testemunho vivo de um percurso formativo que transbordou a sala de aula e se inscreveu na experiência, na pesquisa e na criação compartilhada. Originado na disciplina optativa “Subjetividade, Sexualidade e Gêneros” (UFPR, 2024/2), assume a subjetividade à luz de González Rey como processo em construção, atravessado por contradições, resistências e invenções, no qual cada pessoa pode emergir enquanto sujeito.

A representação midiática de gênero e sexualidade não pode ser trabalhada de maneira isolada, fragmentada ou descolada das realidades sociais que a atravessam. Pelo contrário, a mídia, em suas múltiplas formas, apresenta modos como discursos de gênero e sexualidade são construídos, disputados, reiterados ou subvertidos. Estudar a mídia significa, portanto, olhar para um espelho que não apenas reflete, mas também produz subjetividades, reforça ou questiona normas, abre possibilidades de existir, de se expressar, de amar e se relacionar com outros.

A obra é uma coletânea que explora a complexidade da sexualidade e do gênero, utilizando a análise crítica de diversas produções audiovisuais (filmes e séries) como um método pedagógico e analítico central para a abordagem de diferentes temáticas. Os textos apresentados oferecem uma análise multifacetada sobre gênero, sexualidade, identidade e saúde mental, com especial ênfase nas experiências de grupos minorizados e no papel crucial da psicologia e da mídia na perpetuação e no combate a preconceitos sociais.

Seguindo a Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, entendemos que os sujeitos não são receptáculos passivos de normas, sendo imprescindível toda a consideração de produções subjetivas singulares que se constituem entre o social e o individual. A subjetividade, nesse sentido, não é mero reflexo das ordens dominantes, mas um processo em constante construção, atravessado por contradições, resistências e criações inéditas.

Faz-se possível observar como a mídia, as práticas sociais e os discursos normativos não apenas limitam, mas também provocam deslocamentos e como cada indivíduo pode se fazer emergir enquanto sujeito. Os encontros, as análises e as narrativas compartilhadas funcionam como espaços de subjetivação, nos quais estudantes e pessoas autoras assumem-se como sujeitos de si e de sua própria construção. Ao reunir pesquisadoras, convidadas, palestrantes e, sobretudo, estudantes, o percurso abriu terreno para múltiplas vozes emergirem — cada qual com sua trajetória, com seus afetos, com sua forma singular de se implicar nos debates.

Partimos do pressuposto de que o gênero e a sexualidade se relacionam com a produção subjetiva de cada indivíduo, moldada não apenas por sua biologia, mas também por aspectos sociais como raça, escolaridade e religião. Ele discute como ordens dominantes por vezes atuam como discursos hegemônicos que falham em reconhecer a singularidade de cada ser. Contudo, a obra enfatiza que os indivíduos podem questionar e transformar esses discursos e rótulos específicos, promovendo mudanças subjetivas no campo individual e também social. Nesse contexto, salienta-se o papel ético e crítico do psicólogo — e demais atuações profissionais — em abordar e debater temas de sexualidade e gênero de forma aberta, crítica e atualizada.

A disciplina como espaço de colagem

A estrutura da disciplina já antecipava a lógica que guia o livro. Cada encontro foi construído como uma colagem: uma justaposição de teorias, análises, obras midiáticas, debates e relatos pessoais. Essa lógica de colagem, fragmentária e múltipla, inspirou diretamente a construção deste livro. Não se trata somente de uma escolha pedagógica, mas um modo de afirmar que o conhecimento não é linear nem homogêneo. Ele se faz nas fissuras, nos cruzamentos, nas dissonâncias. E é justamente essa ideia que também se faz presente e estrutura este livro: cada capítulo é autônomo, com cada pessoa autora tendo a liberdade de escolha da temática de gênero e/ou sexualidade que desejou trabalhar. Cada voz ressoa em diálogo com outras vozes.

O eixo central da disciplina — e desta obra — foi pensar as representações de gênero e sexualidade na mídia. A escolha não foi casual. A mídia contemporânea, em suas múltiplas linguagens, é uma das arenas privilegiadas para observar como se constroem, se reforçam e se questionam normas sociais. O que aparece (e o que não aparece) nas telas informa os limites do pensável e do dizível em nossa cultura.

Filmes, novelas, séries, músicas, campanhas publicitárias e conteúdos digitais participam ativamente da forma como nos vemos, como entendemos nossos corpos, como nos relacionamos e como projetamos futuros possíveis. Falar de mídia, gênero e sexualidade é falar de poder, de desigualdade, de reconhecimento e também de resistência.

A experiência da disciplina se constituiu como um mosaico: aulas expositivas, textos, slides, debates, rodas de conversa, reflexões escritas, entrevistas e apresentações coletivas. Mais do que somente uma sequência linear de conteúdos seguindo padrões de ensino distantes da realidade atual, trabalhamos em um processo de

colagem, também expresso na arte do livro, em que cada encontro adicionava novas camadas à compreensão coletiva.

Estruturação entre diferentes estilos e perspectivas

Optamos por uma estrutura em que cada capítulo é autônomo e, ao mesmo tempo, dialoga com os demais. Assim como na disciplina, em que cada voz pôde trazer sua singularidade, aqui cada pessoa autora apresenta seu texto a partir de uma posição própria, com liberdade para construir estilo, linguagem e ênfases particulares.

Não se deve esperar aqui uniformidade de estilo, escrita ou conclusões. Pelo contrário, mesmo com as formatações e diagramações necessárias, e as limitações específicas da produção, é possível notar a multiplicidade e diversidade de expressões entre capítulos. Há textos mais acadêmicos, apoiados em extensa revisão bibliográfica; há ensaios com tom pessoal e subjetivo; há análises que dialogam diretamente com o cinema, com a televisão, com a música e com as redes digitais. São textos que carregam marcas de trajetórias diversas: estudantes em início de formação acadêmica; pesquisadoras que já desenvolvem investigações consistentes na área; profissionais convidadas que trouxeram suas práticas e experiências para o diálogo.

Cada capítulo aqui reunido expressa uma forma distinta de olhar para o entrelaçamento entre gênero, sexualidade e mídia. Alguns textos assumem um tom mais analítico, apoiados em referenciais teóricos clássicos ou contemporâneos. Outros se aproximam de uma escrita ensaística, explorando reflexões subjetivas ou relatos de experiência. Há ainda produções que se aproximam da linguagem jornalística ou artística, explorando o potencial criativo da escrita como forma de crítica e intervenção.

Assim como não há uma única forma de viver o gênero ou a sexualidade, não há uma única forma de escrever sobre eles. O livro

reafirma que, mesmo inicialmente pautado na produção acadêmica dentro de uma disciplina da graduação, a troca de conhecimento pode — e deve — ser plural, aberta e criativa.

Uma potência da disciplina foi a articulação viva entre teoria e prática. Ao analisar representações de gênero e sexualidade na mídia, tivemos como horizonte tanto a revisão crítica de diferentes conceitos (subjatividade, performatividade, representação, cisheteronormatividade, interseccionalidade) quanto a aplicação desses conceitos para compreender produtos culturais concretos. Os capítulos mantêm essa postura: não apenas refletem, mas tensionam o mundo, apontando os estereótipos e afirmando a pluralidade das vivências. É preciso reconhecer que falar de gênero e sexualidade na mídia é também falar de poder, de desigualdades, de exclusões e de resistências.

Nada sobre nós, sem nós

Ao longo do percurso, um princípio guiou nossas escolhas: nada sobre nós, sem nós. Falar de gênero e sexualidade não pode ser exercício distante, feito apenas a partir de teorias abstratas. É indispensável reconhecer que cada vivência carrega uma sabedoria insubstituível, e que não há análise possível sem escuta das pessoas que habitam essas realidades. Esse compromisso não é apenas ético, mas também epistemológico: só é possível compreender a complexidade da subjatividade quando se reconhece o lugar do sujeito que vive, que sente e que cria.

A disciplina buscou abrir espaço para vozes diversas, legitimando estudantes como produtores de conhecimento e convidando trajetórias múltiplas para o diálogo. Ao fazê-lo, tornou-se evidente que a teoria não está separada da vida, mas atravessa e é atravessada por ela.

A lógica tradicional de pesquisa e ensino deve ser deslocada, com as devidas considerações de que quem vive sabe — sabe das dores e dos enfrentamentos, mas também das invenções e das resistências que escapam ao olhar de fora. Abrir espaço para essas vozes não significa apenas representá-las, mas reconhecer sua centralidade na produção de sentidos, na crítica das normas e na criação de futuros mais habitáveis. É nesse encontro que o conhecimento se torna mais vivo, mais justo e mais transformador.

Entre construções sociais subjetivas

Gênero e sexualidade podem ser compreendidos através de produções subjetivas, formada não apenas pela biologia, mas por complexos aspectos da vida social como raça, escolaridade e religião. As construções subjetivas frequentemente se baseiam em ordens dominantes, reproduzindo discursos hegemônicos que ditam o que é “normal” ou “patológico”. No entanto, os indivíduos têm a capacidade de questionar esses discursos, transformando suas subjetividades e o espaço social. A psicologia é destacada por seu papel relevante nesse processo, exigindo um compromisso ético e uma reflexão crítica sobre temas de sexualidade e gênero na prática profissional. O apoio psicológico é considerado fundamental para combater a visão limitante da sociedade, facilitar um entendimento inclusivo de gênero e sexualidade e reduzir o sofrimento emocional.

A mídia audiovisual é analisada como um campo de intensa disputa e representação. Certas obras, como aquelas que exploram a transgressão e a performatividade de gênero de figuras como *drag queens*, ou sátiras a terapias de conversão, são elogiadas por desafiar os limites do “bom gosto” e da heteronormatividade, expondo a artificialidade das construções de gênero e os danos psicológicos impostos por tentativas de “correção” da sexualidade. Filmes que abordam intensos relacionamentos sáficos são vistos como importantes para superar estereótipos, mostrando a

complexidade do amor e da busca por identidade em comunidades LGBTQIAPN+, mesmo quando a hipermasculinização se manifesta como mecanismo de defesa. Séries que retratam casais gays podem ilustrar a pressão social para a conformidade com modelos familiares heteronormativos, mas também a lenta e necessária desconstrução de preconceitos.

Em contrapartida, outras produções são criticadas por, apesar de se apresentarem como libertadoras, reforçarem valores conservadores, cisheteronormativos e elitistas, reduzindo personagens LGBTQIAPN+ a estereótipos e promovendo ideais nocivos. A imposição da masculinidade hegemônica é evidenciada em narrativas sobre amizades na pré-adolescência que são desfeitas pela pressão social por conformidade, em que a repressão da expressão emocional e a associação do choro apenas à dor física são consequências trágicas. O silêncio é um elemento poderoso, atuando como vetor de violência e repressão. Filmes que abordam a expressão de gênero não normativa na infância sublinham a importância de um núcleo familiar estruturado e acolhedor para o desenvolvimento saudável, evitando a patologização da identidade e incentivando o apoio psicológico centrado no bem-estar da criança, cuidadores e responsáveis.

Interseccionalidade, saúde mental e dignidade

O conceito de interseccionalidade é central para entender como raça, classe, gênero e sexualidade se entrelaçam, gerando experiências únicas de opressão e privilégio. É demonstrado como um indivíduo pode ser simultaneamente marginalizado (por ser gay e de uma minoria étnica, por exemplo) e ocupar uma posição de autoridade, enfrentando situações de agentes de opressão externas e intrapsíquicas, como a repressão da própria sexualidade para se integrar em uma cultura hipermasculina.

Pesquisas universitárias destacam a necessidade de uma psicologia mais inclusiva, explorando como a cisheteronormatividade e a consubstancialidade de raça, classe social e sexo-gênero impactam as construções subjetivas que se fazem presentes. Esses estudos revelam ambientes acadêmicos “brancos”, “elitistas” e “cisheteronormativos”, mas também a capacidade de agência e resistência dos estudantes, que transformam o sofrimento em militância e posicionamentos sociais ativos, buscando o “aquilombamento” como estratégia de cura e transformação. Ainda assim, a dificuldade em acessar psicoterapeutas sensíveis a essas questões permanece como um grande desafio.

A saúde mental de grupos que se localizam em espaços dissidentes de gênero e sexualidade é profundamente afetada por fatores ligados à violência estrutural e pelo preconceito. A formação em psicologia, muitas vezes centrada em teorias eurocêtricas e ideais distantes da realidade, é criticada por frequentemente negligenciar as interseccionalidades dos pacientes, o que pode resultar em práticas ineficazes ou mesmo violentas. A busca por capacitação complementar e a reflexão sobre os próprios preconceitos são essenciais para os profissionais. A Terapia Afirmativa emerge como uma abordagem possível, focando nos efeitos patológicos do preconceito nos grupos minorizados, e não neles próprios, abordando o estigma internalizado, o estresse de minorias e o processo de “sair do armário” de forma segura e contextualizada, pensando no caso a caso.

A população trans enfrenta taxas alarmantes de ideação e tentativa de suicídio, consequências da transfobia, de múltiplas violências estruturais e da privação de direitos básicos. O chamado “estresse de minoria”, com suas dimensões de preconceito percebido, antecipado e internalizado, é um fator determinante para o sofrimento psíquico. Nesse cenário, oferecer cuidado afirmativo, humanizado e empático não é opcional, um capricho de profissionais específicos: é urgente e

vital para toda a categoria, que possui como função atuar de forma responsável, combatendo a estigmatização.

Nomear importa. Ter uma compreensão básica dos termos que dão sentido a essas experiências — orientação sexual, identidade de gênero, cisgênero, transgênero, travesti, *queer*, intersexo, agênero, assexual, pansexual, não binário, entre tantos outros — é fundamental para respeitar o seu direito ao nome. Reconhecer e utilizar suas terminologias e expressões é reconhecer suas existências, sendo condição para enfrentar vulnerabilidades. As tentativas de negar ou apagar suas existências perpetuam exclusões e impedem o acesso a espaços e acolhimentos dignos.

Apesar da criminalização da homotransfobia, a violência contra essa população é alarmante, com dados indicando um aumento expressivo de casos. Preconceito, estigma e discriminação, enraizados em estruturas de poder, impactam diretamente a saúde, reforçando a urgência de políticas públicas e representatividade efetiva.

Por fim, a percepção do próprio corpo e a formação do eu são processos profundamente subjetivos e complexos. Para quem tem sua identidade deslegitimada, a disforia de gênero causa angústia significativa e exacerba o sofrimento psíquico e sentimentos de inadequação e desconexão com o próprio corpo, limitando a abertura de espaço para exploração e criação. É nesse confronto entre expectativa social e autocompreensão que se faz presente a possibilidade de uma resposta de quebra, visando conexões mais autênticas consigo e com o mundo.

Sobre representatividade

Falar sobre representatividade não é apenas falar sobre aparição em telas, campanhas publicitárias ou narrativas midiáticas. É falar sobre existência socialmente reconhecida, sobre os limites do que é

considerado possível, legítimo e humano. É compreender que aquilo que é visto — e também aquilo que não é visto — participa ativamente da construção de subjetividades, das formas de pertencimento e das oportunidades concretas de vida.

A representatividade de diferentes vivências de gênero e sexualidade assume, portanto, um papel central no modo como cada pessoa se percebe e se situa no mundo. Ao longo da história, vivências dissidentes da cisheteronormatividade foram sistematicamente silenciadas, patologizadas ou reduzidas a estereótipos caricatos. Essa exclusão simbólica não é inofensiva: ela opera como uma das engrenagens mais sofisticadas da marginalização, pois naturaliza a ideia de que só algumas formas de existir são possíveis, aceitáveis ou dignas de reconhecimento público, marginalizando e patologizando tudo aquilo que não cabe em suas caixinhas rígidas e limitantes.

Quando uma criança, adolescente ou pessoa adulta vê alguém parecido consigo em uma novela, em uma música, em uma propaganda ou em um personagem de jogo, há a abertura do reconhecimento. O simples fato de se reconhecer em outra narrativa ajuda a romper com a sensação de isolamento e de anormalidade que tantas vezes acompanha trajetórias dissidentes.

As análises presentes neste livro apresentam as representações midiáticas, em suas diferentes formas, como possível dispositivo de produção subjetiva. Ao exibir ou apagar corpos e identidades, ela constrói possibilidades de existir e de se imaginar. Essa dimensão simbólica da presença não pode ser subestimada. Ser representado não significa apenas ser lembrado; significa poder se ver inscrito na trama coletiva da humanidade, poder afirmar que a própria experiência não é uma aberração ou um desvio, mas uma das muitas formas legítimas de existir.

Uma representação única, cristalizada e estereotipada, pode trazer efeitos tão violentos quanto a ausência. Quando todas as personagens trans são retratadas como vítimas trágicas, quando

todas as personagens gays aparecem como alívio cômico, quando todas as personagens lésbicas são fetichizadas para o olhar masculino, para citar alguns dos exemplos clássicos, reforça-se uma lógica de confinamento.

Representatividade e subjetividade

Do ponto de vista da Psicologia e das ciências humanas, é possível compreender a representatividade como elemento formador da subjetividade. As imagens, discursos e narrativas que circulam no ambiente social participam de um processo coletivo de produção de sentido, orientando o que é visto como normal, aceitável ou desejável. Quando vivências dissidentes são sistematicamente invisibilizadas, produz-se também uma subjetividade marcada pela vergonha, pelo medo e pela sensação de inadequação.

Por outro lado, quando diferentes possibilidades de gênero e sexualidade se tornam visíveis, abrem-se caminhos para subjetividades mais livres, menos atravessadas pela imposição do silêncio. A representatividade, portanto, não é apenas um direito político de reconhecimento coletivo, mas também uma questão de saúde mental, de bem-estar subjetivo e de possibilidade de desenvolvimento pleno.

A representatividade não é um ponto de chegada. Ela é apenas mais uma ferramenta, um recurso, uma possibilidade. Não basta colocar personagens LGBTQIAPN+ em novelas, filmes ou comerciais se essas presenças não forem acompanhadas de transformações estruturais mais amplas. Não se trata de um fim em si mesmo. Representatividade sem mudanças sociais corre o risco de se tornar apenas um verniz progressista, um gesto vazio de marketing, de esvaziamento de sentido.

Mas a ausência de representatividade, por sua vez, é um terreno fértil para a manutenção das violências. É justamente pela disputa

das imagens, dos discursos e das narrativas que conseguimos tensionar o senso comum, desestabilizar preconceitos e construir novas formas de imaginar a vida coletiva. Cada aparição conta, cada visibilidade desloca, cada corpo representado abre espaço para outro corpo existir.

O papel da mídia e da arte

A mídia e a arte têm, nesse processo, uma função crucial. Elas não apenas retratam a realidade: elas a constroem. As novelas que moldaram a visão de família para gerações inteiras; as músicas que criaram hinos de resistência; os filmes que apresentaram futuros possíveis; os quadrinhos que ensinaram valores — tudo isso participa da forma como entendemos o que é ser humano.

É por isso que a disputa pela representatividade não se restringe à política identitária. Ela é também uma disputa sobre como são imaginados mundos possíveis, sobre quais corpos são permitidos e aceitos enquanto protagonistas, sobre quais identidades e formas de afeto são dignas e quais continuam sendo alvos.

Por fim, é importante ressaltar que a representatividade não se limita a “incluir” personagens ou discursos já existentes. Ela exige repensar toda a lógica da produção cultural e acadêmica. Exige abrir espaço para que pessoas de todas as vivências e identificações contem suas próprias histórias, produzam suas próprias narrativas, formulem suas próprias teorias. Exige deslocar o centro da produção de conhecimento e de cultura, permitindo que novas vozes, estilos e perspectivas sejam reconhecidos como legítimos.

A importância da representatividade das diferentes vivências de gênero e sexualidade está justamente nisso: em recusar a ideia de que há apenas uma forma de existir, em desafiar o monopólio da normatividade sobre o imaginário coletivo e em construir, a muitas

mãos, um mundo onde todos, todas e todes possam florescer a si mesmas.

Assim, falar de representações de gênero e sexualidade é também falar de subjetividade: de como cada pessoa, em meio a normas e tensões, pode criar espaços de afirmação de si. Essa criação não deixa de ter seus impactos coletivos, mas se expressa de forma singular em cada sujeito. Aqui, a teoria de González Rey pode ser destacada com a compreensão da subjetividade em produção simbólica e emocional inseparável, atravessada por dimensões sociais, históricas e culturais.

O protagonismo estudantil

Embora este livro conte com contribuições de docentes e palestrantes convidadas, é importante destacar que ele se sustenta principalmente nas produções estudantis. Foram os trabalhos realizados em conjunto ao longo da disciplina que deram corpo ao projeto do livro.

Esse protagonismo estudantil revela o compromisso de uma geração de pesquisadoras em formação com temas que atravessam suas vidas, suas práticas profissionais futuras e seus engajamentos e afetos, carregando frescor, criatividade e coragem intelectual. Revelam uma geração de estudantes que não se limita a repetir conceitos, mas se apropria deles para analisar o mundo que os cerca. A partir da mídia escolhida, cada trabalho encontrou caminhos singulares para discutir sexualidade e gênero: desde análises filmicas até reflexões sobre personagens de jogos, de séries, de propagandas; desde críticas ao reforço de estereótipos até a valorização de narrativas contra-hegemônicas.

Para além da sala de aula

Este livro nasce de uma disciplina universitária, mas não se limita a ela. Ainda que tenha o espaço da academia como ponto de partida, o que se lê aqui ultrapassa muros institucionais e se inscreve em debates mais amplos da sociedade brasileira contemporânea. Ao discutir representações de gênero e sexualidade, os capítulos se conectam a lutas feministas, aos movimentos LGBTQIAPN+ e às reflexões que sustentam essas temáticas.

É, portanto, uma obra que nasce da universidade, mas que fala muito além dela. Testemunha o que acontece quando o espaço acadêmico se abre à diversidade de vozes, à experimentação e à crítica social, transformando-se em território fértil para o encontro entre teoria e experiência, pesquisa e vida.

Se a disciplina foi o início, o livro é um ponto de chegada apenas provisório — porque nada aqui se encerra em si mesmo. Os debates reunidos não são conclusões, mas convites: a novas perguntas, novas investigações, novas produções. Mais que registro, este livro se oferece como abertura, como possibilidade de criação coletiva.

Assim, convidamos quem lê a mergulhar nos capítulos seguintes não em busca de respostas definitivas, mas como quem entra em uma conversa aberta. Uma conversa que começou em sala de aula, mas que se prolonga em cada espaço onde este livro circular, produzindo subjetividades e horizontes compartilhados.

Para ler o livro (e participar internamente também!)

Aqui, mais do que um registro acadêmico, deixamos um convite. Cada capítulo oferece perspectivas que, alinhadas, compõem uma colagem que reafirma uma convicção simples e exigente: conhecimento só floresce quando é compartilhado, sendo plural e atravessado pelas representações das quais faz parte. Entre gênero,

sexualidade e mídia, a riqueza está nas tensões; a potência, nos atravessamentos; a ética, na escuta.

Este capítulo de abertura apresenta o projeto: o que vem a seguir é diverso, múltiplo, aberto. Textos que se complementam, se tensionam e se atravessam oferecem um caleidoscópio de representações, disputas e reinvenções do contemporâneo. Que a leitura seja instigante e transformadora; que provoque perguntas, suscite debates, inspire novas investigações e mobilize práticas afirmativas.

Desejamos que cada leitor e leitora encontre aqui pontos de ressonância, consonância e dissonância para sua própria trajetória — e que desse encontro e desencontro seja destacada a emergência subjetiva: criar-se a si mesmo, produzir sentido, construa-se e desconstrua-se. Que cada fim de capítulo funcione como início de conversa, como gesto de pesquisa em movimento, como abertura para outras escritas e ações, no mesmo sentido ou sentido contrário.

Humilde em sua origem universitária e profissional, ambicioso no horizonte público, este livro quer atravessar muros: circular entre salas, clínicas e coletivos, tornando-se parte de afetos pessoais e de lutas amplas por reconhecimento e dignidade. Um dos princípios que orienta este trabalho é o de que o conhecimento é uma construção coletiva. Quando produzido no encontro de diferentes trajetórias, torna-se mais potente: capaz de questionar, de sustentar e de gerar novas formas de pensar e agir.

Mais do que apenas um convite à leitura — boas construções!

Recortes e construção da capa

Ghael Henrique Leite e Amanda Giulia Sartor

A capa do livro *Representações de Gênero e Sexualidade* foi desenvolvida a partir de uma concepção que articula arte e política, buscando contemplar forma e conteúdo. A escolha pela personificação do livro em um rosto não se limita a uma solução estética, mas remete à dimensão simbólica da identidade enquanto construção social e plural.

Ao observar a face rascunhada de uma pessoa que não representa um indivíduo específico, mas sim a confluência de múltiplas narrativas: ele é composto por traços misturados que remetem a cada capítulo e obra presente no volume, configurando-se como uma espécie de mosaico identitário. Pensando a identidade não como uma essência fixa, mas como uma posição em constante transformação, produzida no interior de representações. A ilustração, portanto, traduz visualmente essa noção de identidade fragmentada e mutável, resultado de uma colagem de experiências, saberes e vivências.

A sensação de recorte ocupa papel central na capa. O rosto é atravessado por pedaços coloridos de uma construção da bandeiras LGBTQIAP+ configurando um *patchwork* visual que remete à diversidade de corpos e existências. O recorte gráfico, aqui, não se limita à técnica de composição; ele se articula como metáfora para os recortes de si, ou seja, as formas pelas quais sujeitos constroem suas identidades a partir de fragmentos de experiências sociais, de pertencimentos e de resistências. Essa relação entre fragmentação se alinha ao pensamento de gênero e sexualidade não constituem identidades unitárias, mas se organizam em práticas performativas, sempre sujeitas a deslocamentos. Assim, o recorte visual materializa a ideia de que não existe um “eu” inteiro e fixo, mas múltiplos fragmentos que se sobrepõem, se contradizem e se (re) articulam continuamente. Ao mesmo tempo, o recorte traz consigo uma conotação estética e mais crua de colagens modernistas e das

experiências visuais brasileiras, trabalhos que exploravam a ruptura da forma rígida e a abertura a processos orgânicos e participativos. A capa, portanto, conecta-se à tradição das criações orgânicas brasileiras do cotidiano, evocando uma visualidade marcada pela improvisação, pelo gesto manual e pela experimentação, em oposição a composições gráficas excessivamente geométricas ou normativas.

Outro aspecto essencial do design é a escolha pela tipografia bold, que aparece no título. Mais do que uma decisão de legibilidade, o negrito carrega uma forte densidade histórica e política. O bold, com sua forma espessa e marcante, remete diretamente à tradição dos cartazes revolucionários e panfletos militantes, que buscavam garantir impacto visual imediato, mesmo em condições precárias de impressão e circulação. Seu peso visual comunica urgência, reivindicação e ruptura, aproximando o livro de um horizonte de luta social. Esse uso também se conecta à tradição das estéticas da resistência. O título em bold, nesse caso, atua como um grito tipográfico que interrompe o fluxo visual, convocando o leitor à atenção.

Outro elemento significativo é o posicionamento inclinado da tipografia e de alguns elementos gráficos da capa. A inclinação rompe com a rigidez da horizontalidade e da ortogonalidade que marcam a tradição editorial clássica, introduzindo um gesto de deslocamento. Essa escolha formal sugere instabilidade, movimento e possibilidade de mudança, reforçando a crítica às normas fixas de gênero e sexualidade. A inclinação como recurso estético aproxima-se das propostas da estética construtivista, em que a obliquidade tipográfica era associada à ideia de dinamismo e de ruptura com a ordem burguesa. Ao transpor esse recurso para um livro sobre representações de gênero e sexualidade, a capa sinaliza a intenção de deslocar o olhar do leitor para novas perspectivas, questionando os padrões estabelecidos.

É importante destacar que o processo de concepção da capa foi fruto de um trabalho coletivo. A elaboração foi realizada por Ghael Henrique Leite em conjunto com a ilustradora Amanda Giulia Sartor, a convite de Serafim Lissa Koga, organizador da obra e que também teve papel importantíssimo para a construção da capa. Esse gesto colaborativo também se alinha às perspectivas dos estudos queer e decoloniais, que valorizam práticas horizontais de criação e a desconstrução da autoria individualizada. A arte aqui não é concebida como mero adorno gráfico, mas como extensão dos debates acadêmicos presentes no livro. Ela atua como espaço de mediação, no qual vida, arte, gênero e sexualidade se cruzam de forma complementar e insurgente, convidando o leitor a experimentar não apenas o conteúdo textual, mas também uma experiência estética de resistência.

O corpo, (m)eu.

Ao escrever este ensaio a mão, sinto o lápis aquecer com meu calor, meus músculos se contraírem e relaxarem. Os breves calos formados pelo escrever me fazem sentir. E nessas construções de pensamentos e percepção do sentir, eu me percebo mais meu.

Bernardo de Souza Aristides

Quando você percebeu que seu corpo era seu ou que você é seu corpo? Você toca ou sente sua pele? Percebe o seu calor, o movimento dos músculos ou suas expressões faciais?

Para Jean Piaget¹, em *A Psicologia da Inteligência*, crianças começam a desenvolver a inteligência sensório-motora entre o nascimento e os dois anos de idade, e é essa inteligência que está na origem do desenvolvimento do *pensamento*. Mais tarde, em *O Nascimento da Inteligência na Criança*, o autor reforça essa ideia, pontuando que a dissociação do eu com o ambiente ocorre quando o pensamento promove ações intencionais (atividades propriamente inteligentes).

Tem-se, portanto, que a percepção do eu no espaço é o precedente, e é fundamental para o desenvolvimento, da formação da consciência do eu.

Desde criança, sempre senti a percepção do meu eu desconectada da percepção do corpo. Elas eram, para mim, coisas distintas. Por muitos anos me vali do meu corpo como se estivesse parado no estágio sensório-motor, reconhecendo meu local no espaço e realizando ações sucessivas de interação com o meio. Meus pensamentos e minha existência, para mim, limitavam-se a algo flutuante e a parte do meu corpo.

1 Jean William Fritz Piaget (1896-1980) foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço. É considerado um dos principais teóricos do desenvolvimento infantil.

Foi apenas durante o ensino médio, durante reuniões do coletivo LGBTQIAP+ da universidade, que comecei a debater gênero e sexualidade. Percebi, naquele momento, que a relação dos demais com seus corpos era diferente da minha. Eu ainda me sentia “desligado”.

Lembro-me nitidamente da primeira vez que senti meu corpo. Estava caminhando sob uma chuva fina, com vento. Eu sentia o frio das gotas contrastando com o calor da minha pele, o vento no meu rosto, as poças d’água molhando os meus pés. Minutos antes, eu havia recebido a minha primeira dose injetável de testosterona. Naquele instante, entendi aquele corpo, aquela ferramenta, pela primeira vez como eu.

Contudo, a experiência do “eu” e do “meu corpo” apresentaram-se como uma faca de dois gumes. Se antes minha percepção do físico era silenciosa, desconexa e me causava apenas certa estranheza, agora ela era barulhenta e me fazia sentir o que eu tentava ignorar: A não conformidade do meu corpo com o que eu desejava dele. A disforia de gênero.

A disforia de gênero é diagnosticada quando uma pessoa com incongruência de gênero (incompatibilidade entre a identidade de gênero de uma pessoa e o gênero esperado com base no sexo ao nascimento), apresenta angústia psicológica significativa ou comprometimento funcional associados à incongruência de gênero (BROWN, 2023).

Ao mesmo tempo que minha transição social avançava, minha disforia crescia junto. Aqui devo salientar que a disforia não apareceu quando decidi transicionar, ela sempre esteve ali. Entretanto, a pressão social que eu sofria para adequar minhas vestes, meus comportamentos e trejeitos (para poder ser reconhecido como eu me reconhecia), me geraram angústia e medo.

Penso que esse incômodo de inadequação não pertence apenas as pessoas trans, é também pertencente a muitas pessoas cis que não se enquadram no padrão normativo da cisgeneridade e se veem encarcerados em corpos que naturalmente não os satisfazem (em relação a expectativa própria) e artificialmente não os satisfazem devido à pressão exercida pela sociedade. Sendo, nesse caso, nomeada de Transtorno Dismórfico Corporal. Segundo Phillips (2023), “no transtorno dismórfico corporal, a preocupação com um ou mais defeitos inexistentes ou sutis da aparência causa forte angústia e/ou prejudica a capacidade funcional”.

Questiono o grau de impacto que a disforia e a dismorfia exercem na formação do eu. Se, para Edmund Husserl², em *Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*, o corpo próprio é experimentado imediatamente como ‘meu’, através do tato, do movimento, da dor etc. Me pergunto por que, mesmo percebendo essas variações, eu não sentia como meu corpo?

Dia a dia, com esses questionamentos, busco deixar de ser apenas um indivíduo-corpo que consome e produz, e passar a ser um indivíduo-vivo que sente e pensa sobre o que sente. Que pensa sobre o que é, como é e como se autoconstruir para ser.

Ao acolher meu próprio corpo, caminho em direção ao confronto entre as expectativas da sociedade e o modo como me compreendo. É uma luta constante pela libertação das amarras, das cobranças e das exigências coletivas. Pois, soterrado pelas cobranças sociais e pelos padrões que elas impõem, sinto que vou perdendo pouco a pouco a conexão com meu corpo. E, como consequência, limitando o desenvolvimento do meu eu.

Revisitar os sentimentos que já tive e relembrar relatos de pessoas próximas me faz pensar que essas experiências levam os — no qual

² Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938) foi um filósofo e matemático alemão fundador da escola de fenomenologia.

eu me incluo — “desajustados” sociais a sentirem mais os seus corpos, a perceberem mais suas ações e reações. E esse exercício do pensar, mesmo que o estopim seja um sentimento ruim de não pertencimento, ainda assim é um ato de pensar e ser.

REFERÊNCIAS

BROWN, G. R. Incongruência de gênero e disforia de gênero. **Manual MSD**. Jun. 2023. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/incongru%C3%Aancia-de-g%C3%Anero-e-disforia-de-g%C3%Anero/incongru%C3%Aancia-de-g%C3%Anero-e-disforia-de-g%C3%Anero>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PHILLIPS, K. A. STEIN, D. J. Transtorno dismórfico corporal. **Manual MSD**. Jul. 2023. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/transtorno-obsessivo-compulsivo-e-transtornos-relacionados/transtorno-dism%C3%B3rfico-corporal>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PIAGET, J. **A psicologia da inteligência**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 1. ed.

Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986. E-book. Tradução de Maria Luísa Lima.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica**. 2. ed. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida, SP:

Ideias & Letras, 2006. (Coleção Subjetividade Contemporânea).

A Psicologia Para Grupos Minorizados

Índigo Camarão Grott

O presente capítulo tem como objetivo utilizar da experiência da autora, bem como suas pesquisas até o momento, a fim de discutir as particularidades da formação de profissionais da Psicologia que buscam se capacitar ao atendimento de grupos minorizados, com ênfase na psicoterapia. Além disso, busca-se evidenciar particularidades da vivência e da saúde mental desses grupos.

A graduação em Psicologia é frequentemente preenchida por teorias psicológicas desenvolvidas fora do Brasil, como a psicanálise, terapia cognitivo-comportamental, psicologia analítica e a análise do comportamento. Embora em diversos contextos se aponte a necessidade de se considerar as interseccionalidades de cada paciente — sua cultura, etnia, gênero e sexualidade —, raramente esses elementos são explorados e, menos ainda, compõem disciplinas obrigatórias para formar os profissionais.

As diferentes teorias da Psicologia e suas aplicações em prol da saúde mental, incluindo aquelas de origem europeia e norte-americana mencionadas anteriormente, podem ser utilizadas no atendimento a grupos minorizados. No entanto, quando desconsideram adaptações necessárias a características específicas desses grupos, não somente podem se tornar ineficazes, mas também violentar aqueles pertencentes a esses grupos.

Diante disso, a formação do profissional para se capacitar ao atendimento de grupos minorizados precisa de buscas para além da graduação. São necessárias pós-graduações e leituras

complementares para compor seu conhecimento técnico em serviço de uma prática ética e adequada. Além disso, o próprio psicólogo deve também investigar em sua própria psicoterapia mitos e pré-conceitos a serem desfeitos em relação aos pacientes que atende.

O conhecimento profissional deve, sempre que possível, compor a forma como os locais e culturas interagem com interseccionalidades de cada paciente. Isso permite um direcionamento para vivências em diferentes ambientes, com possível entretenimento e maiores expectativas de segurança, assim como de representação acerca de sua identidade. Para isso, pode-se recorrer a instituições e organizações que promovem espaços e atividades destinadas a grupos específicos — étnicos, de gênero ou sexualidade —, como grupos terapêuticos, exposições em museus, bares, baladas e outras atividades.

A experiência de pessoas de grupos minorizados é marcada por diferentes formas de violência, perpetradas inclusive por profissionais da saúde, sendo dever de cada profissional compreender como tais violências se manifestam — seja no racismo, na transfobia, homofobia ou em outras formas —, realizando uma comunicação antirracista, não binarista, não violenta e, ao mesmo tempo, assertiva. A atuação de profissionais da saúde mental deve se alinhar à promoção de uma vivência autêntica de cada paciente. Isso implica considerar de que maneira a pessoa elaborou sua própria identidade ao longo da vida qplenitude. Para tanto, é necessário o conhecimento do profissional acerca de elementos culturais e locais que venham a indicar locais seguros ou não a sua busca, reconhecendo violências institucionais e estruturais.

A posição de “profissional da saúde” deve compreender o local de vulnerabilidade daquele que busca o serviço e confia no conhecimento desse trabalhador. Nesse sentido, a atuação na Psicologia deve sempre buscar a empatia e “desierarquização” do serviço, respeitando quem procura essa atuação e humanizando sua

experiência em conjunto com a de cada profissional, especialmente tratando de grupos minorizados e seus pares. A pessoa que sempre saberá mais sobre a própria identidade é o próprio paciente, essa afirmação deve ser feita em prol de lembrar profissionais de sua posição de eternos aprendizes, principalmente como auxiliares na saúde mental de terceiros.

A Psicologia possui em sua composição diversas teorias e terapias que buscam cuidados considerando as especificidades de grupos minorizados, ainda que essas perspectivas não tenham destaque no ensino superior no Brasil. Entre elas, tive a oportunidade de me aprofundar principalmente na Terapia Afirmativa. A seguir, descreverei seus principais fundamentos, com intuito de expor em maior profundidade como se aprofundar nos cuidados da saúde mental dos grupos aqui retratados.

Terapia Afirmativa

A Terapia Afirmativa é uma forma de atuação na Psicologia que impõe uma visão patológica dos efeitos do preconceito em grupos minorizados, não sobre os grupos em si. O termo foi cunhado por Alan Malyon (1982), com Klecius Borges (2009) trazendo o termo para uma primeira obra traduzida no Brasil para o português, tendo sido desenvolvida não para ser uma nova “abordagem” psicológica, como a análise do comportamento ou psicanálise, mas uma maneira de utilizar dessas teorias.

Inicialmente desenvolvida no âmbito da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), a Terapia Afirmativa buscava atender às particularidades de grupos minorizados por sexualidade, posteriormente sendo adaptadas para grupos minorizados por gênero, estando entre tópicos fundamentais de sua constituição estigmas internalizados, estresse de minorias, “outness” e o “sair

do armário” (Barreira *et al.*, 2023; Lawrenz *et al.*, 2023; Ramos *et al.*, 2023).

Elaborando acerca dessas particularidades, Goffman (1988) define estigma como atribuição de características negativas a grupos não dominantes na sociedade. Essas características, quanto internalizadas, passam a ser interpretadas pelo próprio indivíduo como verdades sobre si mesmo, incorporando-se à sua identidade. Esse processo ocorre através de experiências violentas como bullying, vitimização, marginalização, transfobia e racismo (BRASIL, 2022).

O conceito de estresse de minorias refere-se ao acúmulo de estressores presentes naqueles pertencentes a grupos minorizados e estressores exclusivos de grupos minorizados, divididos em quatro categorias: Ocultação da orientação sexual; Internalização de atitudes sociais negativas; Expectativa e Vigilância frente a situações de preconceito, podendo ser reduzidos através de rede de apoio e “estratégias de coping” (Kidd *et al.*, 2023).

A minha elaboração pessoal do tópico “Ocultação da Orientação sexual” é a possibilidade de sua expansão e elaboração acerca de elementos identitários de grupos minorizados para além da sexualidade, podendo abordar elementos de expressão e identidade de gênero, elementos étnicos como crenças, vestimentas e outros materiais o que nos leva a abordar a terceira particularidade da terapia afirmativa.

O “sair do armário” refere-se ao ato de expor a própria identidade e vivê-la autenticamente diante de uma pessoa ou um grupo. Já o conceito de “outness” é o reconhecimento de sua própria identidade, sendo necessário investigar junto a cada paciente a segurança de sua rede de apoio e de diferentes locais para sua “saída de armário” (Barreira; Lira, 2023).

A aplicação da Terapia Afirmativa pode assumir diferentes formas, dependendo de cada caso e da abordagem psicológica que a acompanha. No meu percurso, como uma profissional pós-graduada na Terapia Cognitivo-Comportamental, tenho maior domínio em elaborar as particularidades da aplicação nessa terapia.

A Aplicação da Terapia Afirmativa na Terapia Cognitivo-Comportamental

A descrição de estigmas internalizados se faz semelhante a crenças centrais e podemos interpretar sua manifestação cotidiana através de pensamentos automáticos negativos, também chamados de distorções cognitivas, prejudicando a saúde mental de pacientes. O processo de outness deve considerar a manifestação desses estigmas contra a própria identidade que venha a se perceber. O “sair do armário” deve ser considerado em prol da segurança de paciente, entendendo a necessidade de uma vida autêntica mas reconhecendo possíveis violências advindas de questões como transfobia e racismo, sejam esses individuais, institucionais ou estruturais.

O reconhecimento de sua própria identidade pode gerar muitas vezes mudanças em seus valores pessoais, e será que novos valores sempre condizem com aqueles de uma rede de apoio formada anterior a eles? Esse questionamento me leva a acreditar como o processo de autoconhecimento é , ao mesmo tempo, necessário, frutífero e conflituoso, pois pode gerar novas redes de apoio e descontinuar aquelas que não são mais adequadas. Tal dinâmica se evidencia, por exemplo, ao se deparar com manifestações de violências contra diferentes grupos étnicos, culturais, de gênero ou com outras formações, considerados dignos de apoio pelo paciente e de sua identidade.

As manifestações do estresse de minorias assumem múltiplas formas, entre elas o constante desgaste de manter a vigilância em situações de preconceito, prejudicando inclusive seu descanso e entretenimento. Outro exemplo é no esconder a própria identidade, indo contra uma vivência autêntica, podendo resultar em não viver com plenitude seus valores, não se expressar/comunicar da maneira que deseja, ser incapacidade de utilizar as roupas e habitar os locais que deseja.

O paciente não deve ter suas experiências invalidadas, colocando a terapia ou a teoria acima do próprio paciente e da realidade. Para exemplificar: um paciente de etnia negra que relata ser seguido por seguranças em um shopping ou uma paciente travesti que afirma ser alvo de risadas na rua devem ser questionados sobre possíveis distorções cognitivas, como generalização ou leitura mental? Não. Devemos admitir que esses padrões de violência estão presentes na sociedade, acolher cada paciente e promover sua saúde mental de diferentes formas, entre elas reconhecendo características de pessoas e locais que promovam sua segurança.

O considerar de representações referentes a sua identidade na história de vida de cada paciente pode incluir quais pessoas com as características identitárias buscadas exerceram papéis de destaque em sua vida. Isso pode ocorrer em diferentes âmbitos, seja em contexto escolar (colegas de sala, amizades, professores, diretores), no contexto laboral (chefes e colegas de trabalho, familiares) e pessoas da indústria do entretenimento (atores e músicos) e muitos outros formatos.

Minha escrita ressaltou o uso da Terapia Afirmativa para diferentes grupos minorizados em geral, ainda que seu enfoque seja direcionado a minorias de gênero e sexualidade. Tal escolha se deve ao reconhecimento de suas similaridades a outros formatos da Psicologia, como a Psicologia Crítica, a Psicologia Decolonial e a Psicologia Afrocentrada.

As seguintes obras possuem minha indicação para aprofundamento acerca de grupos minorizados e a Psicologia: Terapia Cognitivo-Comportamental Para a População Negra (contribuições para a prática clínica sensível às questões étnico raciais); Manual de Terapia Afirmativa (Um guia à psicoterapia com pessoas LGBTQ+); Terapia Afirmativa (uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais) e Saúde LGBTQIA+ (Práticas de cuidados transdisciplinares).

Índigo Camarão Grott

Autista, TDAH, Bissexual, Travesti, Pessoa não binária e Amapaense Psicóloga (CRP08/39852), especialista em Sexologia Aplicada pelo InPaSex, pós-graduada em Terapia Cognitivo Comportamental pela PUCPR e em capacitação para clínica racializada. Realizando atendimentos na clínica particular e no Grupo Dignidade.

REFERÊNCIAS:

MALYON, A. K. Psychotherapeutic implications of internalized homophobia in gay men. **Journal of Homosexuality**, v. 7, n. 2-3, p. 59-69, 1982.

BARREIRA. M. M. L, LIRA. A. N. Manejo clínico do outness e do coming out e suas repercussões clínicas. In: RAMOS. M. M. **Manual de Terapia Afirmativa: Um Guia para a psicoterapia com pessoas LGBTQ+**. Aracaju: Afirmativa, 2023. p.87.

LAWRENZ. P. O manejo do estresse de minoria e suas repercussões e suas repercussões na psicoterapia afirmativa. In: RAMOS. M. M. **Manual de Terapia Afirmativa: Um Guia para a psicoterapia com pessoas LGBTQ+**. Aracaju: Afirmativa, 2023. p. 53.

RAMOS. M. M. *et al.* Manejo do estigma internalizado na clínica afirmativa. In: RAMOS. M. M. **Manual de Terapia Afirmativa: Um Guia para a psicoterapia com pessoas LGBTQ+**. Aracaju: Afirmativa, 2023. p. 65-67.

RAMOS. M. M, Terapia Afirmativa: Psicoterapia com pessoas LGBTQ+. In: RAMOS. M.M. **Manual de Terapia Afirmativa: Um Guia para a psicoterapia com pessoas LGBTQ+**. Aracaju: Afirmativa, 2023. p. 19.

BORGES. K. **Terapia Afirmativa**: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais. São Paulo: edições GLS, 2009. (Capítulo 2, p. 21).

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Vitimização**. CNMP, 2022. Disponível em: cnmp.mp.br/defesadasvitas/vitimas/vitimizacao. Acesso em: 1º jul. 2025.

KIDD, J. D. *et al.* A qualitative study of alcohol use disorder psychotherapies for transgender and nonbinary individuals: opportunities for cultural adaptation. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 248, p. 109, 2023.

Configurações Subjetivas de Identidades nas Diversidades de Sexualidades e de Gêneros

Norma da Luz Ferrarini
Victor Hugo Brandão Meireles
Serafim Lissa Koga
Amanda Giulia Sartor

Este texto apresenta resultados de pesquisas de mestrado (Meireles, 2020; Sartor, 2022; Koga, 2025) e de doutorado (Meireles, 2025), fundamentadas na perspectiva cultural histórica da Teoria da Subjetividade, Epistemologia Qualitativa e Metodologia Construtivo-interpretativa de Fernando González Rey, sobre vivências e significações de sexualidade e de gênero no processo histórico e dialético de configurações subjetivas da identidade de pessoas LGBTQIA+, ou seja, configurações subjetivas da identidade nas diversidades de sexualidades e de gêneros (Ferrarini, 2024; Ferrarini; Meireles; Sartor, 2023). Tem-se como pedra angular o caráter gerador, criativo e subversivo da subjetividade, conforme a abordagem adotada, por sua irredutibilidade a fórmulas universais e hegemônicas e por configurar o germe da resistência, da mudança e o exercício da crítica como espaço do desenvolvimento (González Rey, 2004).

Teoria da Subjetividade: Subjetividade e Identidade

González Rey (2005a), compreende identidade como configurações subjetivas: “A identidade passa pela construção reflexiva do sujeito em espaços que têm sentido para ele. Portanto, é uma categoria necessariamente associada com o campo e os contextos de ação do sujeito, assim como sua capacidade de subjetivação.” (González Rey, 2004, p. 158-159). Identidade é “um sistema de sentidos que se articula a partir das configurações subjetivas historicamente constituídas na história de um sujeito

concreto e nas condições concretas dentro das quais ele atua neste momento” (González Rey, 2005a, p. 263).

Não há como desatrelar o conceito de identidade das categorias de sujeito e de subjetividade individual e subjetividade social. “O sujeito (...) só tem razão de ser como momento de tensão, ruptura e mudança” (González Rey, 2005a, p. 230). Ainda segundo o autor, identidade é um processo e um espaço específico de produção de sentidos subjetivos e de organização da subjetividade individual na relação dialética com subjetividades sociais de espaços pelos quais a pessoa transita.

Os sentidos subjetivos têm um valor heurístico. São a unidade simbólico-emocional da subjetividade e geram “inteligibilidade para diferentes formas de singularização de processos sociais, como a própria questão de gênero” (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017, p. 81). Os sentidos subjetivos não representam propriedades universais inerentes aos indivíduos, mas emergem no processo de sua configuração subjetiva. Nas palavras dos autores, “cada indivíduo concreto expressa processos da sociedade em que vive por meio de seus próprios sentidos subjetivos gerados pela configuração subjetiva individual de suas experiências de vida”. E mais além: “Esses múltiplos processos possíveis geram em cada indivíduo uma complexa trama de sentidos subjetivos que, em sua diversidade, expressam a subjetividade social dominante” (p. 83).

A subjetividade social configura-se subjetivamente “em cada espaço social concreto, em seus processos constituintes e nos indivíduos que interatuam nesses espaços” (p. 83). Tem expressão nas relações de poder, nas formas de organização social, nas configurações de grupos, instituições e em diversos espaços sociais. Manifesta-se por ideologias, representações sociais, mitos, crenças, códigos emocionais, morais e jurídicos, discursos, comportamentos institucionalizados etc. (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017).

O estudo da subjetividade individual e o estudo da subjetividade social se intercambiam (González Rey, 2022).

Identidade, como configurações subjetivas singulares, é gerada no percurso das ações e vivências historicamente experienciadas em diferentes espaços sociais nas condições concretas de vida da pessoa. Importante enfatizar que nessa concepção vivência se produz, não se internaliza (González Rey, 2013). A identidade aparece de formas diversas em situações, contextos e momentos diferenciados. Trata-se de um dos processos de produção de sentidos subjetivos que mobilizam a produção emocional e simbólica integrando-se à “complexidade de elementos psicológicos de nossa identidade” (González Rey, 2005b, p. 27) frente à delimitação social de ações e relações. E, recursivamente, a produção de sentidos é condição da identidade (González Rey, 2005b).

González Rey (2004) dessubstancializa a noção de identidade e supera a representação clássica de identidade como uma entidade, como instância intrapsíquica, fixa, estática, definitiva, imutável, permanente. Tampouco reduz identidade à dicotomia da igualdade *versus* diferença e da permanência *versus* mudança.

Sobre sexualidade, González Rey (1995) aponta a importância de compreendê-la de forma não linear e causal, considerando os múltiplos determinantes, as combinações diversas entre o racional e o irracional, com destaque significativo para as emoções, que vêm a configurar o que ele denominou “significação afetiva da sexualidade”. No decorrer de suas obras, o autor apresenta conceituações como “desenvolvimento sexual”, “formas diversas de sexualidade”, “identificação do pertencimento sexual”, “formação e desenvolvimento da identidade sexual”, “configuração personalizada da sexualidade”, “conformação da subjetividade”, “sentido subjetivo da sexualidade”, “configuração subjetiva da sexualidade”, “organização social da sexualidade”.

Sexualidade, para González Rey e Albertina Mitjáns Martínez (2017), refere-se a uma configuração complexa, dinâmica, contraditória, singular, constituída na dialética individual e social com períodos de profundas transformações qualitativas na subjetividade, processo específico do desenvolvimento humano nas condições de cultura. O autor e a autora valorizam o singular, a subjetividade, a capacidade psíquica geradora de produção de sentidos subjetivos e de configurações subjetivas frente a vivências e significados diversos de sexualidade e de gênero com desdobramentos não preditivos. O social e o biológico não são excluídos, mas se integram como momentos de um novo sistema qualitativo. O social e o psicológico não são externos um em relação ao outro. O social é o resultado dos recursos artificiais criados pelo ser humano na cultura, sobre os quais se organizam os desdobramentos subjetivos essenciais para o movimento da realidade humana (González Rey, 2013).

Essas concepções são prósperos caminhos para se compreender sexualidade e gênero não como resultante do interno, do instinto, do biológico, do hereditário, do corpo anatômico e fisiológico; tampouco como um determinismo do externo, do regramento social, cultural, moral ou de efeitos discursivos. A motivação sexual configura-se por “sentidos associados à moral, ao corpo, ao gênero, aos padrões emocionais de relação etc. onde todos se integram e definem o sentido subjetivo da sexualidade para um sujeito concreto” (González Rey, 2005a, p. 247). A configuração subjetiva do corpo pode estar associada à configuração subjetiva da sexualidade e ambas se modificam nas vivências e relações sociais da pessoa. Segundo o autor, a homossexualidade, por exemplo, é um processo de construção da identidade sexual e de configuração de sua identidade. É um modo de vida e assumi-la exige um elevado desenvolvimento pessoal, no aspecto moral, na esfera cultural e no sentido subjetivo, como uma via de enfrentamento das exigências sociais (González Rey, 1995).

Jorge Eduardo Moncayo Quevedo (2017, p. 25), com base na Teoria da Subjetividade, afirma “a sexualidade é uma produção subjetiva resultante da síntese contínua entre o pessoal e o social”. Devido a um efeito neutralizador da sexualidade quando vista de forma naturalmente dada, oculta-se sua historicidade, perde-se de vista sua variabilidade cultural e sua dimensão política e subjetiva, bem como sua multiplicidade de manifestações e expressões (Moncayo Quevedo, 2017). O autor acentua que há necessidade de se considerar a sexualidade em suas diversas expressões para além da compreensão da diferença sexual baseada na binariedade — dualidade do sexo e binariedade do gênero, que responde à heterossexualidade hegemônica — e compreendê-la na sua diversidade, para além do biológico, para além da moralidade, para além do pré-conceito.

Compreender sexualidade como produção subjetiva significa considerar: a multiplicidade de caminhos possíveis no desenvolvimento da pessoa; o processo dinâmico e complexo em que o sujeito desempenha um papel imprescindível na sua definição qualitativa e em sua constituição singular, que vai adiante das representações sociais, dos discursos e da normatividade vigente; a centralidade das emoções na configuração da sexualidade porque esta não pode ser reduzida somente ao simbólico, ao discurso, à cultura, mas deve considerar a unidade simbólico-emocional da subjetividade (Moncayo Quevedo, 2017).

Para González Rey (2004; 2005a), a identidade como configurações subjetivas — no caso, da sexualidade e do gênero, — ocorre na complexidade, na diversidade, na processualidade de mudanças e de desenvolvimento subjetivos de forma intrínseca às ações e relações da pessoa em seus diferentes momentos, em variados espaços sociais e frente a normativas e impositivos culturais e sociais. No percurso irregular, imprevisível e contraditório das existências, das vidas humanas e do desenvolvimento da pessoa diante de

tantas mudanças e transformações, a identidade apresenta-se como o sentido de reconhecimento, de familiaridade, de pertencimento, de permanência, de congruência, de uma experiência própria que lhe pertence. A pessoa reconhece-se diante de novas condições e espaços de vida, sem estranheza e sem perder a congruência com sua história de vida, devido a sua capacidade de subjetivação.

Nesse mesmo sentido, compreendemos identidade consubstancializada pelas categorias identitárias cultural, social e historicamente construídas de sexo, sexualidade, gênero, além, obviamente, de outros clássicos marcadores identitários como classe, raça, etnia, geração, nacionalidade, entre outros. As mesmas podem ser analisadas como expressões e configurações da subjetividade social na relação dialética com a subjetividade individual, ao se destacar a capacidade geradora da psique e o sujeito reflexivo na produção de sentidos subjetivos e configurações subjetivas como “importante recurso de tensão, ruptura e resistência diante dos sistemas sociais normativos” (González Rey; Mitjáns Martínez, 2017, p. 33). Ou seja, identidade na concepção aqui apresentada, deve superar ideias causais e dicotômicas de uma essência a priori da sexualidade-sexo-gênero, de explicações causais e lineares do biológico e do social, de um resultado do interno — instinto, biológico — ou do externo — cultura, discursos, normativas, valores, ideologias —, mas compreendida na síntese contínua e, assim oferecer uma possibilidade de explicar o fenômeno das identidades nas diversidades de sexualidades e de gêneros como configurações subjetivas.

Subjetividade, Identidade, Sexualidades e Gêneros

Victor Hugo Brandão Meireles produz a dissertação de mestrado “Heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades de jovens universitários cis-gays sob a perspectiva da teoria da subjetividade” (Meireles, 2020) e a tese de doutorado “Ninguém

quer lutar o tempo inteiro, ninguém quer chorar o tempo todo”: aquilombamento de relações sociais subjetivadas por estudantes de psicologia na consubstancialidade raça, classe social e sexo-gênero” (Mireles, 2025), sob a perspectiva da psicologia cultural-histórica trabalhada por diferentes autores e da Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey. Em ambas, como instrumentos de pesquisa, realizou encontros individuais e um encontro coletivo, utilizando dinâmicas conversacionais e a produção de desenhos.

A pesquisa de mestrado contou com a participação de cinco jovens universitários cisgêneros gays (seis ao longo dos encontros) de diferentes cursos de uma universidade pública. Foram realizados quatro encontros, denominados “espaços conversacionais”, com temas escolhidos pelos próprios participantes, entre eles “identidade: estereótipos e regras sociais” e “sair do armário: estigmas e vivências”. Os instrumentos de pesquisa incluíram a dinâmica conversacional como principal recurso, a narrativa (com a pergunta “quem é você?”) e o desenho como indutor não escrito. Os resultados demonstraram que a heteronormatividade tem implicações nas subjetividades dos jovens cisgêneros gays por meio de práticas e discursos discriminatórios presentes nas subjetividades sociais. A pesquisa produziu zonas de inteligibilidade sobre a heteronormatividade, estigmatização, discriminação, o processo de “sair do armário” e a identidade gay. O processo de “sair do armário” foi compreendido como singular e social, e a universidade pública, embora reproduza contradições sociais, foi apontada como um espaço capaz de promover avanços para superar práticas discriminatórias. Notou-se uma maior facilidade dos participantes em conversar com suas mães do que com seus pais sobre sexualidade, atribuído à divisão sexual do trabalho e à dominação masculina. A teoria da subjetividade foi considerada essencial para explicar as vivências complexas dos participantes e a implicação da heteronormatividade em suas subjetividades. A sexualidade foi conceituada como uma produção subjetiva, construída social e

subjetivamente. Esta pesquisa, contudo, explicitou a limitação de não incluir raça, etnia e classe social.

A pesquisa de doutorado abordou como tema central a consubstancialidade de raça, classe social e sexo-gênero expressas nas configurações subjetivas de estudantes negros e negras LGBT+ de Psicologia de uma universidade pública do Sul do Brasil e contou com a participação de três estudantes que se autodeclararam negros(as) e LGBT+s. A tese propôs e desenvolveu o conceito de “relações sociais subjetivadas” para compreender como a consubstancialidade raça, classe social e sexo-gênero se configura subjetivamente nos três participantes. Os resultados evidenciaram que o conceito de “relações sociais subjetivadas” foi uma ferramenta analítica central para compreender como os sistemas de poder (raça, classe social e sexo-gênero) se entrelaçam e constituem as subjetividades individuais e sociais dos participantes. A pesquisa revelou que o curso de Psicologia analisado é um cenário “branco”, “elitista” e “cisheteronormativo”, o que indica resistências a um processo decolonial. Apesar das opressões, os participantes demonstraram agência e resistência. A subjetividade, com seu caráter gerador, produziu alternativas e subversões das normas, transformando sofrimento em militância, buscando desalienação e autolegitimação. O estudo valorizou a potência da subjetividade como agente de mudança, expressa em atos de “aquilombamento” (coletividade e resistência), que buscam transformar a realidade e forjar uma Psicologia mais inclusiva. Além disso, as experiências em terapia revelaram dificuldades em encontrar terapeutas que lidassem sensivelmente com questões de raça, gênero e sexualidade. O conceito de “relações sociais subjetivadas” na articulação da Teoria da Subjetividade e a Consustancialidade, mostrou que raça, classe social e sexo-gênero não são fenômenos “externos”, mas se entrelaçam subjetivamente e constituem a psique. O curso de Psicologia foi identificado como um cenário onde as relações sociais subjetivadas se manifestam fortemente, expondo a resistência do

sistema à decolonialidade. As subjetividades dos participantes, mesmo diante das opressões, produziram resistência e redefinição do conhecimento, impulsionando a militância e a redefinição do conhecimento. A interação entre “relações sociais subjetivadas” e “aquilombamento” demonstrou um ciclo dialético de opressão, sofrimento, resistência e cura, onde a ação coletiva é a força motriz para a transformação. As limitações incluíram fatores externos que impactaram o objetivo inicial de investigar a subjetividade social e problemas de saúde do pesquisador que limitaram o tempo dedicado à construção do cenário social.

Enquanto a pesquisa de mestrado destacou a universidade pública como um espaço contraditório que, apesar de reproduzir normas sociais, pode promover avanços na superação de práticas discriminatórias, a tese de doutorado aprofundou essa crítica com a participação de estudantes unicamente do curso de Psicologia, o qual como afirmado acima, revela-se como um cenário “branco”, “elitista” e “cisheteronormativo”. No curso de Psicologia evidenciou-se agência e resistência dos participantes, que transformam sofrimento em militância e buscam o “aquilombamento” como estratégia de cura e transformação da realidade e da própria ciência psicológica. Essa trajetória demonstra um compromisso crescente com a compreensão das opressões sistêmicas e a busca por uma Psicologia mais inclusiva e comprometida com a realidade social brasileira.

“‘Somos viantes, construímos vias’: não binariedade, configurações subjetivas e identidade”, título da Dissertação de Mestrado em Psicologia de Amanda Giulia Sartor (2022), teve por objetivo compreender as configurações subjetivas da não binariedade de pessoas que se autoidentificam como não binárias. Participaram desta pesquisa cinco pessoas que se autoidentificam como não binárias e participam de um coletivo artístico trans. Foram realizadas duas dinâmicas conversacionais individuais e

uma dinâmica conversacional em grupo. A pesquisa não se propôs a esgotar definições sobre não binariedade, mas sim compreender, a partir das vivências e produções subjetivas de pessoas que se autoidentificam como não binárias, como uma possível forma de demarcar o espaço que ocupam e como se sentem perante as normativas sociais relativas a gênero. Ainda, por meio do contato com essas diferentes realidades, foram oferecidas e produzidas reflexões fundamentais para refletir e rever categorias e conceitos – tanto científicos quanto de senso comum – a respeito de sexualidade e gênero, mas também de identidade, identidade de gênero e sobre a própria categoria de subjetividade.

Diante de padrões de gênero, expressam-se sentidos subjetivos simbólico-emocionais de sofrimento, dor, cansaço, exaustão, desânimo, insatisfação, incômodo, desrespeito, reclusão, solidão, configuradas nas vias da exclusão, da discriminação-estigmatização-preconceito-não aceitação e da violência. Atentam para uma dimensão qualitativa para além da padronização binária cisheteronormativa.

Foi possível ampliar compreensões sobre não binariedade, juntamente às vivências não binárias apresentadas. Algumas vias nas diferentes experiências de vida não binárias são compartilhadas: o não lugar; a nomeação – não binária ou outra – como identidade e lugar político; a língua e a linguagem com possibilidades de experimentação – linguagem neutra, poesia, literatura, arte, corporeidade –, como escoamento de sofrimentos e angústias e como potente via de conexões e contatos; processos de transição de gênero que transcendem uma ideia de ponto de partida e chegada, mas dizem respeito a um processo contraditório, entre emoções e tensionamentos diversos, para além de nomenclaturas biomédicas e patologizações. É proposta, portanto, uma concepção de metamorfoses de gênero, que transcende a simples mudança de forma ou de essência. Esta metamorfose de gênero se expressa de

forma singular nas pessoas participantes. Nos posicionamentos de gênero enquanto uma identidade que lhes localiza. Metamorfose como movimento cuidadoso de identidade. Metamorfose como alquimia de si, como criação, estudo e aprofundamento das possibilidades de vivenciar gênero, para além de algo categórico, socialmente determinado ou construído e constituído. Metamorfose pela comunicação, espontaneidade e acolhimento às diferenças. Metamorfose produzindo vias, sendo “viantes” em busca de um mundo possível e plural em suas mais diversas singularidades. O que une a diversidade também é a própria diferença. Faz-se referência à fluidez de gênero, à transição de gênero contínua, à construção contínua de identidade de gênero, à impermanência do gênero.

Destacou-se a categoria da identidade como configuração subjetiva, identidade como processo de produção de sentido subjetivo para além de marcas identitárias dicotômicas de igualdade-diferença, permanência-mudança, metafísica determinista, como central para abrir vias de inteligibilidade sobre a não binariedade e demais gênero dissidências. Apesar de serem cinco pessoas participantes, apresentam-se pontos de convergência de suas configurações subjetivas, de suas identidades na não binariedade que foram compreendidas como configurações subjetivas de suas identidades. A autora enfatiza que esta pesquisa não se conclui. Expande-se.

Serafim Lissa Koga apresenta a dissertação de mestrado intitulada “Autigênero: Construindo Novas Compreensões de Gênero a Partir da Subjetividade de Pessoas Autistas Trans Não Binárias”. O objetivo central deste trabalho focou na construção de entendimentos das temáticas de diversidade de gênero e neurodivergência autista a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias, visando a ampliação da compreensão do conceito de gênero e suas vivências para além de suas concepções normativas

e neurotípicas. A pesquisa busca desafiar modelos essencialistas e abrir caminho para abordagens mais plurais e situadas.

Adotando os princípios epistemológicos e metodológicos de pesquisa qualitativa construtivo-interpretativa da Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, compreendeu-se a subjetividade de forma dinâmica e contextualizada, integrando elementos individuais e sociais em uma interrelação indissociável. A subjetividade é vista como um sistema simbólico-emocional orientado à criação de uma realidade peculiarmente humana, a cultura. Os sentidos subjetivos constituem unidades simbólicas emocionais que estruturam a subjetividade, e a expressão desses sentidos emerge nos espaços conversacionais. O estudo busca compreender como as subjetividades individuais e sociais que configuram as vivências dessas pessoas produzem sentidos subjetivos e configurações subjetivas a respeito das construções que as atravessam e são por elas atravessadas, continuamente. A pesquisa posiciona-se em um movimento que rejeita concepções patologizantes, cisnormativas e essencialistas, reconhecendo que o autismo e a transgeneridade foram colocadas historicamente como alvos estruturais profundos de processos de marginalização, vulnerabilização e preconceito. O conceito de autigênero, por sua vez, é trazido de estudos de gênero e identidade, sendo intrinsecamente conectado à experiência autista e de suas vivências de gênero.

A metodologia empregada construtivo-interpretativa enfatiza o papel ativo do pesquisador na construção da informação, e não na mera coleta de dados. A pesquisa trabalhou com a trans-construção da informação em conjunto com três participantes – Yksi, Supeesu e Tereza Mefisto – todos autistas com mais de 18 anos, que se identificam com identidades transsexuais ou transgêneras dentro da não binariedade de gênero. A construção de informações foi realizada em espaços conversacionais abertos de reflexão e escrita em conjunto de seus indicadores subjetivos, promovendo uma

relação horizontal entre o pesquisador e os participantes. A pesquisa se insere no contexto de um cenário social de pesquisa mais amplo, que foi o Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade LGBTQIA+ com foco em Pessoas Autistas. O pesquisador, sendo também uma pessoa trans não binária e autista, atuou em uma posição de implicação direta no campo de estudo, reforçando o lema “Nada sobre nós, sem nós”. Os processos dialógicos foram gravados em áudio/vídeo e transcritos, permitindo revisar e complementar seus conteúdos e interpretações, assegurando a autonomia e agência dos sujeitos.

A análise resultou na construção de indicadores subjetivos que ilustram as configurações subjetivas das vivências dos participantes. Yksi demonstrou uma relação singular com a linguagem, que ele molda para expressar sua subjetividade de maneira precisa, concebendo o gênero como um vácuo ou ausência significativa, e experimentando o gênero como muitos (trans-finitude), desafiando o binarismo em múltiplas formas. Supeesu manifestou sua subjetividade de maneira sinestésica, com metáforas de alimentação para descrever o aprendizado e o afeto, e vivenciou a “presença pela ausência” no espaço social devido ao seu deslocamento de identidade indígena e não binária. Sua trajetória é marcada pela resistência pessoal a imposições patriarcais e pela decisão consciente de adotar um voto de não violência. Tereza Mefisto se identificou como bigênero (homem e mulher), exemplificando uma trans-dualidade onde o não binário É binário (ao mesmo tempo em que não é), e sua experiência foi atravessada também pelo diagnóstico de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), que atuou como um “grilhão bem complicado” e inclusive trouxe outras complicações, inclusive para o diagnóstico de autismo. Ela constrói sua identidade em um processo de “tornar-se trans” em vez de uma revelação preexistente e utiliza representações midiáticas como fonte crucial de construção pessoal de si.

As conclusões do trabalho apontam para a necessidade de transformação das práticas acadêmicas e profissionais em Psicologia, Saúde e Educação. O estudo culmina em considerações que incluem a importância da escuta e envolvimento de pessoas autitransgêneras nas discussões; o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre o discurso binário hegemônico de gênero para evitar a reprodução de práticas que marginalizam pessoas trans não binárias e autistas; a necessidade de políticas públicas e orientações psicológicas inclusivas para medidas compatíveis de cuidado em saúde; e a produção atualizada de conteúdo científico e acadêmico. Além disso, o trabalho estabelece possíveis caminhos para um trabalho de conceituação e entendimento da categoria do “Gênero” na Teoria da Subjetividade, defendendo que o gênero deve ser compreendido como uma unidade simbólico-emocional complexa, em permanente reconstrução, e não como um dado fixo em tempo e em espaço. O estudo visa fortalecer a autonomia e o reconhecimento de comunidades historicamente marginalizadas, afirmando que a existência trans e não binária reconfigura os sentidos culturais de gênero, reforçando o valor e a riqueza de explorações dissidentes. A polissemia do conceito de gênero e sua singularidade devem ser valorizadas, pois a tentativa de uniformizá-lo está ligada à processos significativos de sofrimento, discriminação e violência de muitos níveis. A pesquisa reitera que ser autista e transgênero intensifica os impactos na saúde mental causados por pré-conceitos e limitações sociais contínuas, necessitando de um cuidado adequado e toda uma filosofia e epistemologia interpretativa que considere a pessoa por completo, com todas suas dimensões e características particulares e como se relacionam entre si.

Contribuições para serem expandidas

As contribuições das pesquisas no âmbito do legado de Fernando González Rey para estudos das diversidades de sexualidades e

de gêneros advêm da possibilidade de se ter um novo olhar sobre questões de sexualidade e de gênero para além da binariedade e perceber o quão complexas e plurais são as experiências de identidade. Com isso, contribui-se para despatologizar, para não categorizar e não diagnosticar as diversidades de sexualidades e de gêneros, e sim ampliar e expandir os olhares e as lógicas das experiências humanas.

Desconstruções de identidades fixas, imutáveis, binárias, vivenciadas por pessoas com o direito de ser e de existir. Em contrapartida, compreendem a identificação como fator relevante para a determinação de um lugar político ainda em construção: a não binariedade. O direito à nomeação como identidade e lugar político. Nomear, mesmo que seja pela negação, diz respeito a uma referência. Identidade como mapeamento político da existência. Entretanto, diante da complexidade e amplitude da identidade, da identidade de gênero e da não binariedade, na contramão dessas trajetórias de vida e de produções subjetivas temos o silenciamento, a invisibilidade e a condenação da diversidade de gênero e sexualidade trazendo paralisação de produções subjetivas nas subjetividades sociais e subjetividades individuais.

A Teoria da Subjetividade permite o desenvolvimento de novos modelos teóricos e novas zonas de inteligibilidade sobre sexualidade e gênero de forma diferenciada e própria da psicologia diante da urgência em se discutir e contextualizar questões sobre a diversidade sexual e de gênero quando indivíduos reivindicam a legitimação de suas novas formas de ser, sentir, viver, existir ao serem definidos com categorias universais de modelos tradicionais normativos reguladores da sexualidade, resultando em violências, mortes, sofrimentos, patologizações, discriminações, estigmatizações e exclusões de direitos básicos e à existência.

Norma da Luz Ferrarini

Psicóloga (UFRJ). Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade (Fundação Getúlio Vargas/RJ). Doutorado em Educação (UFPR).

Especialização em Educação a Distância (UFPR). Pós-Doutorado em Psicologia (Universidade de Évora, Portugal; Universidade Federal de Santa Catarina). Profes-sora Titular do Departamento de Psicologia (UFPR) e no Programa de Pós-graduação em Psicologia, na linha de pesquisa Educação, trabalho e subjetividade. Diretora Acadêmica do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE/SCH/UFPR).

Serafim Lissa Koga

Psicólogo (UFPR), Mestrado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Psicologia, na linha de pesquisa Educação, Trabalho e Subjetividade. Pós-Graduação em Sexualidade Humana: Clínica e Educação pela Universidade Positivo (UP); Formação em andamento em Neuropsicologia dos Transtornos Mentais pela PUC-PR Artmed; Formação em andamento em Inclusão e Direitos da Pessoa com Deficiência pela Child Behavior Institute of Miami (CBI of Miami); Formação em andamento como Especialista em Avaliação e Atendimento Psicoterapêutico de Adultos Autistas pelo Instituto de Apoio, Ensino e Pesquisa Adultos no Espectro (AE); Psicólogo colaborador da Comissão Anticapacitista e Comissão Transcetrada do CRP-PR.

Referências

FERRARINI, Norma da Luz; MEIRELES, Victor Hugo Brandão; KOGA, Serafim Lissa; SARTOR, Amanda Giulia. Sexualidade e subjetividade: uma perspectiva cultural-histórica. *In*: BONATO, Fernanda R. C.; FERRARINI, Norma da Luz. (orgs.) **Sexualidades e gêneros em cena**. Volume 1. Curitiba: Imprensa Universidade Federal do Paraná, 2023, p. 29-40.

FERRARINI, Norma da Luz. Identidade como configurações subjetivas para estudos sobre sexualidades e gêneros no escopo da Teoria da Subjetividade. *In*: BONATO, Fernanda R. C.; MUSSI, Adriane; FERRARINI, Norma da Luz. (orgs.) **Sexualidades e gêneros em cena**. Volume 2. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2024, p. 19-58.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Comunicación, personalidad y desarrollo**. Habana: Pueblo y Educación, 1995.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes. 2004.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005a.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005b.

GONZÁLEZ REY, Fernando. La subjetividad en una perspectiva histórico-cultural: avanzando un legado inconcluso. CS No. 11, enero-junio 2013, pp.19-42, Cali, Colombia. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/recs.i11.1565>

GONZÁLEZ REY, Fernando. La subjetividade em psicologia: su importância para uma psicologia crítica. *In*: OSÓRIO, Jorge Mario Flores; BRAVO, Omar Alejandro. **Caminando por las veredas de la psicología**. Cali: Universidad Icesi, 2022, pp. 286.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNZ MARTINEZ, Albertina. Subjetividade: teoria, epistemologia e método. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017.

KOGA, Serafim Lissa. **Autigênero: construindo novas compreensões de gênero a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2025.

MEIRELES, Victor Hugo Brandão. **Heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades de jovens universitários cis gays sob a perspectiva da Teoria da Subjetividade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em:

<<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68029>>

MEIRELES, Victor Hugo Brandão. **Ninguém quer lutar o tempo inteiro, ninguém quer chorar o tempo todo:** aquilombamento de relações sociais subjetivadas por estudantes de psicologia na consubstancialidade raça, classe social e sexo-gênero. Tese (Doutorado em Psicologia), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

MONCAYO QUEVEDO, Eduardo Jorge. **Educación, diversidad sexual y subjetividade: una aproximación cultural-histórica a la educación sexual escolar en Cali-Colombia.** 2017. 169f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SARTOR, Amanda Giulia. **“Somos viantes, construimos vias”: não binariedade, configurações subjetivas e identidade.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/77788>

**Combatendo o Cistema
Suicida: o suicídio
como uma tentativa de
extermínio da população
trans por parte do estado**

Beti Clarão

Aleta De Gatilho: Suicídio

Apresentação Boyceta Psi (licença pra chegar)

Satisfação, eu sou Beti Clarão, e também sou a persona artística Jake Bright. Boyceta trans não binária, bissexual, neurodivergente (TDAH), psicoatípica (borderline, pessoa com TOC), rapper e psicóloga. Muita gente estranha o fato de eu ser profissional da psicologia. Achem que “não tenho cara de psicóloga” pelo simples fato de eu não ser cis, neurotípica, hétero e psicótica. Graças à deusa não sou. Eu sou uma boyceta NB que tem muito orgulho de ser quem é, e por mais que muitas vezes eu duvide de mim, principalmente por conta da minha condição psíquica e neurológica, me dá euforia não corresponder a esse padrão capitalista/colonial nojentão. É uma honra, na verdade. Ser uma psicóloga dissidente é um babado fortíssimo. É justamente o que a galera conservadora acha que é “ruim” em mim que faz com que outras pessoas dissidentes queiram se consultar comigo e se sintam acolhidas pelo meu trabalho.

Transmasculinidades e Masculinidades Dissidentes: Pasmem! Nem Toda Figura Masculina é Privilegiada

Eu atendo todes, mesmo quem não é dissidente. Também trabalho no CAPS, além da clínica, e lá acabo atendendo muitos homens cis, alguns até héteros. A maioria psicoatípica e neurodivergente. Então isso me mostra escancaradamente como masculinidades não são singulares, e sim muito plurais, mesmo. Algo que eu sempre bato na tecla é que não dá pra colocar todas as figuras masculinas

na mesma caixa. Eu, como boyceta trans não binária, não estou na mesma caixa de um homem cis, por exemplo. Assim como um homem com deficiência não está no mesmo lugar social de um homem sem deficiência. E por aí vai, tá ligade. A questão racial também pega muito. Não faz sentido colocar garotos brancos na mesma caixa dos garotos pretos, tanto cis quanto trans. Existem masculinidades, plurais. E não é todo homem que é privilegiado. Afirmar isso, além de flertar com o feminismo radical — vertente transfóbica que se diz feminista, mas que exclui mulheres trans, travestis, transfemininas, transmasculines, boycetas e não binárias do “feminismo” delas — é não levar em conta variáveis de classe, raça, deficiência, corpo, gênero e funcionamento psíquico. Primeiramente, homens trans existem e não possuem privilégio algum por serem homens, porque pro patriarcado, eles continuam não sendo lidos como corpos masculinos por conta de não terem nascido com um pênis. Shay Rodriguez (2018) explicitou em seu texto “Masculinidades clandestinas: a transmasculinidade” como está enraizada a crença falsa de que masculinidade é sinônimo de ter um pênis nessa sociedade transfóbica, patriarcal e androcêntrica em que vivemos. Isso pesa demais pra nós, transmasculines. Eu, pessoalmente, não sinto disforia com meu genital e pelo contrário, me sinto muito bem sendo uma figura masculina de buceta. Porém, sofro com essa opressão pelo fato de muitos não me considerarem uma figura masculina por conta de eu ter buceta, o que é absurdo: para ser uma figura masculina, basta se identificar com masculinidades no quesito gênero, não tem nada a ver com genital. A fita é que têm muitos transmasculines que, além de terem que lidar com tudo que eu lido, tem que lidar com o fato de não se identificarem com o genital, o que torna essa opressão ainda mais intensa para eles e eles. A transfobia é algo muito violento, que nos deixa marcas profundas que prejudicam muito nossa qualidade de vida, nos tornando vulneráveis a fenômenos como o suicídio.

Uma pesquisa realizada em 2015 pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia nos trouxe à tona que 85,7% dos homens trans já tentaram ou tiveram ideações suicidas. Atendendo transmasculines, isso deixou de ser apenas um número. Ganhou forma, existências para além da minha, que conversam com a minha, tem muito em comum, posto que cada uma vivendo seu corre, sofrendo opressões para além da transfobia também: capacitismo, racismo, aporofobia, gordofobia. Esse rolê de perceber que o que eu já senti também já foi sentido e é sentido por outros des nossos é algo muito significativo. Perceber que a intensidade e a recorrência de eventos que geram intenso sofrimento psíquico tendem a variar de acordo com os outros marcadores sociais de cada transmasculine é também algo muito relevante. Não que seja uma regra, mas algo que percebo na minha prática/vivência. Tanto como psicóloga, quanto pessoa trans que vive entre es nossos e adora viver relações transcitradas. É evidente que quanto mais tipos de opressões uma transmasculine vivencia, maiores são as consequências para a sua saúde mental.

Suicídio e População Trans No Geral (Não Apenas es/os Transmasculines)

Segundo Goulart e Nardi (2022), tudo aponta para que a violência do estado seja a principal responsável pelo alto índice de suicídios na população trans. Pessoas trans são violentadas em casa, na escola e na rua. O ato de suicidar essa população vem do estado, e é uma estratégia de extermínio. Segundo Hailer (2022), o termo “suicidado” vem com o objetivo de explicitar que as vidas de pessoas que sofrem opressões estruturais (como por exemplo mulheres cis, pessoas LGBTQIAP+, pretas, indígenas, não brancas, com deficiência, gordas, pobres) são tratadas como inexistentes na sociedade em que vivemos. O autor frisa o quanto a população trans não é reconhecida no nosso contexto, e pontua que fatores como evasão escolar, falta de

acesso a hormonização e cirurgias, abandono familiar e dificuldade para adentrar e permanecer no mercado de trabalho são situações estruturais que ocorrem com muita frequência na vida das pessoas trans. Hailer (2022) responsabiliza essas violências por tal morte, e não a pessoa suicidada.

O suicídio engloba muito mais coisas do que uma simples vontade de morrer e a concretização dessa vontade. As evidências nos mostram que o suicídio está muito relacionado com questões no campo da saúde mental. Existem dois sintomas em saúde mental que estão diretamente relacionados com o suicídio: ideação suicida e a tentativa de suicídio. Esses desfechos são muito mais comuns entre pessoas que são oprimidas socialmente, entre elas, as pessoas trans. Pessoas trans passam por tudo que qualquer ser humane passa, posto que, com um adicional de preconceito, discriminação, violência e rejeição nos mais diversos contextos (Gomes *et al.*, 2022). O dia a dia de uma pessoa trans conta com várias inseguranças e dúvidas, como por exemplo “qual banheiro eu devo usar?” e “será que vão respeitar minha identidade de gênero na consulta médica?”. A sociedade é dividida de uma forma binária e normativa, não sendo nada inclusiva para pessoas trans.

Segundo Benevides e Nogueira (2020), a quantidade de suicídios entre pessoas trans vem aumentando no mundo inteiro, caracterizando assim um fenômeno histórico-cultural. Pessoas trans são oprimidas por conta de suas identidades de gênero irem contra ao que é imposto socialmente. Crenshaw (1989) pontua que a palavra “interseccionalidade” significa realizar análises de gênero, raça e classe quando se diz respeito a identidades. Pessoas que se identificam como trans têm sido suicidadas. Logo, é impossível falar sobre suicídio sem pensar na interseccionalidade.

A interseccionalidade é um conceito que possibilita a compreensão de como a presença de marcadores sociais pode aumentar o sofrimento psíquico das pessoas. Indo assim de encontro

com o conceito de estresse de minoria, que é definido por Meyer (2003) como o estresse adicional vivenciado e sentido por pessoas que sofrem violências estruturais, sendo a transfobia um exemplo disso. As principais causas desse fenômeno são o preconceito e a discriminação, que fomentam na privação de direitos básicos.

Para Chinazzo *et al.* (2021), o estresse de minoria propõe a reflexão a respeito da relação entre preconceito e saúde mental. Nessa lógica, o preconceito possui três dimensões: a do preconceito percebido, do preconceito antecipado e do preconceito internalizado. A primeira diz respeito explicitamente ao estresse vivenciado, que faz parte do dia a dia da pessoa que sofre com opressões estruturais. O segundo representa a preocupação com o estresse futuro, um exemplo disso é a preocupação de pessoas trans brasileiras com mortes violentas e com requinte de crueldade, o que acontece muito por aqui. Por último, o preconceito internalizado é o mais abstrato, age quando a pessoa internaliza os preconceitos vivenciados por ela, acreditando neles. Uma vivência assim pode influenciar muito negativamente a saúde mental de uma pessoa.

Chinazzo *et al.* (2021) obtiveram os dados de que sintomas depressivos têm prevalência alta em pessoas trans quando comparada à média da população geral brasileira. Na pesquisa realizada por essas pessoas, 67,72% das pessoas trans participantes da pesquisa já haviam vivenciado ideação suicida. 40,12% verbalizaram que já tentaram suicídio. 80,50% dessas pessoas disseram que o principal motivo da tentativa de suicídio foi o fato de ser trans. Comprovando, assim, a veracidade do conceito de estresse de minoria. O preconceito internalizado apresentou destaque na pesquisa, e esse tipo de preconceito tem sido associado a sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em estudos internacionais.

O ato de internalizar sentimentos negativos em relação à transgeneridade é muito prejudicial e estressor para as pessoas trans. É ressaltado pelas pessoas mencionadas que o cuidado afirmativo

é muito importante com pessoas trans, e isso é nevrálgico de ser realizado por profissionais da saúde, principalmente mental.

Saidera (Ei, Trans, Sua Vida Importa e Tamo Juntas Nessa) (Ei, Psi/Future Psi, Vidas Trans Importam e Você Precisa Saber Como Somar na Luta Mesmo Sendo Cis)

Compreender os fenômenos que uma pessoa trans vivencia é cirúrgico e necessário para toda psicóloga para que o possível processo terapêutico — quando você atender uma pessoa trans — seja coerente, humanizado e recheado de empatia, afirmação, afeto e respeito. Independentemente da abordagem, o principal é considerar tudo isso e todas as opressões sofridas por elas antes de qualquer intervenção.

Conclui-se que considerar o suicídio como um fenômeno social nos proporciona uma melhor compreensão da saúde mental da sociedade, principalmente no que diz respeito à saúde mental trans. Não confunda opressão estrutural com transtorno psiquiátrico, isso pode fazer com que você invalide seus clientes. Vivemos no país que mais mata pessoas trans do mundo, logo o medo excessivo delas de, por exemplo, sair na rua, pode não ser apenas um sintoma ansioso, por mais que as opressões também desencadeiem ansiedade. O manejo é diferente, é necessário validar o medo e não classificá-lo como um medo “fora da realidade”. Ouvir é muito importante, com muito afeto.

Por último, agradeço você, que chegou até aqui. Sim, você mesma. Saiba que a sua leitura acabou de fazer toda a diferença para mim, por mais que eu nem saiba disso. O meu sonho é desconstruir e reconstruir tudo. Estou aqui por todas as trans que não estão mais aqui nessa existência, pelas nossas transcestrais que tornaram possível que eu seja quem eu sou hoje em dia, e tenha o direito básico de ser publicamente quem eu sou, por mais que o sistema me

violente, tudo seria muito mais difícil sem a luta des transcestrais. Me encontro aqui também por conta des trans do futuro e do presente. Por mim, pela minha vida. Pelas nossas vidas. As vidas trans importam, e são potentes. Meu objetivo não é forçar as pessoas a viverem, mas sim lutar pela garantia do acesso aos direitos básicos delas para que consequentemente elas mesmas queiram viver. Estou aqui para aliviar e validar o sofrimento psíquico de todes. O suicídio é uma questão de saúde pública, e como profissionais da saúde é nosso dever garantir, no mínimo, um atendimento humanizado e de qualidade, o que já acaba sendo preventivo contra o suicídio. Isso aqui é pela vida des trans que já se foram. Es que estão. Es que virão. Somos resistência. Somos potência.

Esse texto é pela vida de todes nós. Pessoa trans: sua vida importa. Você é válida. Olha tudo que você já vivenciou e os processos pelos quais você passou. Isso que você está sentindo provavelmente vai se modificar e você vai se sentir menos pior. Você provavelmente quer acabar com a sua dor, e não com você mesmo. Existem outras formas de lidar com essa dor, como por meio da arte ou de um desabafo com es amigues.

Eu sei que parece que nada adianta, mas você vai achar algo que funcione pra ti muito provavelmente. Confia em ti, no seu amor próprio, e na sua capacidade de adaptação às coisas. Você transicionou, subverteu o sistema, merece viver e não apenas sobreviver. Ao escrever esse texto eu renasci. Me conectei com esse tema tão relacionado à morte, e me sinto ainda mais vivo. Não consigo falar/escrever sobre gênero sem falar sobre essa tentativa de extermínio à nossa população trans, que é o suicídio. Precisamos falar sobre suicídio com muita responsabilidade, empatia, alerta de gatilho, sem estigmatização e sem julgamento. Só assim conseguiremos reduzir os danos desse CISTema na nossa saúde mental como população trans. Enquanto não conseguimos acabar com o capitalismo, temos que *hackear* esse CISTema do jeito que dá:

cuidando uns dos outros, o que inclui falar sobre assuntos difíceis. Falar sobre suicídio também é falar sobre a importância das vidas dissidentes, e do quanto devemos lutar por elas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA de notícias da AIDS (2022). **‘Suicidado’: termo reflete a realidade da população trans no Brasil, destaca IG Queer**. 16 set. 2022. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/suicidado-termo-reflete-a-realidade-da-populacao-trans-no-brasil-destaca-ig-queer/>. Acesso em: 20 set. 2025.

BENEVIDES, B. **Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans!** Antra 29 jun. 2018. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso em: 20 set. 2025.

BENEVIDES, B. G. NOGUEIRA, S. N. (Orgs). **Mapa de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2019**. São Paulo: Expressão Popular; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2020.

CHINAZZO, I. R. *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintoma depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. Violência e prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, Supl. 2. p. 5045-5056, 2021.

CRENSHAW, K. Desmarginalizing the intersection of race and sex: a black feminism critique of discrimination doctrine, feminism theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

GOMES, H. V. *et al.* Suicídio e população trans: uma revisão de escopo. **Ciencias psicológicas**, Montevideo, v. 16, n. 1, 2022. DOI: 10.22235/cp.v16i1.2501.

GOULART, V.; NARDI, H. (2022). Vidas inimigas, necropolítica e intersseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, Salvador, v. 11, n. 1. p. 15-38, 2022. DOI: 10.9771/re.v11i1.45614. Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/45614. Acesso em: 20 ago. 2025.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, set. 2003.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH-UFGM); DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA (DAA-UFGM). **Relatório Descritivo**: Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: Entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

RODRIGUEZ, S. L. S. Masculinidades clandestinas: a transmasculinidade. *In*: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7, Rio Grande. **Anais [...]** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018.

**População LGBTQIAPN+
e vulnerabilidades:
aproximações teóricas
no contexto brasileiro
de proteção de
direitos humanos**

Dilermando Aparecido Borges Martins

Em maio de 2025, a ativista transexual Dannelly Rocha foi assassinada na Lapa, no Rio de Janeiro. Ao chegar acompanhada por um homem desconhecido, Danny, como era conhecida, foi encontrada morta logo após a saída do rapaz do local (O Povo, 2025). O caso chocou a comunidade trans — não apenas do Rio, mas do país todo. Este é mais um exemplo da violência cometida contra travestis e transexuais, bem como toda a população que diverge dos padrões heteronormativos.

Este capítulo tem como objetivo realizar uma revisão teórica acerca dos conceitos basilares envolvendo a população LGBTQIAPN+, especialmente a partir da sua condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, parte das concepções da própria sigla, explicitando como estão articuladas cada uma das categorias presentes na comunidade em análise, bem como as suas relações com a vulnerabilidade.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica e do método dedutivo, na qual serão abordados aspectos teóricos e críticos sobre o tema da pesquisa. Destacam-se alguns dados acerca da violência pela qual a população LGBTQIAPN+ está exposta a partir de dados produzidos pelo Atlas da Violência, do IPEA, bem como de relatórios formulados por organizações não governamentais.

Nota-se que, mesmo com a criminalização da homotransfobia pelo Supremo Tribunal Federal, há uma exposição maior a vulnerabilidades por parte desse grupo, demonstrando a real

necessidade da criação de políticas públicas capazes de alterar este cenário.

População LGBTQIAPN+: elucidando conceitos

Em que pese o avanço das tecnologias e demais serviços de acesso à informação, ainda existem dificuldades em assimilar questões atinentes à população LGBTQIAPN+, havendo confusões entre orientação sexual e identidade de gênero, por exemplo. Para tanto, passemos ao esclarecimento destes conceitos que, em suas particularidades, são primordiais para compreender as vulnerabilidades desse grupo.

Jaqueline Gomes de Jesus esclarece que a orientação sexual diz respeito à forma de se relacionar, ou seja, a atração no aspecto afetivo/sexual, que influencia de algum modo a forma com a qual as pessoas se conectam umas com as outras afetuosamente (Jesus, 2012). Por outro lado, a identidade de gênero diz respeito à identificação individual, ou seja, a forma com a qual cada pessoa se identifica em relação ao ser, à sua identidade. Nesse sentido, o Manual de Comunicação LGBTI+ entende que gênero vai além de uma dimensão meramente biológica entre homem e mulher, mas também de uma dimensão cultural, qual seja, da construção social ao longo do tempo que faz com que as manifestações sejam distintas (Reis, 2018).

Adotemos, portanto, a concepção de que “Gênero é uma categoria de análise das relações histórico-sociais, é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é um primeiro modo de dar significado as relações de poder” (Brasil, 2018, s. p.). É a partir desta noção que a identidade de gênero se desenvolve, uma vez que a partir dessa construção cultural o indivíduo pode se identificar ou não com seu sexo biológico, possuindo uma própria identidade que lhe é inerente, interna.

A forma com a qual a pessoa se identifica pode se apresentar a partir de sua expressão de gênero, manifestando-se por meio de vestimentas, nome, características e comportamentos que, não necessariamente, se identificam com o sexo atribuído no nascimento (Reis, 2018). Portanto, tal expressão é variada, demonstrando a vastidão que acompanha a identidade de gênero, característica própria da diversidade — algo que é atribuído, comumente, à população LGBTQIAPN+.

Dentro do arcabouço da orientação sexual, ou seja, das relações afetivossexuais que acompanham os seres humanos, é possível identificar algumas de suas manifestações cotidianas. Os heterossexuais são pessoas que se relacionam com pessoas de identidade de gênero distinta da sua, ou seja, o caso de homem que atrai por mulher e vice-versa. Já os homossexuais, por outro lado, compreendem aqueles que se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo/identidade de gênero. Os homossexuais podem ser gays (homens que se atraem por homens, sejam eles cisgênero ou transgênero) ou lésbicas (mulheres que se atraem por outras mulheres, independente de sua identidade de gênero) (Reis; Cazal, 2021).

Ainda, destaca-se a bissexualidade como algo que está relacionado à orientação sexual, podendo esta ser definida como a atração por pessoas de ambos os sexos/gêneros (homens e mulheres, sendo uma espécie de misto entre a heterossexualidade e a homossexualidade). Este não pode ser confundido com a intersexualidade, cuja noção está assentada na “[...] variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino” (ABGLT, 2015).

Por outro lado, no espectro da identidade de gênero, é possível encontrar algumas de suas manifestações distintas. De imediato, tal categoria integra os cisgêneros e transgêneros. O primeiro diz

respeito àqueles que se identificam com seu sexo biológico e o gênero que lhe é atribuído quando do seu nascimento. O segundo, por sua vez, trata de pessoas que não se identificam com o seu gênero atribuído no nascimento, podendo se classificar de duas formas distintas: transexuais e travestis.

Transexuais referem-se àqueles(as) que não possuem identificação com o sexo de nascimento, o que pode levar — ou não — a terapias hormonais ou cirurgias de afirmação de gênero¹, dependendo de sua vontade e de como isso se apresenta individualmente. Ou seja, são escolhas pessoais tais mudanças que podem interferir na expressão de gênero dessa pessoa — a forma com a qual ela se expressa perante a sociedade. Em contrapartida, travestis estão muito mais próximas da identificação com o gênero feminino e com uma construção social ao longo do tempo, que muito se assemelha à transexualidade em alguns aspectos. Dessa forma, vejamos como isto se define nos termos do Manual de Comunicação LGBTI:

Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. Existe o

1 A literatura avançou na forma como esse termo é utilizado e identificado. Anteriormente, alguns documentos sobre a temática colocavam a necessidade de redesignação sexual como inerente à transexualidade. É o que afirma, por exemplo, o Manual de Comunicação LGBTI produzido em 2015 pela ABGLT. Todavia, entende-se na contemporaneidade que essa não é mais uma necessidade. Nesse sentido, Jaqueline Gomes de Jesus: “Pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos”. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>.

grupo dentro deste segmento que se autoafirma ‘mulheres travestis’. Atualmente, o termo travesti adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo (Reis, 2018, p. 31).

Portanto, depreende-se que travestis e transexuais tem como fator preponderante a insatisfação com o sexo biológico atribuído ao nascimento, passando por procedimentos físicos/psíquicos/sociais que permitem com que mudanças ocorram e que estas se reconheçam como tal, com uma nova identidade de gênero.

Dentro da proposta inicial, convém explicitar também quem são os denominados como “queer”, termo em inglês que se refere a pessoas que não se identificam com as orientações sexuais anteriormente citadas — heterossexuais, bissexuais e homossexuais — por entenderem que estes são rótulos que restringem a sexualidade, que pode se manifestar de forma mais ampla de outras maneiras (Reis; Cazal, 2021). Atualmente, existem diversos estudos que tratam da *teoria queer* e o quanto isto passou de um conceito inicialmente pejorativo para um empoderamento político².

A letra I, presente na sigla ora adotada, refere-se aos intersexuais. Trata-se de indivíduos que nascem com características que as impedem de serem identificadas como do sexo masculino ou feminino. Logo,

[...] intersexuais são pessoas que nascem com genitália e/ou características sexuais secundárias que fogem aos padrões

2 Nesse sentido, os estudos de Judith Butler começam a discutir a reconstrução de gêneros e como a teoria queer aparece para reivindicar novos papéis para a sexualidade. Todavia, os estudos da teoria queer estão para além do que o presente estudo propõe, não cabendo tal discussão neste momento. Para mais informações, ver: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

socialmente determinados para os sexos masculino ou feminino. No campo da Medicina, existe uma diferenciação entre intersexual falso e verdadeiro. Na verdadeira intersexualidade, que é uma condição muito rara, os dois órgãos sexuais são igualmente bem desenvolvidos e produzem hormônios sexuais masculinos e femininos; já na falsa intersexualidade, um dos órgãos apresenta maior grau de desenvolvimento sobre o outro, sendo predominante (Brasil, 2018, s. p.).

Ressalta-se, ainda, que a sigla adotada contempla a letra A, que pode se referir tanto a agêneros, quanto a assexuais. Os agêneros seriam pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros, possuindo características próprias que vão além do masculino e feminino. Já os assexuais dizem respeito àqueles que não possuem uma atração sexual como fator primordial em um relacionamento, mas sim levam em consideração outros fatores para se sentirem atraídos por alguém, tais como romantismo, estética, dentre uma vasta gama. Logo, a atração não está baseada apenas na prática sexual³.

A penúltima letra trazida na sigla então adotada é a letra P, definida como pansexual. Neste sentido, o prefixo pan significa “tudo”, de acordo com o grego. Logo, a pansexualidade se relaciona com a orientação sexual na qual uma pessoa pansexual pode manter relações com qualquer pessoa, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual propriamente dita. A letra N, por

3 “As pessoas Assexuais não possuem a atração sexual como atração primária, como regra, tendo outras atrações (romântica, platônica, estética, sensual, etc.), como atrações primárias. A ausência de atração sexual não impede que pessoas Assexuais desenvolvam relações íntimas de diversas complexidades com outras pessoas, e nem mesmo impede que pessoas Assexuais pratiquem ou busquem a prática de atividades sexuais. As Assexualidades falam sobre atração, e não sobre práticas sexuais”. Em: REIS, Toni; CAZAL, Simón (Orgs.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3ª edição. Curitiba: IBDSEX, 2021. Disponível em: aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf.

sua vez, diz respeito aos não binários, cujo entendimento vai além da dualidade de gêneros masculino e feminino, em uma ótica não binária, ampliando este aspecto e abarcando gêneros diversos, amplos e livres.

Por fim, destaca-se que a indicação do símbolo matemático “+” na sigla LGBTQIAPN+ significa a compreensão de que existem outros indicativos e características de pessoas que estão para além dos conceitos que envolvem gênero ou orientação sexual até então identificados. Logo, entende-se que a diversidade sexual e de gênero é ampla, de modo que existem outras características que lhe são inerentes e que são construídas ao longo do tempo, mas que não podem ser excluídas das lutas e do reconhecimento da diversidade como um todo.

2. Vulnerabilidades e população LGBTQIAPN+: aproximações teóricas em relação à violência

É a partir daí que algumas questões envolvendo a vulnerabilidade se tornam evidentes. A população LGBTQIAPN+⁴ é considerada um grupo vulnerável, haja vista os fatores que auxiliam para que se encaixe nesta categoria. A vulnerabilidade pela qual passa a população LGBTQIAPN+ expõe esse grupo a uma violência maior, decorrente de sua desigualdade social, uma vez que está associada a diversos fatores como raça, idade, etnia, pobreza, escolaridade, dentre tantas outras. Todos esses fatores em conjunto compõem elementos capazes de agravar a condição deste grupo, que sofre inclusive um abalo em sua saúde (Paula; Silva; Bittar, 2017).

4 Cumpre destacar que, no presente artigo, adota-se o termo LGBTQIAPN+, haja vista a variedade de siglas que compõe este grupo. Optou-se, assim, por esta, uma vez que contempla o maior número de pessoas possível, ainda que não seja capaz de abarcar as diversidades que circundam esta população. Ainda, destaca-se que não se pretende, com isto, excluir nenhum segmento, mas apenas uniformizar o termo que ainda não possui um consenso na comunidade acadêmica.

No entanto, não são apenas fatores voltados para a prestação estatal que determinam a vulnerabilidade dos LGBTQIAPN+. Parker (2013) avança em seus estudos sobre estigma, preconceito e discriminação, ao afirmar que as desigualdades sociais que incorrem na exclusão dos indivíduos estão ligadas a estrutura e poder. Nesse sentido, são as relações de poder que interferem no modo pelo qual a população LGBTQIAPN+ é colocada em um processo de exclusão social.

Para o autor:

a discriminação tem sido vista como uma espécie de resposta comportamental causada por estas atitudes negativas — ou, como por vezes tem sido descrita na literatura, como uma forma efetivada de estigma ou preconceito. Em acepções mais populares, tanto o estigma quanto o preconceito têm sido considerados, em certo sentido, como a teoria, e a discriminação como a prática. Estabeleceu-se, então, uma nítida distinção entre ideias, atitudes ou ideologias, e suas consequências comportamentais e ações discriminatórias. Essa distinção entre pensamento e ação, por sua vez, tem servido como ponto de partida para aqueles que procuram intervir, particularmente em relação às consequências do estigma, do preconceito e da discriminação na saúde. Muitas intervenções se concentram nos pensamentos percebidos como determinantes das práticas discriminatórias, procurando modificar as atitudes negativas e reduzir os níveis das atitudes de estigma ou preconceito, para assim obter resultados na redução da incidência dessas práticas (Parker, 2013, p. 28-19).

Desse modo, a vulnerabilidade social da qual a população LGBTQIAPN+ está sujeita gera ações estigmatizadoras que incorrem em diversos tipos de violência. Podemos destacar aqui o desrespeito ao uso do nome social, o preconceito, a heteronormatividade em relação às mulheres lésbicas, a falta de aceitação social e a violência em si, seja física ou psicológica.

A violência física é aquela cuja materialização se torna mais evidente. São diversas as notícias que demonstram como a intolerância são motivadoras para que este grupo seja atacado de

modo cruel e constante. De acordo com o relatório Atlas da Violência (IPEA, 2025), de 2014 a 2023 houve um aumento de 1.193% de casos de violência contra homossexuais e bissexuais no Brasil, de 1.111% contra mulheres trans, de 1.607% contra homens trans, e de 2.340% contra travestis.

Os dados alarmantes corroboram a vulnerabilidade desta população. Somente no ano de 2024, conforme dados produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, foram mortos 291 LGBTQIAPN+, com violência — um número superior ao levantado no ano anterior. O estado com maior índice de mortes foi São Paulo, mas a capital mais perigosa é Salvador, registrando 14 assassinatos (Grupo Gay da Bahia, 2024).

Tais dados demonstram que a exposição deste grupo, em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero, é muito maior, motivada por razões preconceituosas e estigmatizadoras, nos termos apresentados pela literatura. Ainda, demonstram que a luta árdua pelo direito de vivência — e sobrevivência! — permanece.

Considerações Finais

Este artigo buscou esclarecer conceitos envolvendo a população LGBTQIAPN+, em especial ligados à orientação sexual e identidade de gênero, bem como os membros que fazem parte deste grupo com suas referidas características. Disto, é possível depreender que o preconceito e o estigma seguem sendo fatores preponderantes para a vulnerabilidade a que essa população está exposta.

Os dados apresentados corroboram o quanto, ainda em 2025, vivencia-se a violência como fator marcante no cenário da diversidade, o que demonstra a necessidade efetiva da criação de políticas públicas que sejam capazes de mudar esta realidade. Cumpre destacar que o medo e o preconceito ainda são motivos

para subnotificações de casos, uma vez que nem todos aqueles que sofrem este tipo de violência, de fato, denunciam.

Por fim, menciona-se que a luta pela proteção de LGBTQIAPN+ permanece, e que cabe ao Poder Público, em conjunto com a sociedade civil, mudar esta realidade, afim de que estes dados se tornem um cenário do passado, e não mais do presente.

Dilermando Aparecido Borges Martins

Doutor em Direito pela UFPR, Coordenador da Clínica de Direitos Humanos e Professor da Universidade Positivo. Pesquisador na área de direitos humanos e população LGBTQIAPN+

REFERÊNCIAS

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. 2015. Disponível em: unaidsonline.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf. p. 14. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Manual Orientador sobre Diversidade**. Brasília, 2018. Disponível em: https://gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. Observatório do Grupo Gay da Bahia 2024. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Disponível em: grupogaydabahia.com.br/mortes-violentas-de-lgbt-no-brasil-2024/. Acesso em 25 jul. 2025.

IPEA. **Atlas da Violência 2025**. Disponível em: ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: diversidadesexual.com.br/

wp-content/uploads/2013/04/G%C3%80NERO-CONCEITOS-E-TERMINOS.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

O POVO. Dannelly Rocha, ativista trans, é assassinada no Rio de Janeiro. Disponível em: www.opovo.com.br/noticias/brasil/2025/05/03/ativista-trans-e-assassinada-no-rio-de-janeiro.html. Acesso em: 25 jul. 2025.

PARKER, R. Intersecções entre estigma, preconceito e discriminação na Saúde Pública Mundial. *In*: MONTEIRO, S.; VILLELA, W. (Orgs.). **Estigma e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013, p. 28-29.

PAULA, C. E. A.; SILVA, A. P.; BITTAR, C. M. L. Vulnerabilidade Legislativa de grupos minoritários. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, dez. 2017.

REIS, T. (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Disponível em: grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

REIS, T.; CAZAL, S. (Orgs.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3ª edição. Curitiba: IBDSEX, 2021. Disponível em: aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.



A sexualidade no Transtorno do Espectro Autista

Larissa Rossato Valle
Samantha Gadotti Guimarães

Abordar a Sexualidade dentro da Psicologia é compreender que esta se constitui como uma produção subjetiva dos sujeitos (Martínez, 2023). Ou seja, é a partir do encontro dos modos como o indivíduo se subjetiva não apenas em sua biologia, mas em aspectos da vida social do sujeito, como raça, escolaridade, religião, que também fazem parte da construção do sujeito como ser humano (Martínez, 2023).

Segundo Martínez (2023), o conceito de subjetividade social se caracteriza pelo modo como os indivíduos estabelecem relações interpessoais e como elas são refletidas nos espaços sociais. Construções subjetivas pautadas em ordens dominantes são representações que aparecem de forma hegemônica dentro dos espaços, reproduzindo discursos pautados em ideais morais, religiosos, modos de se relacionar (com os outros e consigo mesmo) e pensar (como o que é normal, o que é patológico, como se comportar de forma correta) que se propagam de maneira institucionalizada, não considerando a singularidade de cada ser (Martínez, 2023).

No entanto, os sujeitos podem questionar os discursos presentes dentro das subjetividades dominantes. Quando são defendidas formas de sexualidade, grupos, movimentos sociais que não representam essa ordem hegemônica, a subjetividade social e, como consequência, o espaço social também se transforma (Martínez, 2023). A partir disso, Martínez (2023) reflete a relevância do papel do psicólogo dentro desse processo, e a importância de reconhecer temas como sexualidade e gêneros dentro da prática profissional,

tendo em vista o compromisso ético e reflexão crítica que o psicólogo deve constituir dentro de seu exercício.

No presente trabalho, buscamos retratar a interlocução sobre temas de Sexualidade e Gênero em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Oliveira e Schmidt (2023) promovem um estudo, a partir de uma análise de autobiografias de pessoas com TEA, sobre como o *bullying* e as formas de preconceito estão presentes em suas histórias de vida, concluindo que essas experiências são perpassadas de forma violenta, o que causa sofrimento psíquico. Tais dados representam a urgência, dentro da Psicologia, de discutir sobre relacionamentos interpessoais, e como consequência, sobre sexualidade e os modos como esses vínculos são estabelecidos em pessoas com TEA, tendo em vista a reprodução de formas de violência e preconceitos ocasionados por construções hegemônicas de comportamento, sexualidade, relacionamentos e visão de mundo que não consideram diferentes vivências e perspectivas.

Segundo Bonato *et al.* (2023), o método de aprendizagem criativa desenvolvido por Mitjáns Martínez se estabelece como uma prática didática a partir de atividades perpassadas no cotidiano dos alunos, como assistir séries, filmes e relacioná-los em uma problematização com temas de estudo da Psicologia. Esse método é apresentado como um novo meio de produzir conhecimento e análises críticas acerca dos temas, além de perceber como os estudantes expressam sua subjetividade dentro de sua interpretação única das obras (Martínez, 2023).

Dessa maneira, para apreender as diferentes formas de representar e entender temas acerca da subjetividade e sexualidade de cada ser, perpassamos pela obra “Amor no Espectro”, a fim de estudar e se aprofundar sobre vivências reais de pessoas com TEA dentro de seus relacionamentos interpessoais. A série é uma obra documental, e apresenta a vivência de 11 jovens com autismo que passam a experienciar seus primeiros relacionamentos amorosos. O

enfoque da série é apresentar o caráter individual de cada jovem, apresentando os desafios, dificuldades e felicidades dos jovens em adentrar nesse universo de relacionamentos, subjetividades e sexualidade. Uma questão importante que a série busca colocar é a diversidade dos participantes, negando imposição de uma heteronormatividade e trazendo pessoas de múltiplas etnias, orientações sexuais e características pessoais que as fazem únicas.

Além disso, o documentário busca explorar diversas temáticas atravessadas pela vivência de ser uma pessoa com TEA e como isso impacta nas formas de experienciar relacionamentos amorosos. São discutidos assuntos como expectativas familiares sobre a pessoa com TEA, hipersensibilidade sensorial, coordenação motora, hiperfocos e dificuldades em habilidades sociais, trazendo uma reflexão sobre como o neurodesenvolvimento atípico impacta as maneiras de se relacionar com outras pessoas e com o mundo.

A série foge de padrões estereotipados que são colocados sobre pessoas com TEA e que, por vezes, são reproduzidos dentro de obras que tentam abordar o tema. Ao adentrar o universo individual e verdadeiro de cada indivíduo, promove uma reflexão crítica sobre o assunto. A série promoveu debates, especialmente no campo da Psicologia, acerca da necessidade de considerar a subjetividade e sexualidade de pessoas com autismo, compreendendo o espectro para além de comportamentos observáveis e reconhecendo seu caráter subjetivo e singular. Dessa forma, são incentivadas intervenções psicológicas que também considerem o contexto de vida e as experiências únicas de cada pessoa.

O TEA, segundo as descrições do DSM-V, caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação e na interação social, bem como por desafios no desenvolvimento e compreensão de relacionamentos. Além disso, é caracterizado pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, que podem incluir o uso estereotipado da fala ou de objetos, padrões inflexíveis

de rotinas e comportamentos e interesses incomuns relacionados a aspectos sensoriais do ambiente (American Psychiatric Association, 2014).

Ademais, o TEA, de acordo com as definições da Associação Americana de Psiquiatria (APA), é considerado um distúrbio de neurodesenvolvimento, no qual dificuldades de aprendizagem, déficits em habilidades sociais e comunicativas podem ser apresentadas nos quadros diagnósticos. Vale ressaltar que, por ser um espectro, o quadro pode variar a depender de cada indivíduo. Santos e Vieira (2017) afirmam que não se deve homogeneizar a pessoa com autismo, pois há uma ampla pluralidade referente aos diferentes níveis que o TEA pode abranger. O TEA não se apresenta como uma questão linear, os sintomas são analisados de formas diversas, e pessoas com autismo são muito diferentes entre si (Santos; Vieira, 2017).

Arend *et al.* (2021) explica que as pessoas com TEA passam pela puberdade normalmente no sentido biológico, tendo necessidades sexuais naturais, mas que devido aos preconceitos da sociedade e a falta de uma educação sexual apropriada para esses indivíduos, eles podem apresentar comportamento sexual inapropriado, pois não são educados sobre seu corpo e emoções. Em concordância, Ottoni e Maia (2019) explicam que a expressão da sexualidade é uma construção social feita ao longo do desenvolvimento da pessoa, de forma que o conhecimento a respeito do assunto não se dá de forma repentina assim que a puberdade é atingida, mas que deve ser um processo educativo.

Dessa forma, para entender os relacionamentos amorosos e sexuais das pessoas com TEA, é necessário considerar as suas próprias vivências e características. De acordo com Arend *et al.* (2021), os adolescentes com autismo encaram muitas barreiras tratando-se de sua sexualidade, pois:

A falta de consciência e habilidades sociais, dificuldade de leitura social e um déficit na mentalização (a capacidade de compreender os próprios estados mentais e os dos outros como, por exemplo, pensamentos, crenças, desejos), são deficiências características do transtorno que podem reduzir as experiências com pares (Fernandes et al., 2016). Com tantas dificuldades, o autista apresenta impasse em interpretar figuras de linguagem e sinais sutis, sendo assim, a educação sexual informal pode se tornar ineficaz (Arend et al., 2021, p. 3).

Otoni e Maia (2019) destacam que os problemas enfrentados pelas pessoas com TEA em questão de sexualidade são diversos. Em razão das dificuldades de interação e interpretação de pistas sociais, podem apresentar comportamentos considerados inadequados pelos neurotípicos, como a hipersinceridade, toques invasivos, comentários impróprios e expectativas irreais de correspondências sentimentais. Além disso, as autoras destacam o perigo dessa população ser vítima de abuso sexual ou ingressar em relacionamentos abusivos, justamente devido às dificuldades de perceber os limites e sutilezas das relações e as intenções alheias.

Ademais, Otoni e Maia (2019, p. 1274) expõem que pessoas com TEA relatam sentir angústia quando pensam em seu futuro, por “temerem ser mal interpretados em seus comportamentos sexuais, ou ainda, quando temem não conseguirem conquistar um/a parceiro/a amoroso”. As autoras descrevem que essas pessoas expressam o desejo de ingressar em relacionamentos românticos e ter um parceiro para demonstrar carinho. Tal fenômeno que também foi observado na série *Amor no Espectro*, na qual os participantes com TEA relatam fortemente essa vontade de se conectar com outras pessoas, mas sofrem com o medo de não conseguirem encontrar um parceiro(a), o que lhes causa muito sofrimento psíquico.

Segundo Villamayo (2020, *apud* Arend et al., 2021), há um modelo rígido de sociabilidade na sociedade contemporânea, no qual as pessoas com TEA não se encaixam e, portanto, têm suas vivências sexuais reprimidas. Ao mesmo tempo, a sociedade enxerga

as pessoas com deficiência de forma inapropriada, julgando o TEA como um distúrbio global incapacitante: os familiares compreendem o indivíduo autista como imaturo e, assim, não aceitam que ele tenha desejos e manifestações de sua sexualidade. Arend *et al.* (2021, p. 3) explicita que “o reconhecimento de que os autistas possuem direito à liberdade sexual é o mesmo que sustentar a disposição do próprio corpo, pois a negação aumenta a vulnerabilidade dessa população”.

Conforme observado na série *Amor no Espectro*, alguns participantes foram ridicularizados pelos familiares quando demonstraram interesse em relacionamentos, como quando pais dão risada de seu filho que propõe falar sobre os temas de seus hiperfocos para uma garota, ou quando os tios riem da sobrinha quando ela expressa seus desejos. Eles são deixados de lado nas interações familiares e muitas vezes não possuem amigos, gerando sentimentos profundos de solidão e rejeição, o que impacta em sua autopercepção.

Dessa forma, entende-se que os adolescentes com TEA enfrentam riscos diversos em seu desenvolvimento psicosssexual, sobretudo em razão da limitação imposta de acesso à educação sexual e a conhecimentos sobre puberdade e sexualidade humana. Nesse sentido, uma orientação voltada para as necessidades desse público se faz essencial (Arend *et al.*, 2021). Nascimento e Bruns (2019) apontam que a ideia sobre sexualidade para a pessoa com autismo é moldada pelos ensinamentos da família e outras instituições (mídia, escola, religião, política, ciência), sendo estas permeadas de preconceitos, de forma que é importante a construção de um programa de educação sexual para essa população, a fim de compreender e acolher suas demandas próprias e orientar a família e a sociedade (Arend *et al.*, 2021).

Nesse contexto, nota-se o papel fundamental da Psicologia em estudar a sexualidade das pessoas com autismo, a fim de compreender suas necessidades, demandas e vivências próprias, combatendo o

preconceito e a visão limitante da sociedade e facilitando o acesso dessas pessoas a um entendimento sobre a sexualidade de forma apropriada e inclusiva. O apoio psicológico a indivíduos com TEA é de alta relevância, pois devido ao cenário apresentado, o sofrimento emocional se faz muito presente, impactando a formação como ser humano e sua autopercepção, além do risco aumentado para a violência sexual (Arend *et al.*, 2021; Ottoni; Maia, 2019).

A partir dessa discussão, foram percebidos os impasses da população com TEA na constituição de sua sexualidade e na construção de relacionamentos amorosos, tendo em vista todas as variáveis preconizadas a partir de uma visão social externa sobre o TEA, em que os indivíduos são perpassados dentro de suas experiências. Discutir sobre sexualidade dentro do TEA deve ser um ponto central dentro dos estudos de Psicologia, considerando que tanto a subjetividade quanto a sexualidade fazem parte da vida dos indivíduos, e devem ser debatidas e orientadas para evitar processos de vulnerabilização que pessoas — principalmente crianças com autismo — podem ter e reconhecer a importância de relacionamentos amorosos e interpessoais na vida do ser.

A obra *Amor no Espectro* retrata com realidade, humor e sensibilidade como pessoas com autismo, contrariando estereótipos erroneamente estipulados dentro do senso comum, vivenciam diversas experiências amorosas, sem julgamentos e preconceitos que, por vezes, uma sociedade que estipula padrões de se relacionar e de ser pode reproduzir. Pensar a sexualidade, no âmbito da Psicologia, para estudos sobre TEA é movimentar um discurso que promove a contrariedade dessas normativas, promovendo uma abertura para que pessoas que estão fora dos modos típicos de relacionamento possam também experimentar o amor e a sexualidade sem os anseios e expectativas que são socialmente impostas, principalmente, a pessoas com TEA.

Larissa Rossato Valle

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Samantha Gadotti Guimarães

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Como uma mulher autista de suporte nível 1, sempre tive interesse em estudar sobre o autismo. Me formando em Psicologia, tenho o forte desejo de contribuir para nós e nossa qualidade de vida.

CV: <http://lattes.cnpq.br/6532940699858413>

E-mail: samthagadotti@hotmail.com

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AREND, M. H. R. de F. *et al.* Sexuality in adolescents with autistic spectrum disorder (ASD): An integrative review. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e11810615558, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15558. Disponível em: rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15558. Acesso em: 27 nov. 2024.

FERRARINI, N. L. *et al.* Análise de Produções Audiovisuais sobre Gênero e Sexualidade: possibilidades para o estudo e desenvolvimento da subjetividade na formação em Psicologia. *In*: BONATO, F.; FERRANINI, N. L. **Sexualidade e Gêneros em cena**. Ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2023. p. 15-25.

MARTÍNEZ, A. M. Prefácio. *In*: BONATO, F.; FERRARINI, N. L. (Org.). **Sexualidade e Gêneros em cena**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2023. p. 7-15.

NASCIMENTO, T. R. C.; BRUNS, M. A. T. A família e a sexualidade de filhos/as autistas: o que a literatura científica nacional oferece? **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 30, n. 1, 2019. DOI: 10.35919/rbsh.v30i1.70. Disponível em: rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/70. Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVEIRA, A. F. M.; SCHMIDT, C. Bullying e Transtorno do Espectro Autista (TEA): o que nos revelam as autobiografias? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. contínuo, p. e251469, 2023. DOI: 10.1590/S1678-4634202349251469. Disponível em: revistas.usp.br/ep/article/view/213806. Acesso em: 18 ago. 2025.

OTTONI, A. C. V.; MAIA, A. C. B. Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1265-1283, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12575. Disponível em: periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12575. Acesso em: 27 nov. 2024.

SANTOS, R. K.; VIEIRA, A. M. E. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Do Reconhecimento à Inclusão no Âmbito educacional. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 11 out. 2017.



**AGORA EU SOU UM
MONSTRO! - John
Waters, Divine e a
poética da sujeira**

Isabelle Berwanger

John Waters é provavelmente o mais conhecido dos diretores desconhecidos. Ele está ao mesmo tempo dentro e fora, na borda dos círculos tradicionais do cinema. Talvez seja exatamente isso que o define: a borda, os limites, a margem. Ou melhor, o que o define é sua insistência em brincar com os limites (do bom gosto, do que é aceitável, do que é fazer cinema, do que é *underground* e do que é *mainstream*).

É na margem também que se localizam os protagonistas de suas histórias. Seus heróis são os excêntricos, os estrambólicos e os esquisitos, pessoas que subvertem a norma e reclamam para si mesmas e com orgulho essa posição de transgressão. Estão representadas em seus filmes as sexualidades múltiplas e periféricas, gêneros que são ininteligíveis diante da obrigatoriedade do binário, a encruzilhada entre o humano e o não humano, torções do que é o abjeto, do que é o obsceno.

Waters não temia transgredir as regras porque, de início, sua própria existência como homem gay já não estava nos registros do que era tolerável pela sociedade de sua época. Mas, para ele, isso não era suficiente, então ele dobrou a aposta. Na década de 1960, na companhia de outros esquisitos que também não temiam a subversão, ele começou a produzir seus filmes inseridos na cena *underground* e com orçamentos extremamente baixos (Waters, 1991). Obras estas que ele mesmo definiu como atrocidades de celuloide [*celluloid atrocities*], em alusão ao material das películas cinematográficas (Waters, 1991).

Nesse período inicial, entre as décadas de 1960 e 1970, quem atua em seus filmes é seu excêntrico círculo de amizades, os *Dreamlanders*, como eram conhecidos por serem parte da produtora (caseira, improvisada e de baixo custo) de Waters, a *Dreamland Productions* (Waters, 1991). No centro desse grupo está o ator Harris Glenn Milstead, que dá corpo à grandiosa *drag queen* que John Waters batizou de Divine, apresentada por ele como “a mulher mais bonita do mundo” (Waters, 1991, p. 72).

Divine não é uma *drag queen* convencional (se é que isso é sequer possível) e incorporava a transgressão e a sujeira como elementos centrais de sua persona. Ao mesmo tempo, Divine personificava o glamour e tinha Elizabeth Taylor como uma de suas inspirações. É nesse sentido que a performance de feminilidade de Divine e suas práticas de gênero são apropriadas por Butler para tratar os mecanismos de fabricação através dos quais se dá a construção social do gênero (Butler, 2023). A identidade paródica e contraditória de Divine sugere, de forma implícita, que o gênero é uma imitação contínua que se apresenta como real. Ela imita a feminilidade das estrelas de cinema, que imitam outras estrelas de cinema, que imitam tantos outros ícones do que é feminino. Mas onde está a origem de tal feminilidade? As práticas de gênero da *drag* colocam sob nosso olhar a construção performativa do feminino e do masculino, os quais são artificialmente forjados e, na prática social, determinados como naturais, originais e autênticos (Butler, 2023). As regras se definem na repetição, e assim acabam por se justificar em uma circularidade.

Em Butler, parte do fascínio da arte *drag* é a brincadeira que se faz com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. Essa convergência entre um corpo e uma performance supostamente contraditória é lida, pela ficção reguladora da coerência heteronormativa, como “incoerente”, como “descontínua” (Butler, 2023, p. 237). A performance *drag* expõe a

fusão radical que a cultura opera entre as categorias sexo e gênero, como se fosse uma relação naturalmente dada. E é nesse sentido que a paródia presente na arte *drag* recai sobre a própria ideia de um original, da ideia de sexo e gênero como categorias naturais. A performance de feminilidade da *drag queen* revela que o modelo original a partir do qual o gênero é esculpido é uma imitação sem origem (Butler, 2023).

A forma como a *drag queen* se apresenta desnaturaliza e torce a unidade forjada entre sexo e gênero. Nesse ato, segundo Butler, ela entra no campo da “incoerência”, da “descontinuação”, da ininteligibilidade. É a norma que regula o que é ou não coerente, o que é ou não inteligível, que permite o reconhecimento de certas práticas e ações (Butler, 2004). Ela impõe ao social uma grade de legibilidade e define quais são os parâmetros do que pode ou não aparecer, do que pode ou não existir (Butler, 2023). É apenas quando uma norma é estabelecida que é possível definir o que está fora dela.

Em diversos filmes de John Waters, como *Pink Flamingos* (1972), *Female Trouble* (1974) e *Multiple Maniacs* (1970), há cenas em que Divine caminha pelas ruas extravagante e confiantemente, chamando a atenção de transeuntes desavisados que arregalam os olhos e viram o pescoço para acompanhá-la (Waters, 1991). Ela se faz notar em meio à falta de graça da multidão. Diante das normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas, a “incoerência” da performance de gênero de Divine, sua não conformidade, posiciona ela mesma como inexplicável, como ininteligível. Pelas práticas reguladoras da coerência do gênero, ela não deveria aparecer em público montada em plena luz do dia. Mas ela aparece e desestabiliza o ordinário mesmo assim.

Multiple Maniacs, de 1970, não é um filme fácil de se explicar, e isso o próprio autor confessa (Waters, 1991). É um filme tecnicamente muito rudimentar, os atores esquecem frequentemente suas falas, apresenta um visual cru e áspero, que por vezes se assemelha a um

documentário. Nesse filme, Divine dá a vida a Lady Divine, que junto a seu namorado Mr. David, interpretado por David Lochary, comanda um circo de horrores itinerante chamado *Cavalcade of Perversion* [Caravana da Perversão].

Nos moldes dos espetáculos vitorianos, em que corpos considerados fora da normalidade eram exibidos como entretenimento, de maneira banal e rotineira aos olhares curiosos, aqui as atrações são outras (Courtine, 2008). Assim que o título de abertura termina, vemos Mr. David convidando transeuntes para assistir “o show mais decadente do mundo” que, de acordo com ele, vai apresentar “putas, viados e sapatões de todas as variedades” que irão cometer atos que “vão contra as leis de Deus e da natureza”. Aqui, Lady Divine é a estrela do show.

Nessa cena, Mr. David atrai jovens donas de casa, empresários e transeuntes curiosos, seduzindo-os a deixar seus lares e seguir até a tenda do circo de Lady Divine. Ele os convence com a promessa de um espetáculo gratuito, repleto de comportamentos desviantes, intensos o suficiente para satisfazer qualquer desejo por violência gratuita, linguagem obscena, nudez explícita e luxúria desenfreada. Lá, exatamente conforme o anunciado, eles são confrontados com o desvio das normas convencionais. Escandalizam-se diante dos horrores da dissidência, lançam insultos inimagináveis às atrações principais – mas sem jamais desviar o olhar –, para depois serem capturados, roubados e, em alguns casos, assassinados pela estrela principal do espetáculo.

O que Waters faz aqui é empurrar as fronteiras, e não o faz timidamente, especialmente para a década de 1970. Ele ridiculariza o normativo, expõe a hipocrisia dos moralistas, faz escárnio dos fanáticos e satiriza a classe média suburbana dos Estados Unidos. Seus personagens, sempre relegados à posição de “perversos” pela sociedade convencional, se valem justamente desse lugar para subverter a norma e ameaçar a ordem daquela mesma sociedade.

Para Foucault (2024), esse relegar ao lugar de perversão é um instrumento por meio do qual as sexualidades periféricas são consolidadas e as relações de poder que controlam o sexo e prazer penetram nas condutas. É só quando se rotula uma sexualidade que os dispositivos podem instituir novas regras no jogo de poderes e prazeres. Nesse caso, os personagens abraçam a posição de perversão, e é a partir dela que encontram uma forma de reaver poder no jogo da normatividade: jogando sujo.

Há uma dimensão grotesca nas cenas de *Multiple Maniacs*, intencionalmente construída por meio de representações exageradas, hiperbólicas e caricaturais do que era, ou ainda é, considerado subversivo. A associação entre elementos como sangue, violência e sujeira com práticas sexuais “desviantes” funciona como uma provocação à forma como as sexualidades periféricas são inseridas no campo da criminalidade, e à maneira como as práticas reguladoras posicionam pessoas que fogem da normatividade como perigosas e abjetas.

A ideia de “abjeto” em Kristeva é definida por aquilo que não se é reconhecido enquanto uma coisa (1982). O abjeto é o objeto que é rejeitado, excluído, definido por sua negação – o abjeto é a zona onde o sentido colapsa. A abjeção não surge da falta de limpeza ou pela insalubridade, mas daquilo que perturba a identidade, o sistema e a ordem (Kristeva, 1982). É provocada pelo que desafia fronteiras, posições e regras, pelo que é ambíguo, híbrido, irreconhecível. O abjeto, nesse sentido, guarda uma relação com perversão (Kristeva, 1982). O abjeto é perverso porque nem rejeita nem adota uma proibição, uma regra ou uma lei. Em vez disso, ele as desvia, manipula, corrompe, utiliza e tira proveito delas para assim negá-las de maneira ainda mais contundente.

Em *Multiple Maniacs*, Lady Divine perde o seu próprio controle ao descobrir que seu namorado, Mr. David, a estava traindo. Lady Divine jura vingança e, junto a sua nova namorada, trama um plano

para assassinar tanto ele quanto sua amante. E assim ela o faz. Embriagada por ciúmes e ódio, Lady Divine executa uma chacina em seu apartamento e, encarnada em pura ferocidade, mutila e devora as entranhas de suas vítimas, repetindo para si mesma e com entusiasmo “agora eu sou um monstro!”. Imediatamente Lady Divine retoma sua força, recupera seu poder e declara como é capaz de destruir cidades com seus próprios pés. Assim, com seu casaco de pele, Lady Divine vaga ferozmente pelas ruas de Baltimore, aterroriza pedestres, amedronta os motoristas, e provoca pânico em massa.

Sua transformação em um monstro pode ser lida tanto como uma punição por desobedecer às normas, ou o contrário, como uma forma de alcançar poder se tornando fisicamente forte e ameaçadora. Junto ao Godzilla, ao Pé-Grande e ao King Kong, Lady Divine entra no panteão dos monstros gigantes que pulverizam a civilização. Nesse ato, ela reforça sua posição de transgressora das normas de inteligibilidade, de coerência e de continuidade. Metade diva, metade King Kong, Lady Divine, essa criatura híbrida, tem o poder e a vontade de aterrorizar a sociedade convencional.

Em Foucault, a figura do monstro é um princípio de inteligibilidade (2001). Mas trata-se de um princípio paradoxal, porque ao mesmo tempo em que o monstro é rejeitado por não se adequar às normas, sua existência é necessária como um parâmetro a fim de reforçar essas mesmas normas. Da mesma forma que a abjeção, a monstrosidade é uma posição-limite, desafia fronteiras, posições e regras por ser ambígua, híbrida, irreconhecível. O monstro é uma figura central em torno da qual as instâncias de poder e os campos de saber se agitam e se reestruturam (Foucault, 2001). A norma depende do monstro para afirmar e consolidar sua governabilidade, seu poder. A monstrosidade só se manifesta onde a transgressão da ordem natural vem perturbar, desafiar ou inquietar o direito, seja ele civil, canônico ou religioso (Foucault, 2001).

Lady Divine, a personificação do monstro incontrolável, ininteligível e abjeto, sai se chocando e destruindo o que vê pela frente, até ser perseguida e alvejada pela Guarda Nacional. Ali mesmo, a ordem da lei é finalmente restaurada e, ao som de uma música patriótica, a multidão celebra a execução de Lady Divine, essa criatura híbrida, metade diva, metade King Kong.

Em *Teoria King Kong*, a imagem de King Kong, do filme de Peter Jackson (2005), é empregada por Virginie Despentes (2016) como uma metáfora para explorar a sexualidade que transcende a distinção dos gêneros, para além da fêmea e do macho. A criatura se encontra nos limites entre o homem e o animal, o bom e o mau, o primitivo e o civilizado. King Kong é híbrido, diante da imposição dos binários; seu ser é ambíguo, irreconhecível, ininteligível diante das práticas reguladoras da coerência normativa.

No filme de Jackson, King Kong é acorrentada e exibida como entretenimento em Nova Iorque. Ela é aprisionada porque a natureza de sua força é insustentável, incontrolável. Sabe-se que, se liberta, a força da fera peluda é capaz de pulverizar a estrutura da cidade. Entretanto, King Kong liberta-se de suas correntes e esmaga tudo por onde passa. Assim como Lady Divine, a fera destrói a grade de legibilidade que estabelece os parâmetros do que pode ou não aparecer, do que pode ou não existir. Tal como ocorre no caso de Divine, a presença de King Kong em espaços públicos, durante o dia, de forma irrestrita, é completamente inaceitável. Lady Divine, com seu casaco de pele, e King Kong, a fera peluda, não apenas destroem a cidade, mas também desestabilizam a norma.

Isabelle Berwanger (elu/delu; ela/dela)

Fotógrafa, designer gráfica e estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CV: (<http://lattes.cnpq.br/6069344315570298>)

E-mail: isabelleberwanger@ufpr.br

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

COURTINE, J. J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. **História do corpo: as mutações do olhar. O século XX**. Tradução de Ephram Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução Márcia Bechara. São Paulo: n-1, 2016.

FEMALE Trouble. Direção: John Waters. Produção: Dreamland Productions. EUA: Criterion Collection, 1974. Blu-Ray. (97 min.).

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège De France (1974-1975). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 17 ed. São Paulo: Paz e terra, 2024.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror: An essay on abjection**. Columbia University Press, 1982.

KING Kong. Direção: Peter Jackson. Produção: WingNut Films. EUA: Universal Pictures, 2005. DVD. (187 min.).

MULTIPLE Maniacs. Direção: John Waters. Produção: Dreamland Productions. EUA: Criterion Collection, 1970. Blu-Ray. (96 min.).

PINK Flamingos. Direção: John Waters. Produção: Dreamland Productions. EUA: Criterion Collection, 1972. Blu-Ray. (93 min.).

WATERS, John. **Shock Value: a tasteful book about bad taste**. NewYork: Thunder's MouthPress, 1995.



Amor que Sangra: Uma Análise Crítica de Love Lies Bleeding

Por Laura Lapa da Silva
Sofia Rehbein Kuligowski

O filme *Love Lies Bleeding*, dirigido por Rose Glass e lançado em março de 2024, transcende a mera categoria de *thriller* psicológico, transformando-se em um ótimo potencial de análise da complexidade existente em questões como o amor, a sexualidade, a violência, a liberdade e a busca por identidade. A trama, que conta com a produção da famosa A24, acompanha a intensa e tumultuada relação entre duas mulheres: Lou (Kristen Stewart), uma funcionária reclusa de uma academia; e Jackie (Katy O'Brian), uma ambiciosa fisiculturista. A paixão entre as protagonistas surge rápida e avassaladoramente, logo se moldando em um turbilhão de emoções, obsessões e destruição em meio à família criminosa de Lou. Sob essa narrativa repleta de reviravoltas e suspense, as atuações de Kristen e Katy dão vida a personagens multifacetadas que nos convidam a aprofundar o olhar envolto à vivência de pessoas LGBTQIAP+, sendo um sólido exemplo de como obras audiovisuais e figurativas podem constituir reflexões críticas sobre questões do mundo contemporâneo.

O enredo e reflexões derivadas

O carrossel de emoções presente nessa história acompanha a busca por liberdade e a obsessão por objetivos pessoais, que levam as protagonistas a cometer atos cada vez mais impulsivos e colocam em risco não apenas a si mesmas, como também todos aqueles ao seu redor. Nesse contexto, como uma espécie de microcosmo das lutas e desafios enfrentados por indivíduos cuja existência e vida fogem de algum aspecto heterocisnormativo, a violência é

apresentada de forma bastante explícita no filme e não se limita às ações físicas: ela permeia as relações, as emoções e as próprias identidades das personagens. A busca por liberdade, por sua vez, é retratada como um desejo ardente de se livrar das amarras sociais e de expressar a própria individualidade, mesmo que isso signifique desafiar as normas e os valores estabelecidos. Ainda, a identidade das personagens é construída e reconstruída ao longo do filme, à medida que se confrontam com suas próprias fragilidades e buscam um lugar no mundo.

O corpo, por sua vez, é retratado através do exagero, tanto compondo a narrativa e história de Jackie, que almeja ser reconhecida por ele e ganhar um prêmio de fisiculturismo; quanto simbolicamente, ao representar a luta dela para se posicionar contra um sistema social opressor e encontrar acolhimento. Ao longo da trama, o uso excessivo de anabolizantes torna a personagem cada vez mais violenta, característica predominantemente representada nos homens do enredo, que aproveitam de seu *status* para cometer diversos tipos de abusos, seja de poder, psicológicos ou físicos.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que Jackie procura se fortalecer fisicamente, é possível perceber que a musculação é uma das formas que encontra para lidar com suas inseguranças e traumas passados. Podemos ver essa simbolização presente em alguns momentos, a exemplo de quando, ao se deparar com uma situação de grande tensão, Jackie acaba tanto de forma figurada quanto literalmente fugindo de seus problemas indo treinar intensamente na academia, sob efeito de uma grande dose das substâncias utilizadas para potencializar o aumento de massa muscular. Sendo assim, pode-se considerar que seu corpo é usado como escudo e arma, refletindo a necessidade de controlar algo quando o resto da vida parece estar desmoronando.

Em adição, sendo o corpo considerado como elemento fundamental da expressão subjetiva, carregando significados que extrapolam sua

materialidade e influenciam diretamente a identidade dos indivíduos (Amaral; Lima, 2022), a busca incessante das protagonistas (e especialmente Jackie) por corpos extremamente musculosos — geralmente associados ao gênero masculino — pode ser visto como um mecanismo de defesa que elas criaram para compensar suas inseguranças e uma resposta a uma sociedade heteronormativa que tende a associar e validar corpos musculosos como símbolo de poder e força. Assim, percebe-se que a pressão estética, que reúne diversas percepções culturais, reflete uma espécie de “masculinidade tóxica” até mesmo dentro da comunidade sáfica.

Ainda, a hipermasculinização tratada no filme pode ser compreendida a partir do conceito de performatividade de gênero proposto por Judith Butler (1988). A filósofa, que é considerada uma das principais teóricas do feminismo contemporâneo, sugere que o gênero não é uma identidade fixa, mas sim um conjunto de atos e características construídos ao longo do tempo, mediante a repetição de normas impostas socialmente. Portanto, as protagonistas, ao construírem sua identidade por meio da fiscalidade extrema, não apenas desafiam padrões normativos, mas também reforçam uma imagem específica de força e resistência.

Nesse contexto, as personagens, sobretudo Jackie, demonstram um esforço contínuo para alcançar um ideal imposto, evidenciando um paradoxo no espaço LGBTQIAP+: ao mesmo tempo em que desafiam as normas de gênero, pessoas *queer* podem acabar por reproduzir determinados estereótipos sociais, internalizados em suas relações com a sociedade. Portanto, a necessidade de se encaixar em um padrão, mesmo que subversivo, revela aqui a complexidade das dinâmicas de poder que atravessam as questões de gênero e sexualidade dentro e fora da comunidade. Dessa forma, reitera-se que a compreensão de performatividade de gênero aqui vai além do binarismo, carregando em si nuances e desafios que refletem tanto a luta contra a imposição da normatividade quanto resquícios

de estruturas opressivas que atravessam nossas identidades como indivíduos participantes de uma sociedade heterocisnormativa.

Além disso, a obra parece representar, com um toque de fantasia e do absurdo, o sentimento de uma primeira paixão, aquela que nos faz sentir capazes de cometer loucuras pela pessoa amada. Como seria se realmente as cometêssemos? Em um momento de vida vulnerável para ambas, Jackie se vê nessa situação por Lou. E Lou, por sua vez, vai além de seus limites por Jackie. Nesse contexto, ao trazer uma relação intensa na qual matar por amor não só é possível como feito, a produção nos faz questionar a natureza humana das relações, ou seja, até onde somos capazes de ir para proteger quem amamos e como nossas experiências passadas contribuem para a formação das nossas novas relações. A partir dessa visão, é possível perceber que intensos sentimentos relatam uma ambiguidade de emoções positivas que se chocam com uma realidade violenta e cruel.

Além disso, outro aspecto importante retratado no filme é o paradoxo amoroso que as protagonistas enfrentam sobre a liberdade e destruição. À medida que encontram uma na outra um refúgio e sintonia, criam uma dependência emocional que se torna destrutiva para as pessoas mais próximas da relação. Em uma das cenas mais simbólicas do longa, é retratado um momento íntimo em um quarto abafado e luzes vermelhas, que representa o dualismo do relacionamento delas em que, ao mesmo tempo que se aproximam e encontram paixão e conforto uma na outra, cria-se um clima de tensão e ameaça constante devido aos rumos que se tem apresentado.

Ao fim, o filme encerra com o mesmo caráter do relacionamento ambíguo delas. Misturando esperanças e incertezas, após aparentemente escaparem dos fantasmas do passado, as personagens fogem de carro, param no meio da estrada e se encaram em silêncio, com um olhar que sugere tanto arrependimento quanto a possibilidade de redenção. Este momento final gera uma dúvida no telespectador, pois indica a possibilidade de evoluir para uma

relação mais positiva com a saída de um lugar opressor, como também indica entrar em um novo ciclo de agressões.

Nesse sentido, vale ressaltar que a violência contra a mulher se caracteriza por atos violentos contra o gênero feminino e, podendo ser de caráter físico, psicológico ou material. Esse fenômeno atinge diversas mulheres independente da sua classe social, região, escolaridade, raça, idade e orientação sexual — dessa forma, não isenta a comunidade LGBTQIAP+ de tais calamidades. Na realidade do filme, é notável o dano sofrido pelas personagens tanto por parte da relação amorosa tóxica entre as duas, quanto por suas famílias e outros membros da sociedade, sobretudo os do gênero masculino.

Sendo assim, um dos fatores que influenciam a decisão de mulheres em situação de violência a permanecer em um relacionamento abusivo se deve à dependência emocional, ou ainda à incapacidade da vítima de reconhecer a violência presente na relação (Gomes; Fernandes, 2018). Ainda, a maioria das mulheres que se encontra em tal situação costuma apresentar sentimentos de inferioridade e autodepreciação, segundo pesquisa realizada por Gomes e Fernandes (2018). Dessa forma, relacionando a arte à vida, como Lou e Jackie parecem não se dar conta da disfunção de sua relação, isso poderia indicar que ambas possivelmente possuem baixa autopercepção, além de uma autoestima fragilizada. E assim, não encontrando outra forma de lidar com isso, elas buscam fortalecer a sua própria imagem de si através de vínculos externos, como treinos e dependências químicas e/ou afetivas, como uma tentativa de autovalidação.

Produções audiovisuais na promoção de reflexão crítica

Segundo Bonato & Ferrarini (2023), produções audiovisuais podem adquirir valor para a aprendizagem escolar à medida que exercitam a possibilidade de estudos de personalidade e subjetividade humana

presentes nas diferentes produções midiáticas. Com a pandemia e o *lockdown* instaurados em decorrência do covid-19, diversas grades curriculares tiveram que ser adaptadas para a realidade instaurada. Diante disso, a utilização de plataformas on-line se mostrou uma ferramenta viável e de extrema importância para dar continuidade aos estudos na época. Com o enclausuramento massivo, também aumentou a influência das redes sociais, *streaming* e aplicativos on-line de conversas, pois era o único meio de acesso a culturas e comunicação social possível diante de tal calamidade.

Tendo em vista todos esses aspectos que marcaram a época, o método de ensino e aprendizagem teve que se requalificar para que se tornasse compatível tanto com o contexto atual quanto aos interesses e vínculos dos estudantes que passavam por um momento marcado de instabilidade e vulnerabilidade. Dessa forma, o emprego de filmes como uma produção audiovisual que estimula a aprendizagem criativa e personalizada, que permite incentivar o processo da imaginação na resolução de problemas de acordo com as opções do estudante, possibilita que o discente faça reflexões críticas sobre temas contemporâneos relacionados a gênero e sexualidade com diferentes perspectivas e simbologias de acordo com suas preferências cinematográficas (Bonato; Ferrarini, 2023). Assim, para além de uma comum ferramenta de controle e manutenção de hierarquias sociais, a mídia pode servir como um meio de resistência e transformação social.

Nesse contexto, sendo uma obra audiovisual cujas protagonistas são LGBTQIAP+, *Love Lies Bleeding* se destaca como promotora de reflexões, por abordar um relacionamento entre duas mulheres de forma intensa e sem concessões e, principalmente, por superar estereótipos. Sob essa perspectiva, Amaral *et al.* (2021) afirmam os marcadores sociais de gêneros e sexualidades como aspectos imperiais na constituição da subjetividade humana. Assim, ao tomar identidades de gênero, orientação sexual e outras características

heterocisnormativas como o “normal”, colocando-as no centro como o jeito aceitável de ser, a sociedade julga sujeitos que possuem subjetividades diferentes como inteiramente anormais e patológicos, de forma estereotipada (Amaral *et al.*, 2021).

Nesse sentido, muitas obras cinematográficas existentes na atualidade infelizmente reforçam estereótipos por meio de representações limitadas de mulheres LGBTQIAP+, que não só invalidam a diversidade das vivências sáficas, mas também reforçam narrativas que favorecem o conformismo aos padrões hegemônicos de performance de feminilidade (Fortes, 2024). Em oposição à maioria, o filme de Rose Glass proporciona uma visão mais abrangente e extremamente autêntica das experiências queer femininas, ao apresentar personagens que reafirmam a possibilidade de mulheres *queer* ocuparem os mais variados e complexos papéis, não só no cinema como fora dele, representando um “respiro” em um meio com tantas representações limitantes.

Considerações finais

Em suma, *Love Lies Bleeding* é um filme que provoca, que nos convida a pensar sobre questões complexas e urgentes da atualidade. Ao retratar a violência, a liberdade e a identidade através da lente da experiência LGBTQIAP+, a trama contribui para a visibilização de uma comunidade que há muito tempo é fortemente marginalizada e silenciada, em suas mais diversas formas.

Assim, enquanto alguns podem argumentar que o filme fetichiza mulheres sáficas — o que é um debate válido, dado a histórica sexualização desse grupo promovida principalmente pela indústria pornográfica —, pode-se pensar a obra cinematográfica enquanto uma representação da sexualidade livre de duas mulheres adultas *queer*, não sendo um filme no qual a homofobia e o sofrimento

derivados da não aceitação da própria identidade é o centro em volta do qual a trama gira.

Dessa forma, transcendendo o clichê de histórias LGBTQIAP+, essa produção audiovisual original oferece uma visão complexa das relações, ao tratar do relacionamento sáfico como um desdobramento para eventos trágicos normalmente impensáveis, em um enredo de suspense com toques de fantasia. Por fim, ao mesmo tempo em que consegue abordar temas tão específicos (e extremamente atuais) como a ambivalência entre liberdade e aprisionamento em uma relação e o controle da imagem corporal como forma de expressão simbólica da repressão social vivida, *Love Lies Bleeding* nos mostra apenas algumas das tantas facetas que o amor *queer* pode adquirir, e nos lembra que a diversidade pode — e deve — estar presente em qualquer gênero cinematográfico/artístico.

Laura Lapa da Silva

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Sofia Rehbein Kuligowski (ela/dela)

Mulher queer crescida no interior do Paraná, é estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Para além dos estudos sobre a saúde mental da comunidade LGBTI+, pesquisa em Psicologia do Trânsito como bolsista CNPq e sonha em atuar na área hospitalar ou social como psicóloga.

CV: <http://lattes.cnpq.br/3737013075020826>

E-mail: rehbeinsofia@ufpr.br

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. A.; RIBEIRO, P. R. C.; BARROS, S. C. Atravessamentos de gênero e sexualidade na Psicologia: discutindo alguns acontecimentos. **Diversidade e Educação**, v. 9 (Especial), p. 712–734, 2021. Disponível em: periodicos.furg.br/divedu/article/view/12734. Acesso em: 12 dez. 2024.

BONATO, F. R. C.; FERRARINI, N. L. **Sexualidades e gêneros em cena**. [Volume I]. Curitiba: UFPR/SIPAD, 2023. 184 p.

BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4., p. 519-531. dez. 1988.

FORTES, J. B. A “**normalização**” do casal sáfico: uma análise das webséries produzidas pela produtora Ponto Ação. 2024. Orientadora: Dra. Nísia Martins do Rosário. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/281905/001215528.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 dez. 2024.

GOMES, I. R. R.; FERNANDES, S. C. S. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 55-66, jan. 2018. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006. Acesso em: 12 dez. 2024.

LOVE Lies Bleeding. 2024. Direção: Rose Glass. Estados Unidos: Synapse, 2024. 104 min.

Entre o Camp e a Crítica Social: Sexualidade, Gênero e Poder em But I'm a Cheerleader

Gabriella Busnello

O filme *But I'm a Cheerleader* (1999) — no Brasil, *Nunca Fui Santa*—, dirigido por Jamie Babbit, utiliza uma abordagem satírica e crítica para explorar questões relacionadas à sexualidade, identidade de gênero e às rígidas imposições sociais do sistema heteronormativo. A narrativa segue Megan (Natasha Lyonne), uma adolescente aparentemente exemplar: popular, integrante do time de líderes de torcida, com um namorado jogador de futebol e uma vida que parece perfeitamente alinhada às expectativas tradicionais. Entretanto, pequenos indícios como sua falta de entusiasmo pelo namorado e seu interesse por mulheres, ainda que inconsciente para si mesma, levam sua família e amigos a questionar sua sexualidade.

Inicialmente, Megan recusa qualquer possibilidade de ser lésbica, utilizando os próprios aspectos de sua vida como argumentos para negar a situação. Ela questiona como isso seria possível se tirava boas notas, frequentava a igreja regularmente e, acima de tudo, era líder de torcida — elementos que, em sua visão, representam perfeição dentro do ideal heteronormativo.

Como resposta às suspeitas familiares, Megan é enviada contra sua vontade para o *True Directions*, um centro de “reabilitação” que promete “curar” jovens de sua homossexualidade. A instituição utiliza métodos caricatos e absurdos para reforçar papéis de gênero tradicionais: os meninos são instruídos a cortar lenha e jogar futebol, enquanto as meninas aprendem a limpar a casa e usar roupas cor-de-rosa.

Ao longo do filme, Megan confronta não apenas os estereótipos que internalizou, mas também os estigmas e normas sociais que fundamentam as terapias de conversão. Paralelamente, a protagonista inicia uma jornada de autodescoberta e aceitação, catalisada por sua conexão com Graham (Clea DuVall), outra jovem do programa.

Com tons cômicos e exagerados, a narrativa expõe o absurdo das tentativas de “corrigir” a orientação sexual e convida à reflexão sobre aceitação e liberdade individual. A estética do filme, propositalmente vibrante e exagerada, desempenha um papel central na narrativa.

A paleta de cores saturadas — com rosa reservado às meninas e azul aos meninos — reflete a tentativa absurda de dividir e moldar as identidades dos jovens, ao mesmo tempo em que ironiza o artificialismo das normas de gênero. Essa escolha visual ressalta a hipocrisia e o caráter opressor das práticas de conversão, criando um contraste marcante entre as expectativas sociais e a autenticidade das personagens.

Mise-en-scène

A potência estética de *But I'm a Cheerleader* não reside apenas na escolha das cores ou no figurino caricatural. Está também — e principalmente — na forma como esses elementos são organizados dentro do plano cinematográfico. É aí que entra o conceito de *mise-en-scène*, um termo francês amplamente utilizado nos estudos de cinema para designar tudo o que é colocado em cena: iluminação, cenário, figurino, enquadramento, atuação, objetos e sua disposição no espaço (Bordwell; Thompson, 2013).

No filme de Jamie Babbit, a *mise-en-scène* é construída com um alto grau de artificialidade. O cenário do acampamento *True Directions*, por exemplo, não busca enganar o espectador com realismo. Pelo contrário, é visivelmente falso: móveis de plástico, plantas artificiais, paredes e animais de papelão. O que Babbit nos

mostra é que o centro de conversão é, ele próprio, uma encenação grotesca. O papelão dos cenários materializa a fragilidade do discurso que sustenta as terapias de conversão. A cenografia escancara, visualmente, que tudo ali é uma farsa: desde as promessas de “normalização” até os papéis de gênero rigidamente atribuídos aos jovens.

Além disso, a organização espacial dos ambientes também expressa o controle normativo. Os quartos dos meninos e das meninas são divididos cromaticamente (azul e rosa, respectivamente) e estruturados de forma quase simétrica, refletindo a rigidez binária do sistema que os disciplina. A repetição de formas, cores e objetos na composição dos planos cria uma sensação de sufocamento, uma estética padronizada que tenta apagar a individualidade.

Essa construção visual da opressão ecoa os dispositivos de normalização descritos por Michel Foucault (1975), especialmente em sua análise sobre instituições disciplinares. O *True Directions* é, nesse sentido, um espaço de vigilância e correção, e sua *mise-en-scène* denuncia esse projeto disciplinador não com realismo, mas com ironia visual. A cenografia exageradamente artificial funciona como metáfora da artificialidade da heteronormatividade compulsória.

A diretora, ao optar por esse tipo de composição estética, insere seu filme na tradição do *camp queer*, como propõe Susan Sontag (1964), na qual o exagero, o artifício e o humor são formas de subversão. A *mise-en-scène* de *But I'm a Cheerleader* não apenas mostra o que está acontecendo; ela interpreta, denuncia, comenta. É uma *mise-en-scène* política. Assim, ao invés de ocultar o dispositivo cinematográfico, Babbit o evidencia. E, ao fazer isso, revela que a tentativa de correção da sexualidade é tão absurda quanto os cenários de papelão que a sustentam.

Dessa forma, a crítica elaborada por Babbit encontra fundamento em debates teóricos que precedem sua narrativa. Para compreender

os efeitos simbólicos do filme, é essencial retomar autores que investigaram como os papéis de gênero e os modelos de sexualidade foram historicamente moldados.

Gênero, Sexualidade e Heteronormatividade

O gênero é entendido como uma construção cultural que orienta e regula as formas das relações humanas, bem como as maneiras pelas quais as pessoas se posicionam e se representam no mundo. Judith Butler, em *Bodies That Matter* (2011), argumenta que ser homem ou mulher não é uma essência natural, mas um produto das normas sociais que moldam e influenciam profundamente os corpos e comportamentos.

Muito antes disso, Simone de Beauvoir já havia trazido uma perspectiva similar em *O Segundo Sexo* (1949, p. 9), ao afirmar:

Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificamos de feminino. Só a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como outro.

Essas ideias destacam que os processos sociais são responsáveis pela construção tanto do ser homem quanto do ser mulher. Além disso, não apenas as identidades de gênero são socialmente construídas, mas também as performances que os indivíduos apresentam nas interações sociais.

A binaridade de gênero, que sustenta a oposição entre masculino e feminino, encontra respaldo na heteronormatividade — um sistema que impõe como natural a relação entre homem e mulher. Nesse contexto, Adrienne Rich (2010) propõe o conceito de heterossexualidade compulsória, que descreve a norma social que

pressupõe que todos os indivíduos são ou devem ser heterossexuais. Essa expectativa normativa não apenas molda as interações sociais e afetivas, mas também reforça as estruturas excludentes que limitam a diversidade e perpetuam desigualdades.

A construção histórica das relações heteronormativas e, por consequência, as homoafetivas como “anormais”, consolidou e reforçou práticas de exclusão e repressão, incluindo terapias de “conversão” sexual. Esses tratamentos surgiram no contexto da patologização das sexualidades dissidentes, uma lógica que se intensificou com o desenvolvimento do conceito de instinto na segunda metade do século XIX. Nesse período, qualquer desvio do direcionamento heterossexual, considerado o único “curso normal”, passou a ser enquadrado como uma condição passível de diagnóstico médico e intervenção terapêutica (Garcia, 2019).

As terapias de conversão da orientação sexual frequentemente baseavam-se na ideia de que as homossexualidades eram resultado de uma “falha ambiental”, com ênfase na responsabilização da família. Em muitas dessas abordagens, atribuía-se ao núcleo familiar a função de garantir o desenvolvimento de uma orientação heterossexual nos(as) filhos(as), sendo sua “ineficiência” interpretada como causa primária das orientações homoafetivas (Garcia, 2019).

Entre as terapias comportamentais, destacaram-se, a partir da década de 1960, práticas de dessensibilização e estímulos aversivos. Alguns métodos incluíam o recondicionamento por masturbação, que utilizava estímulos visuais gradativamente relacionados ao sexo oposto, enquanto outros utilizavam choques elétricos nas mãos ou órgãos sexuais, ou ainda drogas que induziam náuseas, com o cessamento dos estímulos aversivos combinadas com estímulos heterossexuais, visando um “condicionamento sexual” heteronormativo (Haldeman, 1991 *apud* Garcia, 2019).

Apesar de sua adoção generalizada, essas práticas começaram a ser amplamente questionadas já na década de 1960, antes mesmo

da exclusão do “homossexualismo” do DSM, em 1973. Críticas apontavam para a baixa efetividade dessas terapias e para os danos psicológicos causados aos pacientes, como ansiedade, culpa e depressão agravadas, além de tentativas de suicídio. Outros impactos incluíam o desenvolvimento de comportamentos assexuais e a formação de relacionamentos heterossexuais disfuncionais, frequentemente incentivados como parte do “tratamento” (Garcia, 2019; Souza, 2023; De Castro Barbara; Moreira Padilha; Françoli Yago, 2023).

A persistência de práticas como as terapias de conversão sexual, sustentadas pela patologização das sexualidades que fogem ao padrão heteronormativo, evidencia a repressão da diversidade e a institucionalização de formas sistemáticas de violência. Essa realidade reflete a imposição de normas que negam a legitimidade de existências dissidentes, perpetuando exclusões e desigualdades.

Reconhecer o caráter socialmente construído das identidades de gênero e orientações sexuais, bem como afirmar sua legitimidade e naturalidade, é essencial para questionar essas imposições normativas. Esse reconhecimento é um passo para a construção de uma sociedade que celebre a pluralidade e assegure que cada indivíduo possa viver sua identidade com dignidade, autenticidade e liberdade.

Conclusão

O filme *But I'm a Cheerleader* oferece uma crítica incisiva e simbólica às dinâmicas de poder que sustentam a construção de gênero, a heteronormatividade e as terapias de conversão. A trajetória de Megan revela como a sociedade utiliza normas binárias e expectativas heteronormativas como ferramentas de repressão, moldando indivíduos para se adequarem a padrões culturais opressivos. O *True Directions*, com seus métodos caricaturais

de “reabilitação”, escancara o absurdo e a violência implícita nas terapias de conversão descritas por Garcia (2019), destacando os danos profundos que essas práticas causam à saúde emocional e à autenticidade das pessoas.

A obra também estabelece um diálogo crítico com conceitos como a heterossexualidade compulsória, de Adrienne Rich (2010), ao ilustrar como normas impostas como naturais restringem a diversidade e perpetuam desigualdades estruturais. A luta interna de Megan, inicialmente presa à performatividade de gênero discutida por Butler, evidencia como as construções culturais de gênero e sexualidade podem se tornar mecanismos de repressão e negação pessoal. À medida que Megan desafia esses estigmas e reivindica sua identidade, o filme articula a resistência individual com uma crítica mais ampla às instituições que tentam controlar corpos e identidades. *But I'm a Cheerleader* transcende sua estética humorística, transformando-se em uma poderosa reflexão sobre os danos da patologização das sexualidades dissidentes.

Mais do que uma comédia cult, *But I'm a Cheerleader* é um grito de liberdade, identidade e resistência. Por meio de sua narrativa humorística e crítica, o filme aborda com profundidade temas como a aceitação pessoal, o direito à diversidade e a desconstrução de padrões sociais restritivos. É uma obra que transcende o entretenimento, reafirmando a importância da autonomia individual em um mundo que frequentemente tenta moldar as pessoas para se adequarem a ideais impostos.

Gabriella Busnello (*ela/dela*)

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CV: <https://lattes.cnpq.br/2490899614042871>

E-mail: gabriellabusnello@ufpr.br

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORDWELL, D.; THOMPSON, K. **Fundamentos da narrativa cinematográfica**. Campinas: Papirus, 2013.

BUT I'm A Cheerleader. Direção: Jamie Babbit. Estados Unidos: Lionsgate Films, 1999.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. New York: Routledge, [1993], 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BARBARA, N. C.; PADILHA, T. M.; YAGO, D. F. Os impactos psicológicos em pessoas que vivenciaram o processo de cura gay. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 5, n. 18, p. 164-187, 2023. DOI: 10.31560/2595-3206.2022.18.14659. Disponível em: periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14659.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

GARCIA, M. R. V.; MATTOS, A. R. “Terapias de Conversão”: histórico da (des)patologização das homossexualidades e embates jurídicos contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228550, 2019.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309. Acesso em: 18 ago. 2025.

SONTAG, Susan. Notas sobre o camp. *In*: SONTAG, S. **Contra a interpretação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 352-373.

SOUZA, C.; SANTOS, M. A. Terapia de conversão para jovens lésbicas e gays: esquadrinhando os danos emocionais sob a lente da análise fílmica. **Revista da SPAGESP**, v. 24, n. 1, p. 128-143, 2023. Disponível em: nesme.emnuvens.com.br/SPAGESP/article/view/47. Acesso em: 18 ago. 2025.

Modern family: o retrato social do casal gay

Saskia Schappel

O seriado norte-americano *Modern Family*, estreado em 2009, é uma sitcom com episódios curtos e divertidos, que apresenta as vivências de uma típica família americana, bem como as suas dinâmicas internas. A família Pritchett, formada por três núcleos familiares, é representada ao longo do seriado vivendo seu cotidiano, suas relações pessoais e desavenças. Um dos núcleos familiares é composto pelo casal Mitchell e Cameron, e sua filha recém-adotada, Lily.

No decorrer dos episódios, é retratada a adaptação do casal com a chegada do bebê, além da formação da consequente dinâmica familiar nova, muitas vezes considerada estranha pela sociedade. Nesse contexto, no episódio 21 da segunda temporada, é celebrado o Dia das Mães, em que o personagem Cam é tratado como uma das mães em diversas situações e contextos, sendo parabenizado e incluído na programação do dia. Ao irem em um piquenique com as famílias do bairro onde moram, Cam é convidado para participar da foto com as mães e suas crianças.

Nisso, o retrato é feito por um dos maridos, e as mães insistem que Cam participe, pois, segundo elas, ele é um exemplo de “mãezona” e não precisa se envergonhar em participar. Diante desse tratamento, Cam acaba se frustrando por constantemente ser tratado como mulher, apenas por fazer parte de um relacionamento com um homem e cuidar de uma criança. Mitchel, para consolá-lo, diz “Somos um modelo novo de família. Ainda não tem vocabulário para nós, um de nós tem que ser a mãe”. Essa fala reflete sobre como

é necessário que as famílias sejam ajustadas ao modelo normativo, a fim de que sejam entendidas como legítimas, de forma que as pessoas busquem constantemente encaixar os diferentes modelos ao padrão já esperado e intrínseco da sociedade.

Diante dessa cena, é possível refletir, ainda, sobre como casais são muitas vezes interpretados a partir de uma lógica dualista de divisão em dicotomias de feminino-masculino e mulher-homem, independentemente de sua configuração. É retratado, nesse aspecto, o molde pelo qual os casais e as famílias são interpretados, de maneira que a única possibilidade seja de uma existência pautada na configuração tradicional composta por duas figuras adultas cuidadoras: mãe e pai. Isto é, as dinâmicas familiares e parentais que não se adequem a tal forma, devem, de certa maneira, se moldar nas configurações já sólidas na sociedade, que refletem o papel masculino e feminino; papéis de “pai” e “mãe”.

Somado a isso, e tendo em vista a construção de uma reflexão crítica, a fala de Mitchell demonstra como, ao seu ver, as pessoas ainda não estão abertas a uma formação onde existem dois pais, por isso, precisam transformar um dos homens em uma figura tipicamente vista como materna, para que a existência da família seja legitimada e aceita pelo corpo social. Acerca dessa perspectiva, a dissertação de pós-graduação de Marcos Martins do Amaral, defendida na PUC-SP e publicada em 2019, descreve como a relação homem-mulher é entendida principalmente como uma relação de gênero, para além de outros vieses.

No que se refere à temática, essa relação, no meio familiar — em sua compreensão tradicional —, tende a ser marcada por ligações de caráter antagônico e conflituoso, nas quais os grupos sexuais não são entendidos apenas como produtos de destinos biológicos, mas sim como frutos de constructos sociais. Dessa forma, com vistas à normatização da família composta por duas pessoas de diferentes

gêneros, as famílias passam a ser reinterpretadas, buscando um entendimento de seu funcionamento dentro da relação (Amaral, 2019).

Essa ideia é claramente representada durante as cenas do seriado *Modern Family* e o contexto do episódio citado, no qual, em uma tentativa de incluir o casal ao encontro das famílias no parque, é necessário que um dos personagens assuma o papel do gênero feminino, apesar de o casal ser composto por dois homens homossexuais cisgênero. Diante disso, pode-se observar que, ao negar a possibilidade de um casal ser composto por duas figuras masculinas (e, consequentemente, por dois pais), a cobrança de papéis de gênero se mascara por trás de uma aceitação superficial de novos modelos parentais, como o homoafetivo.

A fim de uma melhor compreensão da cena, vale contextualizar que Mitchell é advogado e passa o dia no escritório trabalhando, enquanto seu marido Cam fica em casa tomando conta da bebê Lily; acentuando ainda mais as atribuições impostas por cada figura parental. Apesar de ambos serem do sexo masculino e se identificarem com o gênero, o tratamento é diferente por conta de seus interesses pessoais e funções na dinâmica familiar, reproduzindo as concepções sociais ultrapassadas da figura de homem e de mulher.

Dessa forma, pode-se analisar como a concepção de mãe é desenvolvida muito além do sexo biológico ou da relação com o nascimento da criança, mas também com as funções de cuidado, atenção e nutrição, atribuídas socialmente ao papel da mulher. Quanto ao personagem Cam, embora muitas vezes seja visto como a figura feminina da relação, ele também é treinador de baseball — esporte americano tipicamente masculino — e morador de fazenda e ambientes rurais, sendo mostrado ao longo do seriado jogando bola, gritando com os alunos com a voz engrossada e lidando com grandes animais da fazenda.

Ao assumir um papel tipicamente masculino, Cam muitas vezes engrossa a voz, se veste de maneira diferente e fala coisas típicas de homens hipermasculinizados, como “coisa de mulherzinha” e “fracote”. Dessa maneira, sua relação com a masculinidade é única: embora atravessada por questões sociais, é também profundamente subjetiva e pessoal. Essa intersecção da subjetividade, sexualidade e gênero é discutida no livro *Gêneros e Sexualidades em Cena* (2022), que aborda a temática a partir da perspectiva de González Rey e a sua teoria da subjetividade.

A subjetividade é descrita na obra como uma via de subjetivação que transcende o espaço social normativo no qual ocorre, e pode ser interpretada também atravessando as questões da sexualidade e de gênero (Bonato; Ferrarini, 2022). Esse entendimento da subjetividade diante de questões de sexualidade e gênero ilustra como a vivência da masculinidade é vivida de diferentes formas pelo personagem, divergindo das experiências de seu marido Mitchell diante de suas vivências, experiências e crenças — que são singulares a cada indivíduo.

Dessa forma, Mitchell e Cam vivem, cada um de sua maneira, seu gênero e sua sexualidade de maneira única dentro da relação, incluindo mudanças e alterações com a chegada da filha Lily. Para além da subjetividade individual, existe também a subjetividade social, que antecede qualquer organização psicológica concreta que constitui a subjetividade individual e que, ainda, pode ser alterada a partir dos desdobramentos e criações vividas pela complexa rede de configurações subjetivas sociais que a representam.

Essa noção dos impactos entre as duas nuances da subjetividade é ilustrada também no retrato familiar de Mitchell, especialmente na sua relação com sua sexualidade e a na maneira como a vivência de seu relacionamento homoafetivo mudou a configuração da família Pritchett como um todo, em especial o seu pai. Jay Pritchett, um homem já de idade, veterano de guerra e reprodutor de pensamentos

conservadores, apresenta de início, certa resistência em aceitar a sexualidade de seu filho.

Ao longo da série, o personagem vai lentamente desconstruindo seus padrões e pensamentos limitados, se abrindo a novas perspectivas e participando cada vez mais de momentos de conexão com seu filho. Essa conexão é ilustrada, por exemplo, quando o personagem sai para beber com seu filho e seu ciclo de amigos de homens gays, reproduzindo cada vez menos suas falas machistas e homofóbicas. Nesse sentido, o entrelaçamento da subjetividade individual e social é claro, e as configurações subjetivas da sociedade concreta se expressam em todos os espaços sociais, de maneira que o sujeito e seu ambiente estão numa constante relação dialética. É inegável apontar, assim sendo, a influência da série “Modern Family”, mundialmente famosa, sobre o comportamento social e a reprodução de ideias presentes, reforçando seu compromisso em representar de maneira responsável e consciente o relacionamento homoafetivo do casal.

A temática cultural e a disseminação de configurações familiares foram estudadas e discutidas no artigo *A família homoparental na ficção televisiva: as práticas narrativas do Brasil e da Espanha como relatos de novas representações afetivo-amorosas*, escrito por Aline Mesquita e Carme Pavia. As autoras apontam a cultura popular como um forte disseminador de condutas e realidades e, assim, um poderoso espelho para impulsionar mudanças sociais. Além disso, elas descrevem como o acesso às informações e aos materiais culturais nunca esteve tão acessível como nos momentos contemporâneos atuais, facilitado pelo amplo acesso à internet, televisão e seriados, de maneira que o conteúdo por elas representado tem um alcance nunca antes imaginado.

Nessa perspectiva, os meios de comunicação de acesso popular possuem significativo compromisso com a representatividade de minorias sociais, justamente por serem uma grande ferramenta de

socialização cidadã. Em nenhum outro momento da história foi tão representado a causa feminista, a causa negra, a representatividade de diferentes configurações familiares, culturas e formas de amor. Apesar de não representarem perfeitamente e de maneira totalmente isenta de estereótipos, a visibilidade e a representatividade que a série traz, partindo de configurações homoafetivas, também é um movimento social. Frente a isso, é importante o fomento de inclusão de diferentes configurações parentais em produções culturais de grande acesso, como filmes, séries e documentários, a fim de legitimar e representar vozes muitas vezes socialmente silenciadas e atacadas.

O peso e a magnitude dessa representatividade é clara quando analisado o contexto jurídico mundial, que permite direitos e acessos a casais heterossexuais de maneira privilegiada comparado a casais homoafetivos, seja em países desenvolvidos na Europa, seja no Brasil. Acerca da intersecção entre questões jurídicas e a visibilidade pública da causa homossexual, o artigo “Sexualidade e Política na Cultura Contemporânea: o Reconhecimento Social e Jurídico do Casal Homossexual”, publicado em 2004, apresenta importantes concretudes que acentuam o caráter crítico dos tangentes aqui apresentados. As autoras apontam como, apesar de ganhos importantes da comunidade ao longo dos anos 1990 — como a despenalização e desmedicalização da homossexualidade, a liberdade conquistada foi negativa, isto é, tolerada desde que invisível.

Nesse sentido, é como se a sociedade conseguisse tolerar essa prática afetivo-sexual, desde que não coloque em risco os pilares sociais do casamento e da família nuclear. Dessa forma, as autoras trazem uma forma específica de opressão, marcada pela invisibilização e negação da existência pública deste grupo (Arán; Corrêa, 2004). Portanto, a representatividade na televisão da sitcom em questão, a vivência da sexualidade e do relacionamento

do casal Mitchell e Cameron tem um impacto social para além do conteúdo concreto de cada episódio, mas, também, como símbolo de um movimento muito maior no qual estão incluídas questões de desigualdade e representatividade no âmbito social.

Saskia Fabiana Antoniacomi Schappel

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS

ARÁN, M.; CORRÊA, M. V. Sexualidade e política na cultura contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 329-341, jul. 2004.

BONATO, F. R. C.; FERRARINI, N. L. **Sexualidades e gêneros em cena**. [Volume I]. Curitiba: UFPR/SIPAD, 2023. 184 p.

MESQUITA, A. M.; PAVIA, C. F. A Família Homoparental na Ficção Televisiva: As Práticas Narrativas do Brasil e da Espanha como Relatos das Novas Representações Afetivo-Amorosas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=1005. Acesso em: 18 ago. 2025.

MODERN Family. American Broadcasting Company, USA Network, [s.d.].

**Kim Kitsuragi E A
Interseccionalidade
Do Papel Do Opressor
E Do Oprimido**

Miguel Leão Neves

Disco Elysium (ZA/UM, 2019) é um jogo que explora a história de Harrier Du Bois, um policial amnésico, e Kim Kitsuragi, seu novo parceiro, na cidade de Revachol — capital cultural de um mundo semelhante, mas distinto do mundo real — enquanto investigam um assassinato cuja responsabilidade está sendo, estranhamente, assumida pelo sindicato portuário local. O jogo aborda temas como identidade e redescobrimento; fracasso pessoal; fascismo, colonialismo, comunismo e liberalismo em um contexto pós-soviético; mudança climática; Niilismo; saúde mental e vícios; e traumas não resolvidos.

Um momento impactante do jogo ocorre quando, durante a investigação, Harrier encontra um homem fumando em seu terraço e, após uma série de questionamentos, o jogador (mas não o personagem) descobre que este fumante é gay. O personagem principal sofre de amnésia, e enquanto o termo “Submundo Homossexual” surge em sua cabeça, ele não sabe exatamente o que isto significa, achando que é um movimento conspiratório contra o Estado, o que muito diverte o fumante.

Ao final desta interação, o protagonista ganha um novo pensamento que, no contexto do jogo, são habilidades que precisam ser refletidas internamente por Harrier e, ao final do tempo de espera, conferem bônus às habilidades do jogador e um maior entendimento da vida do protagonista antes do início da narrativa. Mas a recompensa deste pensamento é nada mais que o personagem percebendo que ele não tem tempo para ficar obcecado com sua própria possível bissexualidade durante a investigação, e deveria focar em coisas

mais importantes. Harrier então decide contar a seu parceiro que ele deixará de lado sua obsessão pela própria sexualidade, mas, sem conseguir se segurar, o detetive tenta perguntar para Kim Kitsuragi se ele faz parte deste “movimento homossexual”. Kim responde, irritado: “Você não parou nem um pouco, parou? Só que agora você está obcecado com a sexualidade dos outros. E se eu faço parte? Deixe-me poupar mais 20 horas de especulação sua — sim, eu faço. Vamos voltar ao trabalho”.

Revisão Teórica

Há muitos momentos como este em *Disco Elysium* nos quais, após muito interagir com um personagem, descobre-se uma nova faceta de sua identidade. O que faz de Kim Kitsuragi um personagem interessante e com quem pode-se identificar é a interseccionalidade de partes aparentemente conflitantes da sua vida. Kim tem ascendência de um país homólogo ao Japão — para fins de simplificação, o personagem será referido como asiático, embora o mundo de *Elysium* não conte a Ásia — é gay e é um policial, ou seja, ocupa simultaneamente posições de marginalidade e de autoridade.

A seguir, busca-se definir os conceitos que servirão como base para explorar de que forma se expressa esse conflito identitário e como essa interseccionalidade é navegada.

Interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade é comumente abordado a partir do significado colocado por Cho, Crenshaw e McCall (2013), dito como “um termo heurístico que volta a atenção à dinâmica de diferença e de solidariedade de iguais no contexto de anti-discriminação e políticas de movimentos sociais” (tradução nossa),

uma definição mais concreta do que Kimberlé Crenshaw (1991) apenas aludiu quando primeiro cunhou o termo em seu artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*.

Entretanto, essa definição surge em um contexto extremamente sociológico. Portanto, o conceito de interseccionalidade trabalhado será pelas lentes psicológicas de Else-Quest e Hyde (2016), que dizem que a pesquisa interseccional deve atentar-se à experiência e à significação de pertencer a categorias sociais de maneira entrelaçada, notando que simplesmente examinar os efeitos interativos de categorias sociais é insuficiente para se qualificar como uma abordagem interseccional, devendo manter uma justificativa explícita para a análise.

No exemplo de Kim Kitsuragi, será analisada a interseccionalidade de suas identidades como um policial homem, gay e neto de imigrantes asiáticos, que, no contexto do jogo, são suas identidades com maior interação intrapsíquica. Sua identidade profissional, o aspecto policial, é analisado considerando que a narrativa se passa em Martinaise, um distrito de baixa renda na cidade de Ravachol, que por razões burocráticas e socioeconômicas, não está sob jurisdição de qualquer delegacia policial na cidade, gerando hostilidade e desconfiança por parte dos trabalhadores locais. Sua identidade como homem cisgênero é também analisada aqui em razão da cultura de masculinidade exagerada dentro da organização policial. Sua orientação sexual é analisada aqui justamente em contraponto com essa cultura “macho”. Por fim, sua etnia é analisada devido ao conflito entre seu orgulho por ser revachioliano (sua nacionalidade) e a negação dessa identidade por outros revacholianos, em razão de sua etnia.

O segundo elemento essencial da definição de Else-Quest e Hyde envolve a análise de poder e desigualdade: “a pesquisa deve teorizar e analisar como poder e desigualdade estão enraizadas em,

são fomentadas por ou são perpetuadas pela filiação a múltiplas categorias sociais” (tradução nossa). Por fim, o terceiro elemento essencial é definido como: “a atenção às categorias sociais como propriedades do indivíduo assim como de seu contexto social, considerando todas essas categorias e seus significados ou importâncias como potencialmente fluido e dinâmico” (tradução nossa).

Opressão Como Uma Condição Não Binária

Segundo Dhananjaya (2022), se aspectos distintos de opressão coexistem em um mesmo ambiente cultural, e as ideias introjetadas deste ambiente formam os três estados do ego, e seria difícil argumentar que alguém poderia ser imune a esse processo de introjeção. Assim, considerando que o indivíduo mantém múltiplas identidades sociais, criadas internamente, e que interagem de maneira intrapsíquica, interpessoal e interseccional, cujos significados são dinâmicos e fluidos, mantém-se que um indivíduo experimenta, em diferentes ou em um mesmo contexto, os papéis de opressor e oprimido, com outro ou consigo.

As identidades sociais não servem tão somente para informar o mundo externo de como identificar o indivíduo, mas também têm o intuito de ajudar o indivíduo a identificar as estruturas de sua própria mente. Nesse contexto, surge a pergunta: que tipo de acesso determinadas partes da mente têm ao resto da mente? Na análise transacional (Murray, 2023), o ego é categorizado em três estados: a) a criança: quando se interage e responde baseado no condicionamento de emoções internas sentidas durante a infância, que por diversos motivos foram afixadas na personalidade de um indivíduo; b) o pai: são os comportamentos aprendidos externamente em interações e relações com figuras de autoridade (pais, professores, etc). Pessoas se encontram nesse estado quando são reativas a uma situação e agem de acordo com seu condicionamento, copiando a forma como

uma figura de autoridade tratou elas e os outros, em vez de analisar cada situação novamente no aqui e agora; c) o adulto: quando o indivíduo interage com as pessoas e seu ambiente no aqui e agora, não com base em condicionamentos passados ou em como outras pessoas lhe disseram para ser.

Construindo em cima dessas definições da AT, Dhananjaya (2022) propõe que as múltiplas identidades sociais residem dentro do estado de ego da criança, todas contendo uma segunda ordem de estados de ego: a criança na criança, o pai na criança e o adulto na criança. Desta forma, as identidades conseguem manter uma interação transacional entre si dentro da psique. Surge no trabalho de Dhananjaya a ideia que partes da identidade cultural podem interagir intrapsiquicamente para oprimir identidades distintas. Segundo o autor, essas dinâmicas são ainda reforçadas por sistemas sociais e legais de opressão.

Análise De Identidades

Há muitos momentos durante a narrativa de *Disco Elysium* (ZA/UM, 2019) em que conflitos identitários diversos podem ser observados no personagem de Kim Kitsuragi. Durante diversas partes do jogo, o jogador pode perder completamente o controle do protagonista, Harrier Du Bois, que reage da pior forma possível a determinadas situações caso o valor numérico de suas perícias não seja alto o suficiente.

Em uma ocasião dessas, Harrier diz algo extremamente preconceituoso para Kim, que, irritado em ouvir algo tão racista saindo da boca de seu parceiro, retira-se das redondezas, retornando apenas muito depois para confrontá-lo. Após um pedido de desculpas do protagonista (*se o jogador decidir desculpar-se*), Kim, em um raro momento de vulnerabilidade, diz que ninguém nunca questionaria Harrier, apesar de suas muitas falhas, por ele ser revacholiano. Em

contraste, a maioria dos conterrâneos de Kim nunca o verão de outra forma senão como asiático, por mais que Revachol seja a cidade onde ele nasceu e a única onde já morou, e por mais que ele ponha em risco sua vida pelos cidadãos como um detetive da polícia. Nesse contexto, Kim Kitsuragi ocupa inteiramente um papel de oprimido, sofrendo uma agressão partindo de um oficial de patente mais alta (Harrier), e que faz parte da maioria étnica local, atacando então tanto sua etnia quanto seu status de neto de imigrantes.

Há, entretanto, momentos também que Kim toma o papel de opressor externo, isto é, oprime o mundo exterior. Durante o segundo ato da narrativa, é possível encontrar uma personagem de dezenove anos, no frio, gravando os sons de um lago congelado perto de uma barraca onde ela mora. Com certas perícias altas o suficiente, é possível notar que a garota está sob efeito de alguma droga, e se essa informação for telegrafada a Kim, ele imediatamente assume uma postura diferente, subindo o colarinho de seu casaco, tremendo e falando sobre drogas que ninguém mais usa com gírias antigas, enquanto finge estar sofrendo de abstinência. O momento se desenvolve de uma maneira cômica na narrativa, mas uma análise mais atenta revela a assimetria de poder envolvida: um policial homem, cis, tentando enganar uma garota jovem, de classe socioeconômica baixa, em situação de vulnerabilidade, para que ela venda drogas para ele, nota-se que o contexto muda para uma situação de opressão.

Kim também faz uma opressão intrapsíquica entre diferentes identidades suas. A polícia do mundo de *Elysium* é demonstrada como uma organização misógina, homofóbica e com uma cultura de hipermasculinidade. Nesse contexto, Kim é reticente em mencionar sua sexualidade, sendo inteiramente possível jogar o jogo sem nunca descobrir esse aspecto do personagem. Quando o faz, é por um motivo inteiramente pragmático: evitar que o protagonista se distraia com isso e permitir que os dois possam focar no caso que

estão investigando. É inteiramente compreensível que Kim não se sinta confortável se assumindo para a maioria de seus colegas.

Um conflito interno surge quando, apesar de toda a homofobia, Kim admite que gosta de ser policial e fazer parte da delegacia. O diálogo no primeiro exemplo subentende que ser policial é uma forma de legitimar sua identidade nacional, uma identidade que é colocada em conflito devido a opressão que sofre por sua etnia (é revelado que ele até já considerou mudar seu nome, presumivelmente para algo mais local).

Além disso, Kim também tem alguns interesses associadamente masculinos que o ajudam a se integrar na cultura de hipermasculinidade policial. Entre eles, destaca-se que Kim gosta de modificar seu carro, mudando o motor, os faróis e a suspensão do veículo, um de seus interesses que mais transparece. Mais de uma vez, membros da polícia comentam positivamente sobre o carro para Kim, o que o agrada muito. Conforme afirma Foucault (2015), as normas culturais e sociais são introjetadas pelos indivíduos, criando formas de autovigilância. Isso é evidente no caso de Kim, que internaliza os discursos de opressão ao ponto de oprimir sua própria identidade sexual.

Impactos Psicológicos E Respostas À Opressão

Para Dhananjaya (2022), a interação complexa de opressão entre diferentes identidades pode reprimir algumas identidades e incutir vergonha em outras, causando fragmentação em partes do pluralismo identitário interno ao ego da criança. Esse processo, a fragmentação, faz com que algumas identidades se desconectem uma das outras, resultando na alienação das identidades oprimidas na mente.

Dhananjaya explica essa interação usando a linguagem da psiquiatria radical, por meio da seguinte fórmula: Alienação

= Opressão (aqui, a opressão intrapsíquica) + Mistificação (as crenças que são introjetadas ao longo do tempo). No exemplo de Kim Kitsuragi: Opressão = Suas identidades de policial, homem cisgênero e revacholiano reprimem sua identidade sexual e tentam ser mais aparentes que sua identidade étnica. Mistificação = Essas crenças surgem de opressões reforçadas a níveis individual, cultural e sistêmico, que suportam que Kim não é revacholiano devido a sua cor (uma repressão externa) e sugerem que esconda sua sexualidade porque seus companheiros do trabalho, que ele estima, evidentemente não respeitam pessoas gays, e ele gosta de se sentir pertencente à cultura (uma repressão externa e interna). Alienação = Sua identidade sexual é alienada, resultando em uma fragmentação e isolamento do Eu. Dessa forma, Kim contribui para sua própria opressão. Por outro lado, enquanto sua identidade étnica não é apagada, suas identidades policial e revacholiana são infladas em uma tentativa de ofuscá-la.

Conclusão

Utilizando do método interseccional de Else-Quest e Hyde (2016) — que examina todas as identidades de maneira entrelaçada, analisa relações de poder e equidade e considera as categorias sociais do indivíduo como propriedades de seu Eu e de seu contexto social, sendo estas fluidas e dinâmicas —, articulou-se A Teoria da Análise Transacional de Eric Berne, conforme apresentada por Murray (2023), para aplicar as ideias elaboradas por Dhananjaya (2022) acerca da não binariedade da opressão sobre o contexto interseccional complexo do personagem de Kim Kitsuragi, do jogo *Disco Elysium*.

Argumentou-se que Kim hesita em revelar sua sexualidade abertamente pois teme ser marginalizado em seu trabalho como policial, que é uma posição social que ele usa para tentar legitimar sua identidade nacional diante do obstáculo que é ser uma minoria

étnica e imigrante em um país majoritariamente branco. Esse caso foi mobilizado para ampliar o entendimento das dinâmicas de poder e marginalização e ilustrar de forma mais digerível uma relação de opressão externa e interna que transcende a ficção, e chama atenção para desigualdades estruturais enfrentadas por pessoas reais, no mundo real.

Miguel Leão Neves

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS

CHO, S.; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013. DOI: 10.1086/669608.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: jstor.org/stable/1229039. Acesso em: 11 dez. 2024.

DHANANJAYA, D. We are the oppressor and the oppressed: the interplay between intrapsychic, interpersonal, and societal intersectionality. **Transactional Analysis Journal**, v. 52, n. 3, p. 244–258, 2022. DOI: 10.1080/03621537.2022.2082031.

DISCO Elysium. Versão 2.024. Tallinn: ZA/UM, 2019. Jogo eletrônico. Disponível para Nintendo Switch, PlayStation 5, Windows e Xbox Series X.

ELSE-QUEST, N. M.; HYDE, J. S. Intersectionality in Quantitative Psychological Research: I. Theoretical and Epistemological Issues. **Psychology of Women Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 155-170, 2016. DOI: 10.1177/0361684316629797.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MURRAY, H. Transactional Analysis Theory & Therapy: Eric Berne. **Simply Psychology**. Disponível em: simplypsychology.org/transactional-analysis-eric-berne.html. Acesso em: 10 dez. 2024.



O filme “Close” (2022) e os impactos da cobrança da masculinidade nas relações afetivas

Ana Francisca Maia
Fernanda Rodrigues Alves
Thiago Maia Almeida Jorge

Desde a infância, é introjetada, na maioria das pessoas, a ideia de ser de um jeito delimitado. Compatível ao sexo biológico. A pessoa tem seu gênero atribuído em um vínculo íntimo com o seu corpo e como ele é entendido socioculturalmente. A consequência disso é a continuidade da danosa binariedade que deslegitima formas de existência que não obedeçam ao modelo social estabelecido de Homem e Mulher, de Masculino e Feminino. Como se essas fugissem ao natural.

Essa introjeção é tão presente que soa como uníssona. Está no como vestir-se, como cuidar de si e do outro, como agir, sentar-se, que cor de quarto ter e quais brincadeiras brincar. Podemos entender influências desse tipo como silenciosas. O silêncio do não dito, da não pergunta, da pressuposição. Assim é, enquanto todo o arredor da criança está seguindo, tradicionalmente, as leis heteronormativas e binárias, replicando os marcadores sociais de gênero. Impondo, com tom de voz grosso e viril, a masculinidade.

O que buscamos levantar neste capítulo, mais do que a adoção de papéis de gênero independente dos órgãos genitais, configuração cromossômica, ou níveis hormonais, é justamente o lugar da masculinidade nesse êmbolo. Faremos isso através de uma análise do filme *Close* (2022), focado nos impactos da masculinidade nas relações afetivas, especialmente na amizade entre meninos.

Dirigido e coescrito por Lukas Dhont, *Close* (2022) aborda a história de dois meninos de treze anos, Leo e Remi, que, após entrarem em uma escola nova, têm sua amizade interrompida.

Com a delicadeza dos campos belgas, as brincadeiras encenadas e a estrada percorrida por eles de bicicleta, o filme se inicia como uma verdadeira história de amor entre os garotos, que nutrem uma amizade íntima e muito afetuosa, característica que não era tratada como algo problemático por eles ou suas famílias. Ao entrarem na escola, sua proximidade causa estranhamento em seus colegas, que questionam se os garotos estão juntos romanticamente e fazem insinuações. Tal estranheza parece ser irrelevante para Remi, que continua a se comportar da mesma forma, mas afeta profundamente Leo, levando-o a se afastar de seu amigo e se juntar ao grupo que fazia as insinuações. A partir daí, o filme segue com uma escalada desse afastamento até o ponto de virada da trama — quando Remi comete suicídio e a obra passa a retratar as repercussões desta tragédia na vida de Leo.

Na análise do longa-metragem, vamos tomar o entendimento de masculinidade como uma construção imersa em relações de poder que são socialmente construídas e variam entre culturas, períodos históricos e indivíduos, e são aplicadas a indivíduos generificados como homens — processo no qual a socialização do indivíduo o faz identificar a outros e a si mesmo como um único sexo dentro do sistema de gênero binário (Anderson, 2009). Compreendemos que a masculinidade é construída em dois campos inter-relacionados de poder, sendo eles as dinâmicas da relação de homens e mulheres e as dinâmicas entre homens.

Dessa forma, dois fatores constituintes da masculinidade são o sexismo e a homofobia. Os integrantes destas relações de poder, tradicionalmente homens cisgêneros, brancos e heterossexuais, frequentemente não visualizam essa construção como os grupos não privilegiados por ela. Entretanto, a sociedade, como um todo, tende a perpetuar e impor as características da masculinidade regente em indivíduos que sejam generificados como homens, ainda que sem intenção direta (Kimmel, 1998).

No filme, os papéis de gênero são abordados de forma ampla, mostrando os efeitos das exigências da masculinidade nas relações interpessoais e no comportamento individual dos personagens. No livro *O segundo sexo* (1949), Beauvoir estabelece que a unidade só existe a partir da diferenciação do Outro, aplicando esse conceito não apenas para a dualidade homem e mulher sobre a qual sua obra discorre, mas sobre grupos minoritários que precisam existir para que o grupo dominante se diferencie como unidade. A construção do masculino envolve diversas práticas sociais entre homens, diferenciando-se ao máximo de práticas tipicamente reservadas as mulheres (Amaral, 2019), e deslocando homens que demonstrem práticas percebidas como femininas para o local de Outro, dentro do próprio gênero.

A amizade de Remi e Leo, devido a sua proximidade e carinho físico e verbal, não se encaixa em práticas condizentes com a masculinidade imposta desde a infância na maior parte das crianças que tiveram o gênero masculino atribuído a elas atualmente. O afeto e o cuidado são valores atribuídos tipicamente a mulheres e, consequentemente, percebidos com certo desprezo, classificando quem os pratica como “menos homem”. Dentro dessa classificação estão os homens gays, visto que a norma da masculinidade é o relacionamento heteronormativo. Dessa forma, quem sente atração romântica e/ou sexual por homens possui uma característica chave do que é considerado ser mulher (Amaral, 2019).

As visões dos colegas de escola a respeito da amizade de Remi e Leo demonstram a homogeneidade da masculinidade desde a infância. O autor Michel Foucault (1996) argumenta que a escola é uma instituição disciplinar, ou seja, por meio de práticas, procura regular e normatizar a subjetividade de seus alunos para moldar adultos mais produtivos para o sistema socioeconômico regente. Incluída nesta normatização, está a performance de gênero binária e a dos relacionamentos heterossexuais, amplamente enraizados

na cultura ocidental. A heteronormatividade exige que os homens busquem um ideal de virilidade, dominância e força (Butler, 2017), herança presente desde a Idade Média, visto que o conceito de masculinidade para um nobre era um conjunto de valores como coragem, bravura, sangue-frio, poder e honra masculina, sendo associados aos duelos de cavaleiros e mantidos, mesmo que adaptados à sociedade, até os dias atuais (Oliveira, 2004).

A partir de uma revisão de literatura acerca de masculinidades nas escolas, foi verificado que, desde o ingresso na educação formal, os corpos são lidos dentro de uma significação generificada de masculino e feminino, e que a masculinidade no ambiente escolar estava associada a não expressão de sentimentos. Os alunos que não performavam a masculinidade heterossexual tradicional tendiam a ser marginalizados e ter a sociabilidade restrita em grupos sociais de meninos. Em especial, na transição para o ensino médio, caso próximo aos protagonistas do filme, os estereótipos da masculinidade tradicional se intensificam com a procura do pertencimento, agora aliado à intensificação das expectativas de um relacionamento romântico heteronormativo (Ferreira; Rodrigues; Souza, 2022).

O ambiente escolar, visto como fonte de traumas e insegurança para pessoas que não performavam a generificação a elas aplicadas (Ferreira; Rodrigues; Souza, 2022) é presente no filme. Leo opta por performar uma masculinidade com a qual não se identificava e prejudicava suas relações mais próximas, chegando ao ponto de quase não falar mais com Remi e rir de piadas as quais o constrangiam anteriormente, comportamento condizente com a performance dos papéis estereotipados para a aceitação social no ambiente escolar. Por meio disso, são perpetuadas as imposições tanto dentro do ambiente escolar, como quando os alunos saem da escola e continuam performando em outros ambientes.

A cultura masculina tem como um de seus atributos populares a autossuficiência e individualidade. O homem “Alfa”. Símbolos de um suposto comando, liderança isolada, independência, responsabilidade, proveniência a todo custo. Essa ideia de autossuficiência é insustentável na prática, mas é curioso como ela se sustenta nas expectativas sociais justamente por pressão de uma rede de homens ditos “autossuficientes”; grupos nichados formados majoritariamente por homens, em que todos são réplicas da figura de um homem forte. Exemplos disso são torcidas e times de diversos esportes. Não por acaso, na medida que se afasta de Remi, Leo faz esforços para articular-se em um time de hóquei, formado por garotos dos quais é exigido força e “resiliência”. A partir desse exemplo de comportamento, pode-se pensar uma infinidade de grupos com o mesmo padrão de funcionamento.

Após a pressão social da masculinidade invadir a relação dos meninos, sem nunca mencionarem ou conversarem sobre o assunto, a amizade observada no início do filme desvanece progressivamente, o que é doloroso de assistir. A noite que anteriormente era compartilhada em aconchego e proximidade, com os garotos dividindo a mesma cama, agora é marcada pelo distanciamento de Leo, que decide dormir no colchão extra e quando, pela manhã, percebe que o amigo se deitou ao seu lado sem que percebesse, inicia uma briga ávida e silenciosa, ilustrando essa mudança na relação dos garotos. O silêncio, não somente nesse caso, mas em todo o filme, tem grande peso na construção da história.

Ao assistir *Close* (2022), é quase impossível não notar que o filme é silencioso. Quietos. Poucas falas, sons indistintos, contínuos, como o das correntes de bicicleta, ou os burburinhos de crianças no recreio. Em *Close*, ao invés de o barulho irromper o silêncio, o silêncio irrompe o barulho. As violências chegam sem alarde, silenciosamente tomam conta e instalam uma quietude sepulcral. A vergonha e a repressão que envolve os personagens não alcança o campo do diálogo, mas

transparece justamente na ausência e na evitação dele. A homofobia mata e molda para matar silenciosamente.

O menino, antes de se dar de cara com as exigências da masculinidade adulta, é criado e desenvolvido enquanto criança. Na infância, tudo se inicia com as silenciosas introyeções que comentamos antes. O papel da família é, então, indissociavelmente fundamental para a ocorrência ou não de uma manifestação desse tipo de masculinidade. Outros núcleos de convivência da criança têm impacto tão fundamental quanto a família, como amigos da vizinhança ou profissionais e alunos da escola frequentada. Essas redes ainda podem ser de certa maneira selecionadas pela família, mas têm também grande determinação social envolvida.

Por mais incansável que seja a tentativa de seleção dos núcleos onde as crianças irão se desenvolver, restringi-las a redes não concordantes com a norma hegemônica vigente é popularmente insustentável. Infelizmente, em algum momento, a criança se depara com a norma carregada de seus preconceitos, toma conhecimento de sua dissidência ou marginalidade, é rotulada em raça e gênero, e sofre as consequências desse rótulo. É exatamente essa a tragédia retratada no filme *Close* (2022).

Nessa transição, acompanhamos de perto Leo, tendo acesso à vivência de Remi apenas nos momentos compartilhados pelos dois, cada vez mais raros e marcados pelo distanciamento, ou então nos olhares observadores que Leo ainda direciona a ele quando ninguém está olhando. É especialmente quando Remi confronta Leo na escola sobre o afastamento forçado do amigo e os dois iniciam uma briga física, que podemos ter dimensão do sofrimento que ele vem experienciando enquanto Leo o evita.

Podemos notar que Leo ainda se importa com o amigo quando ele fica preocupado ao perceber que o outro não compareceu ao passeio escolar. Ao retornarem à escola, os professores parecem aflitos no ônibus, o que é observado por Leo, e mais tarde eles comunicam

à turma que devem encontrar suas famílias e se direcionarem ao ginásio. Quando chegam, as crianças vão saindo do ônibus pouco a pouco, mas Leo fica paralisado. O pressentimento de uma tragédia já está instaurado quando a mãe de Leo se aproxima e diz ao filho que Remi se foi. A reação de Leo é de fugir e correr por longos quilômetros, sozinho.

Em dinâmicas familiares, mesmo que atualmente venha crescendo a tendência da quebra de expectativas de gênero quando abordado o papel dos homens na paternidade, ainda é verificada a dificuldade de expressão de afeto e cuidado, visto que o padrão de masculinidade está ligado à imagem do provedor e, muitas vezes, ausente emocionalmente e/ou fisicamente. A expectativa gerada pelos padrões de gênero não se limita apenas aos pais e seus filhos, mas também para todos os homens da família e de como são vistos realizando tarefas tipicamente delegadas a mães ou mulheres. Foi verificado que pais que levavam seus filhos a hospitais, escolas, atividades ou viajavam sozinhos causavam certa estranheza nas pessoas observando (Cardoso *et al.*, 2021).

No longa, as famílias de Remi e Leo não demonstram qualquer espanto frente às demonstrações de carinho entre os meninos. São mostradas cenas nas quais a mãe de Remi se deita com os meninos no jardim da mesma forma que eles agiam quando sozinhos, e diversas cenas nas quais o irmão de Leo é igualmente afetuoso com ele, assim como acontecia entre os amigos. Diante do afastamento dos meninos, podemos observar a incompreensão da mãe de Leo, que continua a perguntar pelo amigo do filho, e posteriormente à tragédia, a incompreensão também da mãe de Remi, que ganha enfoque quando a trama aborda a relação que ela e Leo nutrem após a perda.

Por meio do laço de irmandade consanguínea de Leo com seu irmão Charlie, podemos pensar a sexualidade inerente às legitimações de afeto, instrumentalizada para impor tabus e

nuclearizar papéis. A relação de irmandade de Leo com Remi é tão forte quanto a sua relação com Charlie. Curioso é como, aos olhos externos, o ato de dormir juntos, por exemplo, é considerado um sinal de homossexualidade quando com um (Remi), e irmandade quando com outro (Charlie). No masculino, o carinho a um externo ao núcleo familiar é imediatamente tomado como libido.

A masculinidade performática de Leo é evidenciada, especialmente, no contexto do luto pela morte de seu amigo, quando observamos a maneira que ele luta contra a vulnerabilidade da perda e a expressão dos seus sentimentos, sempre se isolando quando de frente a eles. Há, por parte dele, uma relutância em chorar. O choro foi retratado em duas cenas anteriores à tragédia, no início da narrativa quando ele se emociona com o concerto em que Remi está tocando, ou posteriormente quando chora no confronto com ele na escola, mas após a morte do amigo, observamos que Leo só se permite chorar quando está sozinho, ou então quando quebra o braço em contexto esportivo.

No momento em que Leo chora no hospital enquanto tem seu braço engessado, o socorrista que o atende pergunta se ele está sentindo dor, mas o garoto faz que não com a cabeça, o que abre espaço para o questionamento do verdadeiro motivo do choro, provavelmente relacionado à perda de seu amigo. Na cena, Leo é amparado pelo pai que diz “Um braço quebrado dói” na intenção de confortar o filho, mas podemos analisar a frase como um reforço da ideia sustentada pela masculinidade normativa, de que a única justificativa para o choro em homens seja a dor física.

Além da evitação do choro, podemos observar que o único sentimento sentido com a morte do amigo que ele se permite expressar dentro da escola é a raiva, diante dos colegas que definem Remi como uma pessoa alegre após sua morte, mas que, segundo Leo, nem o conheciam, coisa que faz com que ele “exploda” e saia da sala. Ao sentir emoções de vulnerabilidade, fora do

escopo das aceitáveis dentro da masculinidade hegemônica, elas se acumulam em um grande sentimento de vergonha, visto que qualquer demonstração de vulnerabilidade significaria a perda de uma gama de valores que, essencialmente, moldam sua identidade. Ao reagir violentamente, estão em jogo estratégias de mudar o contexto emocional da situação, uma ferramenta de regulação da vergonha sentida e/ou reestabelecer valores que, devido à situação, parecem ter sido enfraquecidos — como a perda da “dominância” na dinâmica interpessoal, a coragem e resiliência que o indivíduo pensa que deveria estar performando e qualquer outro valor que pareça ter se alinhado com o que é esperado do gênero oposto, demonstrando fraqueza e uma quebra de identidade (Jakupcak; Tull; Roemer, 2005)

Assim, podemos encarar o filme *Close* (2022) como uma bela e trágica ilustração dos efeitos que a imposição da masculinidade tem sobre os garotos na pré-adolescência, especialmente no ambiente escolar. A trama nos leva a refletir sobre como essa masculinidade tida como padrão impede que garotos, ou pessoas designadas como tal, experienciem suas emoções e relações afetivas, sejam elas românticas ou não, de maneira plena e livre. Isso reforça a importância das discussões sobre a desconstrução de papéis de gênero com crianças e adolescentes em desenvolvimento, visto a importância desses anos formativos para suas identidades, e evitando que tragédias como a representada no filme, ou tantas outras configurações de tragédias, continuem afetando as crianças desviantes da norma heteronormativa e binária.

Ana Francisca Maia

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e voluntária no Centro de Cidadania LGBTQIA+ Heliana Hemetério do Paraná (CCLHH)

CV: <http://lattes.cnpq.br/0302439418387758>

E-mail: anafranciscamaia@gmail.com

Fernanda Rodrigues Alves (*ela/dela*)

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com grande interesse na área de pesquisa de gêneros e sexualidades, especialmente, de como estes perpassam as vivências humanas atuais, mesmo que despercebidos.

E-mail: rodriguesalves@ufpr.br

Thiago Maia Almeida Jorge (*ele/ dele*)

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Atualmente (2025), estagiário na assessoria técnica em pesquisas do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) e membro do conselho editorial das edições 7 e 8 da revista CadernoS de PsicologiaS. Presentemente, estuda temas que derivam da juventude, saúde pública, formação do psiquismo e educação estética.

CV: <https://lattes.cnpq.br/7971648576371346>

E-mail: maiathiago@ufpr.br

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. M. do. **Dimensão subjetiva da masculinidade:** significações de homens gays sobre o papel da escola no processo de constituição da masculinidade. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ANDERSON, K. L. Gendering Coercive Control. **Violence Against Women**, v. 15, n. 10, p. 1444-1457, 2009.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 3 ed. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero:** Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARDOSO, A. C. *et al.* Masculinidades, paternidade responsável e suas implicações familiares. **Revista científica da UMC**, v.6, n. 2, Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, 2011.

CLOSE. Direção: Lukas Dhont. Produção: Michiel Dhont e Dirk Impens. Bélgica e França: Lumière e Diaphana Distribution, 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

JAKUPCAK, M; TULL, M. T; ROEMER, L., M. Masculinity, Shame, and Fear of Emotions as Predictors of Men's Expressions of Anger and Hostility. **Psychology of Men & Masculinity**, v. 6, n. 4, p. 275-284. DOI: 10.1037/1524-9220.6.4.275

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

OLIVEIRA, P. P. de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; 2004.

SOUZA, D. C; RODRIGUES, I. M; FERREIRA, F. S. Masculinidades na escola: Revisão integrativa de literatura. **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207, v. 20, n. 1, p. 287-310, 2023.

WANDSCHEER, J. P.; LUKIANSKI PACHECO, Helena. Meninos não choram? Queer como contraposição à masculinidade hegemônica no filme Close (2022). **Letrônica**, v. 17, n. 1, p. e46095, 2024. DOI: 10.15448/1984-4301.2024.1.46095.

Sex and the City e a Heteronormatividade Performática

Leonardo Beithum Galdeano
Luana Loureiro Horta De Lima
Maísa Wentland dos Passos

A relação das mulheres com o sexo é frequentemente tratada como tabu ou tópico a ser evitado na sociedade ocidental (Wolf, 2018). *Sex and the City* (1998) é um seriado norte-americano que aborda a sexualidade feminina a partir da vida de quatro mulheres solteiras e independentes em Nova Iorque, com enfoque na personagem Carrie Bradshaw. Ela escreve uma coluna em um jornal, na qual relata suas experiências e reflexões sobre sexo e como ele se relaciona à cidade onde moram, priorizando questionamentos sobre as vivências femininas.

No entanto, a narrativa revela um conjunto de valores morais e éticos profundamente enraizados em normas conservadoras de gênero e sexualidade. A subjetivação desses elementos nas protagonistas se dá, quase exclusivamente, em contraponto às experiências masculinas, sendo isso demonstrado na relação que elas têm com a continuidade de suas descobertas sobre sexualidade aos trinta anos de idade e com a realização pessoal, no trabalho ou em relações sociais. Nesse sentido, Carrie Bradshaw elabora seus textos e reflexões a partir de uma perspectiva heteronormativa que restringe seu discurso às dinâmicas entre homens e mulheres cisgênero, ignorando ou marginalizando outras vivências; Carrie também reforça, em muitos episódios, tanto a bifobia quanto a homofobia em muitos de seus escritos, quando elabora narrativas envolvendo pessoas LGBTQIAP+.

O gênero, para Heberle (1997) e Ferrarini, Meireles e Sartor (2023), deve ser entendido como uma construção sociocultural, para além da dicotomia homem/mulher e colocada em um lócus

de intersecção com outras variáveis sociais. Por outro lado, a sexualidade é pautada a partir do princípio regulatório heterossexual, ou seja, é no desejo do homem pela mulher ou vice-versa que reside a matriz da identidade de gênero e das regras sociais de feminilidade e masculinidade frequentemente performadas na série (Cyfer, 2011). Seguindo essa conceituação, observa-se que, em toda construção de gênero e sexualidade, vigoram imperativos sociais que pautam a forma de representação desses aspectos subjetivos na sociedade (Bezerra *apud* Rajan, 2011), como nas mulheres do seriado, cujas sexualidades aparecem frequentemente em função do olhar masculino. As protagonistas buscam ultrapassar a relação conservadora da feminilidade ao assumir posições sociais frequentemente atribuídas a homens, tanto no trabalho quanto em relações afetivas.

As protagonistas da série, ao se referirem à forma emancipada, para a época, de viver suas sexualidades livremente, sempre o fazem partindo primeiramente de perspectivas de que a expressão sexual masculina funciona mais livremente quando comparada à feminina, objetivando também assumir esse papel. Essa questão é refletida pela narrativa da personagem Samantha, construída como um arquétipo da mulher emancipada, livre de normas sociais, engajada na liberdade sexual e cuja personalidade gira em torno de sua vida sexual e da rejeição a envolvimento emocional.

Essa construção, porém, revela uma contradição na qual a liberdade se torna uma limitação, visto que a personagem Samantha não desenvolve uma complexidade emocional; ao rejeitar qualquer possibilidade de vínculos profundos, ela impossibilita o desenvolvimento de um repertório afetivo, e sua imaturidade emocional a impede de aprender com suas experiências, tornando sua história superficial e unidimensional. Todavia, ao não se deparar com consequências narrativas que a levem à reflexão, sua trajetória evidencia uma visão distorcida da independência feminina,

sugerindo que a igualdade de gênero poderia ser alcançada apenas reproduzindo comportamentos tradicionalmente atribuídos ao sexo masculino, como a valorização do sexo casual, a recusa ao compromisso afetivo etc. Essa narrativa também desconsidera outras formas de desenvolvimento e realização pessoal que vão além da relação sexual.

A expressão da sexualidade masculina pelas mulheres decorre da mesma alienação que as fazem, hoje, aderir ao ideário patriarcal da mulher do lar. Isto é, elas são privadas, pela influência patriarcal na sociedade, do direito de serem algo além de um segundo sexo, como exposto por Simone de Beauvoir (1949). Nesse contexto, a série estabelece um dualismo entre o caminho tradicional do casamento — representado como o objetivo final e ápice da realização feminina — e a liberdade sexual, apresentada sob um olhar estigmatizante, conquanto as mulheres que optam por explorar sua vida sexual sejam retratadas com ressentimento e tristeza diante de sua solidão e, assim, ao mesmo tempo, são veladamente retratadas como pervertidas ou incompletas. Essa dicotomia reflete uma moralidade conservadora disfarçada de modernidade liberal, que limita a autonomia feminina ao validar suas escolhas apenas através da aprovação masculina.

No seriado, a isto é representado pela escolha de Carrie, ao final da trama por permanecer com Mr. Big, o que contradiz a mensagem de empoderamento e independência feminina que a série busca promover. Mesmo sendo apresentada como uma mulher moderna e emancipada, sua narrativa endossa a perspectiva de que ciclos de instabilidade e controle masculino são apenas obstáculos passageiros dentro de uma história de amor idealizado e que, no fim, esse amor justifica a submissão. Essa relação naturaliza a felicidade da mulher como atrelada a ser “a escolhida” por um parceiro que a considera descartável. Carrie, nesse processo, submete-se a essa dinâmica continuamente, moldando seus comportamentos em torno

dos desejos de seu parceiro, sendo frequentemente preterida tanto por outras mulheres, comumente mais jovens, quanto pelo trabalho.

Expandindo a análise ao âmbito sócio-histórico, *Sex and the City* (1998) busca ressignificar valores da elite burguesa como símbolos de independência feminina. As protagonistas vivem de forma individualista e consumista, uma vez que o consumo desenfreado, a obsessão por bens materiais e a busca por *status* social são tratados por elas como fundamentos para a felicidade. Essa perspectiva apresenta a independência feminina como algo intrinsecamente ligado à capacidade de adquirir luxo e conforto, ignorando experiências de pessoas de outras classes, raças e orientações sexuais. Dessa forma, embora a série seja vista como uma celebração da liberdade sexual e da independência feminina, ela reforça padrões tradicionais e excludentes, limitando a representação da mulher a um molde heteronormativo e elitista.

Deve-se considerar, também, a importância atribuída pelas personagens à remuneração de seus parceiros amorosos, atrelando sua masculinidade ao poder social e aquisitivo que acumulam, como observa-se na relação de Carrie com seu interesse amoroso principal, apelidado como Mr. Big em decorrência de seu *status* social. Observa-se, então, uma perspectiva sobre relacionamentos afetivos que trata primeiramente sobre a classe socioeconômica do parceiro, ou seja, do capital que pode ser acrescido pela relação. Somente após essa condição inicial, caso o possível parceiro seja influente ou tenha poder aquisitivo, permite-se imaginar e planejar uma relação amorosa.

Esse aspecto é exemplificado no caso da personagem Charlotte, representada por uma mulher que busca incansavelmente a realização do tradicional sonho de casamento e maternidade. Seu maior sonho é “casar bem”, ou seja, com um homem que possua dinheiro, *status* e segurança, elementos que ela vê como fundamentais para sua felicidade. Isso perpetua, assim, uma visão de realidade que ignora

as desigualdades de gênero e classe presentes na sociedade e nos costumes da época, evidenciando um empoderamento sexual e social restrito a uma elite.

É relevante destacar a excessiva ênfase atribuída à vida sexual das personagens, que frequentemente ressaltam suas experiências sexuais como mulheres solteiras de 30 anos, adotando um tom de superação das normas tradicionais. Conforme aponta Freitas (2011), no seriado reside uma suposta implicação de um “pós-feminismo”, no qual os padrões de sexualidade e gênero já teriam sido superados pelas ondas feministas anteriores, situando as protagonistas como mulheres pós-feministas. Nesse contexto, Freitas (2011, p. p. 28) reitera:

As mulheres pós-feministas são retratadas como aquelas que já conquistaram espaço no mercado de trabalho, podem contar com auxílio de terceiros na criação dos filhos e não sentem mais a necessidade de lutar por direitos que, nessa perspectiva moderna, lhes seriam naturalmente garantidos.

No entanto, observa-se que a representação de gênero na série, em vez de romper com padrões, reproduz valores tradicionais na forma de uma heteronormatividade compulsória, uma vez que a trama reforça o ideal de que a heteronormatividade se estabelece como a melhor opção. Ainda que ambientada em Nova Iorque, uma cidade com significativa diversidade sexual, os relacionamentos heterossexuais são os únicos representados e explorados profundamente, sendo assim demarcados como o normal por meio de falas e reflexões das personagens. Como consequência, a diversidade dos sujeitos e suas culturas não encontra espaço de representação inclusiva na trama.

Além disso, os poucos personagens homossexuais retratados na série são reduzidos a estereótipos, como no caso de Stanford, representado como “o melhor amigo gay”, cuja função na narrativa se restringe a comentar sobre moda ou homens. Essa representação,

embora contribua ao propósito de entretenimento do seriado, é usada como adereço para reforçar a história das protagonistas heterossexuais, perpetuando uma visão superficial e limitada da comunidade LGBTQIA+. Assim, ao mesmo tempo em que busca retratar a vida sexual de modo inovador à época, a série não aprofunda a complexidade da vida de pessoas que fogem do padrão heteronormativo, como ressalta Cyfer (2011), “A heterossexualidade, assim, aparece como uma condição a ser perseguida e alcançada, e, para alcançá-la, é indispensável repudiar a homossexualidade”.

É possível observar uma grande contradição no comportamento de Carrie e suas amigas, a saber, na noção de que as mulheres devem pensar a percepção de suas sexualidades como liberta e irrefreada, por exemplo permitindo o coito extraconjugal sem uma moralização negativa, mas simultaneamente baseiam suas vidas e descrições de si a partir de suas relações conjugais e sexuais com homens, assim como a seus desejos. A série reforça essa dualidade ao explorar uma instabilidade feminina estereotipada tanto através dos sentimentos quanto da cultura de consumo. A constante troca de parceiros, a ausência de vínculos familiares sólidos, a relação superficial com o corpo e a obsessão pelo consumo revelam como as protagonistas permanecem inseridas em um modelo cultural hegemônico. Nesse modelo, a validação masculina ainda ocupa um papel central, e a realização pessoal é frequentemente associada à presença de um parceiro, mesmo quando o discurso sugere independência e autonomia (Messa, 2007).

Tendo em vista essas características, pode-se assumir que o seriado colaborou com a propagação das ideias heteronormativas de gênero e sexualidade da época. Assim, ao invés de se tornar uma narrativa que desconstrói essas noções conservadoras, machistas e liberais, *Sex and The City* retorna a ser mais um elemento dessa cultura, ainda que de forma velada. Dessa forma, auxilia a manter as aparências de movimentos sociais liberais que reivindicam ser

emancipatórios, mas permitem a permanência do sistema capitalista neoliberal. Esse modo de vida propagado produz as condições materiais para o sufocamento da expressão humana de forma livre, a partir do domínio do capital e sua transitividade em sistemas políticos e ideários sociais sobre costumes e valores morais, cujos propósitos ulteriores serão sempre algo contrário aos valores humanos — se priorizado em detrimento do gênero humano: o capital.

Leonardo Beithum Galdeano (*ele/dele*)

É atualmente graduando do 5º período de Psicologia na UFPR. Sempre teve interesse na literatura sobre sexualidade e gênero, então enxerga como uma oportunidade muito especial participar do Sexualidades e Gêneros em Cena - Vol. III.

CV: <http://lattes.cnpq.br/0444347499778547>

E-mail: leonardo_beithum@outlook.com

Luana Loureiro Horta De Lima

Graduanda do 5º período de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CV: <http://lattes.cnpq.br/5948825295289291>

E-mail: luanaloureiro@ufpr.br

Maísa Wentland dos Passos (*ela/dela*)

Graduanda do 5º período de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CV: <https://lattes.cnpq.br/0632362800789268>

E-mail: maisapassos@hotmail.com

REFERÊNCIAS

BEZERRA, F. A. S. A imagem feminina em *Sex and the City*: uma análise de transitividade da narração. **Revista Investigações**, v. 24, n. 2, jul. 2011. Disponível em: periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/download/1319/1004/3304. Acesso em: 18 ago. 2025.

CYFER, I. Feminismo, sexualidade e justiça no debate entre Judith Butler e Nancy Fraser. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: Sociedade

Brasileira de Sociologia, 2011.

FERRARINI, N. L.; MEIRELES, V. H. B.; SARTOR, A. G. Sexualidade e subjetividade: uma perspectiva cultural-histórica. *In*: BONATO, F. R. C.; FERRARINI, N. L. **Sexualidades e gêneros em cena**. Curitiba: Bonato e Ferrarini; Imprensa UFPR, 2023. p. 29-40.

FREITAS, A. G. R. DE. **SEX AND THE CITY E LIBERAÇÃO FEMININA**: Concepções sobre as práticas sexuais na produção midiática contemporânea, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) — Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2010. Disponível em: uern.br/controladepaginas/depto-comunicacao-social-producao-discente/arquivos/0301sex_and_the_city_e_liberaa%E2%80%A1a%C6%92o_feminina_concepa%C2%A7a%C2%B5es_sobre_as_pra%C2%Alticas_sexuais_na_produa%C2%A7a%C2%A3o_midia%C2%Altic.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

HEBERLE, V. M. **An investigation of textual and contextual parameters in editorials of women's magazine**, 1997. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77322>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MESSA, M. R. As mulheres só querem ser salvas: *Sex and the City* e o pós-feminismo. E-Compós, [S. l.], v. 8, 2007. DOI: 10.30962/ec.137. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/137>.

STAR, D. *Sex and the City*. 1998. HBO, E! Entertainment Television.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução de Waldea Barcellos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Expressão de Gênero na infância e influências na dinâmica familiar: uma análise da obra “Uma criança como Jake”

Camila Dani da Silveira
Maria Eduarda Gasparin

Na obra cinematográfica *Uma criança como Jake* (2018), dirigida por Silas Howard, acompanhamos a história de Jake (Leo Davis) e seus pais, Alex (Claire Danes) e Greg (Jim Parsons), que enfrentam o julgamento da sociedade em razão da expressão de gênero não normativa de seu filho. Jake, uma criança de apenas 4 anos, tem preferência por brincadeiras tipicamente associadas ao universo feminino, como contos de fadas e brincar de boneca, e enfrenta diversos desafios devido a esses comportamentos, apesar de sua tenra idade. Ao retratar as perspectivas de Alex e Greg diante dessas adversidades, o filme aprofunda-se em temas relacionados à parentalidade e crianças que fogem dos padrões normativos de gênero e destaca a importância de um núcleo familiar estruturado, capaz de apoiar e acolher as nuances de gênero de seus filhos.

O filme se passa no período em que Alex e Greg tentam garantir uma vaga em uma escola particular para Jake, pois almejam proporcionar uma educação de alta qualidade para o filho. Alex, aflita por precisar escrever uma carta que qualificasse Jake para a escola desejada, busca ajuda de Judy (Octavia Spencer), sua amiga e professora de Jake. A docente sugere enfatizar a expressão de gênero atípica do menino, com o intuito de destacá-lo em relação às outras crianças, alegando que as escolas valorizam a diversidade. A partir disso, o que antes não era uma preocupação para Alex e Greg — a preferência de Jake por atividades ditas femininas — começou a ser uma questão para a família, que passou a notar o julgamento das outras pessoas para com seu filho.

Com o desenrolar da trama, os pais se veem confrontados com suas próprias inseguranças e expectativas em relação a Jake. Greg adota uma postura mais aberta e receptiva, disposto a aceitar a expressão de gênero do filho e destacando a importância de um acompanhamento psicoterapêutico para que Jake possa compreender melhor suas emoções e sua identidade. Por outro lado, Alex tem dificuldades em lidar com a situação, mostrando-se presa às normas sociais e temerosa de que Jake sofra preconceito. Essa divergência gera tensões no relacionamento do casal, evidenciando o impacto que a discriminação e a pressão externa podem exercer no ambiente familiar.

Ao final do enredo, Alex e Greg passam a abordar a expressão de gênero de Jake com naturalidade e respeito, apoiando-o de maneira mais compreensiva e amorosa. Eles reconhecem que, embora o mundo ao redor possa ser desafiador e cheio de preconceitos, é no núcleo familiar que Jake deve encontrar aceitação e segurança para ser quem realmente é. Ademais, o filme não utiliza a terminologia “transsexual” para se referir a Jake, evitando rotulá-lo e permitindo que sua identidade seja apresentada de forma mais aberta e fluida. Essa abordagem reforça a ideia de que a expressão de gênero de uma criança pequena não precisa ser definida ou categorizada de forma rígida, mas sim compreendida como parte de um processo natural de descoberta, evitando considerá-la como um desvio da norma, mas sim entendê-la dentro de seu próprio universo de expressão.

Nesse sentido, como exposto acima, o enfoque do filme se dá em Greg e Alex, pais de Jake, o que estimula a reflexão acerca de como se dá a relação de famílias, principalmente daqueles em papel de cuidadores, nesse caso pai e mãe, com crianças que divergem dos comportamentos normativos de gênero. Destarte, é importante ressaltar os papéis sociais contemplados por crianças e seus círculos sociais na sociedade ocidental. As crianças, principalmente aquelas de tenra idade como Jake, dependem de seus pais em múltiplos

aspectos, dentre eles jurídicos, econômicos, afetivos e materiais, o que torna essa relação muito particular quanto ao paralelismo entre afeto e autoridade provedora (Costa Novo, 2021). Há de se destacar a dependência das crianças para com os adultos como fator que muitas vezes transfere aos pais o peso das responsabilidades quanto ao bem estar de seus filhos e as decisões acerca de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, em virtude desse papel de cuidadores investido sob os pais, dá-se uma preocupação natural em relação a tudo que poderia apresentar um desvio a norma em relação aos seus filhos, o que justifica o fenômeno apresentado por Pontes e Nakamura (2020), de que os familiares são os primeiros a levantar suspeitas sobre os significados da não conformidade. É inegável que a construção social vigente impõe normas de como uma criança deve se comportar, o que ela pode ou não fazer e do que deve gostar, quase sempre também relacionadas aos papéis de gênero pré-estabelecidos. Dessa forma, atitudes não conformes apresentadas pelas crianças são capazes de gerar angústia nos pais que buscam a conformidade com esses padrões em relação aos seus filhos. No filme, isso é retratado pelo estresse crescente da mãe de Jake sempre que a de brincar do filho não conforme ao gênero masculino é trazida à tona. Outra manifestação dessa inquietação dos pais de Jake é a crescente insistência de Greg, pai de Jake, para que o filho fosse levado à terapia psicológica.

Pontes e Nakamura (2020), em sua pesquisa, apresentam o relato de um profissional de saúde que conclui que a demanda pelo tratamento psicológico quando se trata de crianças com comportamentos não conformes de gênero está, muitas vezes, relacionada a uma demanda dos pais de falarem sobre o assunto, e sobre as suas dificuldades. Como exposto, ao tentar conciliar a relação entre a proteção e o afeto relacionado a seus filhos, é comum que os responsáveis entrem em conflito interno sobre como proceder ao observar sinais de não conformidade em seus filhos, acompanhados pela uma sensação de

que algo deve ser feito a esse respeito. Nesse processo, a aceitação e o desabafo podem trazer um alívio considerável às crianças e adolescentes não conformes de gênero e principalmente a suas famílias (WPATH, 2012). É nesse sentido que se dão muitos dos encaminhamentos de crianças à psicoterapia, em que a motivação real, em grande parte dos casos, é a busca dos pais por seus próprios interesses (Pontes; Nakamura, 2020).

Nesse sentido, o livro *Normas de Atenção à Saúde das Pessoas Trans e com Variabilidade de Gênero*, explica, no capítulo IV, a importância da psicoterapia nesses casos como uma orientação a essas famílias. Os profissionais procurados devem se preocupar em entender as reais demandas daquela criança e como elas se relacionam ao seu relacionamento com a família, além de, em diversos casos, terem de assumir a responsabilidade de fornecer aconselhamento às famílias sobre como orientar-se diante da situação apresentada (WPATH, 2012).

No filme, é possível observar que o pai de Jake é quem que incentiva levar o filho à psicoterapia não apenas para o bem-estar de Jake, mas para seu próprio conforto no papel de pai. Essa explanação suscita a discussão acerca da visão social que a psicoterapia tem ou deveria ter em relação às crianças com comportamentos não conformes. Tanto no filme quanto na sociedade contemporânea, nota-se que a primeira resposta diante da observação de comportamentos como os de Jake é o tratamento psicoterapêutico. É inegável o valor da psicoterapia para qualquer indivíduo que dela se beneficie, porém essa associação direta acima mencionada apresenta o risco de uma infância diagnosticada, na qual qualquer traço que supostamente não está de acordo com a normatividade vigente precisa de atendimento clínico, ou seja, situando a transexualidade como um *a priori* clínico (Favero; Machado, 2019).

Ao usar a terapia como um escape para a angústia da parentalidade explicitada acima, acaba-se, muitas vezes de maneira

não intencional, patologizando tudo aquilo que não é conforme, haja vista sua associação com a necessidade de tratamento médico (Favero; Machado, 2019). As autoras ainda explicitam que a busca por terapia, quando se relaciona em sua maior parte com uma busca por diagnóstico ou apenas uma sensação de alívio por parte dos pais, pode ser mais prejudicial que beneficiária.

Todavia, não se busca desinflunciar a busca por terapia como suporte. O que se trabalha é as razões pelas quais isso se dá, que devem ser sempre orientadas a saúde psicológico do paciente, nesse caso a criança. Ademais, um diagnóstico de gênero, quando existente, não deveria ser a causa para um tratamento psicológico infantil, mas essa sim seria a busca pelo bem-estar da criança (Favero; Machado, 2019). Por último, encoraja-se também, nos casos como do filme no qual os adultos apresentam angústias próprias relacionadas ao processo de parentalidade, a busca por uma terapia pessoal, já que muitas vezes essa necessidade é transferida à criança quando na verdade diz respeito a eles.

Isto posto, pode-se concluir que *Uma Criança como Jake* promove importantes discussões sobre crianças cuja expressão de gênero não está em conformidade com os papéis tradicionalmente impostos pela sociedade — um tema ainda cercado por estigmas e raramente abordado nas discussões sobre sexualidade. Muitas vezes, presume-se equivocadamente que crianças que se identificam com um gênero diferente daquele atribuído ao nascimento necessariamente passarão por tratamentos interventivos, como hormonioterapia e cirurgias de redesignação sexual (Favero; Machado, 2019). No entanto, essas crenças refletem uma sociedade transfóbica que busca caminhos para invalidar a expressão de gênero desses infantes, visto que, ao acolher uma criança que desafia normas de gênero, o foco deve estar em intervenções de caráter psicológico e afetivo, e não físico.

O apoio do núcleo familiar é imprescindível, considerando que uma criança que provavelmente enfrentará discriminação e

violências simbólicas em diferentes ambientes não deve sofrer esse tipo de rejeição dentro de sua própria casa. O filme, portanto, enfatiza, de maneira sensível, como um lar amoroso é essencial para o desenvolvimento saudável de qualquer criança, seja ela cisgênero ou transgênero, evidenciando que a aceitação e o acolhimento são vitais para seu bem-estar e crescimento emocional.

Camila Dani da Silveira

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Maria Eduarda Gasparin (ela/dela)

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e estagiária do Juizado de Violência Doméstica e Familiar e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais - PR

REFERÊNCIAS

COSTA NOVO, A. L. “Mãe, Maria *nunca* existiu! Me chama de João?” Uma análise etnográfica das relações de família e medicalização nas experiências de “crianças trans”. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 60, p. 317-349, maio/ago. 2021. DOI: 10.1590/S0104-71832021000200011. Disponível em: scielo.br/j/ha/a/ZXCxXxYZs7LYNGg75Q/?format=html&lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2025.

FAVERO, S. R.; MACHADO, P. S. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 102-126, jun. 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.40481. Disponível em: e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/40481. Acesso em: 18 ago. 2025.

PONTES, J. C.; SILVA, C. G.; NAKAMURA, E. “Crianças” e “Adolescentes” trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 112-132, maio 2020.

UM GAROTO como Jake. Direção: Silas Howard. [S. l.]: Double Nickel Entertainment, 2018. Disponível em: Amazon Prime. Acesso em: 1 dez. 2024.

WORLDPROFESSIONALASSOCIATIONFORTRANSGENDER HEALTH. **Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero.** World Professional Association for Transgender Health, 2012.

Interseccionalidade Entre Psicologia, Sexualidade E Pessoas Com Deficiência No Curta-Metragem “Não Quero Voltar Sozinho”

Geovana de Cássia Thomasi Genero

Giovana Lais da Silva Lino

Julio Cesar Burbela de Alemar

A complexidade da experiência humana é vasta e multifacetada, com camadas interconectadas de identidade, percepção e desafios únicos. O presente trabalho propõe explorar uma trama que se desenrola no cenário brasileiro, utilizando a lente da psicologia social para desvelar as interações entre cegueira, autodescoberta, sexualidade, identidade de gênero e suas interseccionalidades. O ponto de partida desta análise é o notável curta-metragem brasileiro “Eu Não Quero Voltar Sozinho”, dirigido por Daniel Ribeiro.

A cegueira é um dos fenômenos centrais na narrativa. Leonardo, o protagonista cego, personifica não apenas a limitação sensorial, mas as barreiras sociais que as pessoas com deficiência visual enfrentam cotidianamente. O curta, todavia, apresenta outra faceta da cegueira, porque esta não é apresentada como uma limitação, e sim como um aspecto de sua identidade que coexiste com outras dimensões de sua personalidade e identidade.

No contexto brasileiro, o fenômeno da cegueira é complexo, permeado por desafios únicos que vão além das barreiras físicas. Indivíduos cegos muitas vezes enfrentam estigmas sociais e limitações de acesso que podem impactar profundamente sua formação identitária (Amaral, 1996). A deficiência visual não apenas altera a percepção sensorial, mas influencia as interações sociais, moldando a autopercepção e a maneira como são percebidos pelos outros. Neste cenário, a cegueira se torna mais do que uma condição física; ela é uma lente através da qual se constrói e desconstrói a identidade.

Outro tema crucial do curta-metragem é a autodescoberta. Leonardo, ao longo da breve trama, empreende uma reflexão natural para compreender sua identidade e suas emoções. Desta forma, a abordagem da homossexualidade na narrativa se opõe aos estereótipos mais comuns no meio audiovisual e oferece uma representação sensível da naturalidade da diversidade sexual, tornando o processo de aceitação algo mais simples: como o entendimento de emoções e sentimentos.

No curta, a interseccionalidade surge como um elemento significativo, pois a experiência de Leonardo é moldada não exclusivamente por sua orientação sexual, mas por ser cego, o que destaca os múltiplos aspectos de sua identidade. A multiplicidade de opressões e experiências forma um mosaico único que influencia a forma como os indivíduos se veem e são vistos pela sociedade. A análise crítica das complexas interações entre raça, classe, gênero e orientação sexual, que destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva na compreensão dos fenômenos psicossociais, pode ser observada na psicologia social.

Sobre esse contexto, a psicologia social oferece uma visão profunda dos processos e intersecções psicológicos envolvidos na autodescoberta ao explorar fatores sociais, como normas de gênero e expectativas culturais, os quais influenciam a construção da identidade pessoal (Paiva, 2008). Nesse sentido, esse ramo da psicologia investiga as atitudes e percepções sociais em relação às identidades de gênero e às orientações sexuais e revela as complexidades envolvidas na aceitação de identidades não-heteronormativas (Paiva, 2008).

Ao situar o enredo no contexto brasileiro, este trabalho busca compreender como as nuances culturais e sociais do país influenciam nas experiências dos personagens. A experiência de Leonardo não é estranha aos brasileiros. O Brasil, nação rica em diversidade, ainda enfrenta desafios específicos relacionados à aceitação da diversidade

sexual e à inclusão de pessoas com deficiência. A psicologia social, para tanto, permite analisar de modo aprofundado as dinâmicas culturais e sociais que permeiam as interações entre as pessoas, oferecendo insights valiosos sobre as complexidades do contexto brasileiro.

Exposição da Obra

O curta-metragem brasileiro “Eu Não Quero Voltar Sozinho”, roteirizado e dirigido por Daniel Ribeiro, lançado em 2010, retrata a história de Leonardo, o Léo, um adolescente com deficiência visual, em uma jornada de autodescoberta junto de seus amigos, Giovana e Gabriel.

Antes de conhecerem Gabriel, Léo e Giovana já eram amigos inseparáveis! Giovana sempre está disposta a acompanhar seu amigo até em casa, mesmo essa sendo longe de sua própria casa: a companhia de Léo possui valor afetivo. O curta se inicia no dia em que Gabriel é apresentado como o novo aluno da turma em que Léo e Giovana estudam. Após a apresentação de Gabriel, a dupla o convida para se juntar a eles na volta para casa, já que vão todos para a mesma direção. Começa, então, uma nova parceria.

Os três se aproximam e a história estabelece o cenário de descoberta do amor romântico de Léo por Gabriel. Léo demonstra visivelmente seu interesse por Gabriel para sua amiga, apesar de não deixar claro para o amigo. Em dado momento, entretanto, Gabriel flagra Léo apreciando o cheiro de seu moletom sem que ele saiba. A partir desse acontecimento, Gabriel entende os sentimentos de Léo por ele. Após certo tempo, Gabriel aparece sem avisar na casa de Leo e, por acaso, os sentimentos do jovem são revelados. E, em reação, Gabriel beija o amigo, que fica confuso em relação à veracidade do acontecimento.

O curta-metragem produzido pela produtora Lacuna Filmes, com duração de 17 minutos, ganhou diversas premiações em festivais nacionais e internacionais. Em 2017, ganhou uma versão estendida, intitulada “Hoje eu quero voltar sozinho”.

Articulação com a Obra

De acordo com Ciampa (2002), a identidade se constitui como metamorfose. Atribui-se, pois, certa dinamicidade ao conceito, haja vista que a identidade da pessoa não pode ser reduzida aos estereótipos que lhe são atribuídos. Especificamente em relação ao curta, ao desconhecer ou ignorar sua sexualidade, observa-se que a opinião geral compreende Leonardo a partir de uma única e exclusiva característica: a cegueira.

Assim, o personagem não é visto por outras capacidades ou habilidades que ele obtenha. Entretanto, a identidade não reconhecida, ou reconhecida de forma desumana, impõe aos indivíduos o aprisionamento compulsório na “mesmice”, fetiche que impede a concretização do sentido emancipatório de sua identidade. Outra perspectiva que se pode empregar no entendimento dessa redução é a “mesmidade”, conceito que designa o processo de busca de transformação do indivíduo. Esse processo se deve:

Em interação com suas diferentes personagens, a pessoa procura reproduzir valores e símbolos sociais a partir de sua análise interna e criar novas atitudes, crenças e ideias que podem dar origem a novos personagens. Esse movimento provoca a necessidade da busca de novas maneiras de se relacionar com o mundo e, em alguns casos, é capaz de modificar a teia social (Junior & Lara, 2017, p.5).

A exemplo disso, na cena em que Gabriel pergunta para o personagem principal se ele sempre foi “daquele jeito”, o personagem rebate: de qual jeito, moreno? Com esse embate, em específico, percebe-se que Leonardo rechaça a tentativa de neutralizá-lo na

“mesmice”. Leonardo mostra para Gabriel que “aquele jeito” é o seu jeito de ser: possui suas características e subjetividades para além de uma restrição de identidade que lhe imputaram, a de cego.

Neste sentido, muitas vezes, pessoas que enxergam reproduzem ideais que

Sobrevive(m) em lendas, contos e provérbios, a cegueira sugere uma enorme infelicidade, medo, respeito e o tratamento do cego como indefeso e abandonado. Mas, ao mesmo tempo, a crença de que a cegueira desenvolve na pessoa forças místicas superiores que lhe davam uma visão espiritual substitutiva da visão que perdeu. Homero era cego e conta-se que Demócrito cegou a si mesmo para dedicar-se à filosofia porque o dom filosófico se intensificava com a cegueira; o Talmud se refere a cegos como “pessoas com abundância de luz”, e nos ditos populares se considerava o cego como uma pessoa com “luz interior”. Finalmente, no cristianismo, se incluiu o cego entre “os últimos na Terra” que se converteriam “nos primeiros no Paraíso” (LIRA e SCHLINDWEIN, 2008, p.14).

Assim, essas crenças reprimem a experiência e as habilidades de pessoas cegas, especialmente no que concerne na repressão dos seus sentimentos, subjetividades e expressividades. Sobretudo, põe em dúvida a sua capacidade e a qualidade final de seus feitos.

Da mesma forma, é observado na trama, o enredo da descoberta da sexualidade do personagem principal. Ainda persiste o ideal de sexualidade hétero não-normativas serem vistas de forma pejorativa, mas, se a pessoa for cega, ela pode ser homossexual ou bissexual? A resposta é simples: Sim!

Os cegos, assim como os videntes, podem experimentar as diferentes formas da sexualidade em suas vidas, porém em modalidades diferentes entre si. Como o filme retrata, o personagem nunca havia sido o “escolhido” de alguém. O carinho, a conversa e o acolhimento do amigo despertaram, entretanto, um sentimento

que ela ainda não havia sentido, a paixão. Ainda que a modalidade utilizada para interagir com alguém seja diferente daqueles que enxergam.

Outrossim, este persistente preconceito é resultado de inúmeros fatores sociais. Entre eles, o conceito trans-histórico de “pecado” e advento do capitalismo. Isto se dá porque quem controla o sentido de cultura arbitra sobre os valores (Cevasco, 2003). Dessa forma, a visão ontológica daquilo que é certo ou errado fora formulado por uma classe dominante, que se deu por uma esfera de poder que legitima um discurso de poder (Foucault, 1977).

A esfera religiosa criou o conceito de pecado (Foucault, 1978). Nesse sentido, a igreja ponderou a homossexualidade como um ato desviante do natural. Assim, o controle massivo de corpos ficou à mercê da classe dominante a partir da criação de sutis instrumentos para a manutenção do poder. Tudo isso em cima do discurso legitimado que homossexualidade é pecado. Para exemplificar, a palavra “pederasta” por muito tempo serviu tanto como sinônimo para “homossexual” como para “pedófilo”. Desta forma, os dispositivos da reprodução do discurso legitimado em prol da manutenção da esfera de poder fomentou o firmamento e prolongamento do preconceito por homossexuais e bissexuais.

Em igual medida, a esfera médica criou o conceito de doença (Foucault, 1978). Somente nos anos 1970, impulsionado por movimentos sociais LGBTQ+ e pela influência do movimento de libertação gay nos Estados Unidos e na Europa, que o questionamento da visão oficial de homossexualidade como uma patologia começou a ganhar força e visibilidade no Brasil. No entanto, foi somente em 1985 que a 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental incluiu na sua pauta o tema da despatologização, reconhecendo a necessidade de remover a homossexualidade da lista de transtornos mentais.

Após intensos debates, em 1987 o Conselho Federal de Psicologia emitiu uma resolução que proibia os profissionais de psicologia de

tratarem a homossexualidade como doença e de oferecerem terapias de reversão sexual, conhecidas como “cura gay”. Essa resolução foi um passo importante para a despatologização da homossexualidade no país, mas a luta pela garantia dos direitos LGBTQ+ e pela superação do preconceito e da discriminação ainda persiste. Apesar da resolução (Conselho Federal de Psicologia, 1999), ainda existem profissionais e organizações que oferecem “terapias de reversão” ou “cura gay”, o que, além de ir de encontro a ética profissional, causa danos psicológicos aos seus pacientes e perpetua a lógica de estigmatização.

Contudo, a psicologia torna-se profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962, advinda de um intenso debate e articulação política pelas entidades de cunho acadêmico-científico. Entre elas, a Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP) e a Associação Brasileira dos Psicólogos (ABP) (Silva, 2017). Nesta época, a psicologia se omitia para as questões sociais ocorridas pela Ditadura e tinha uma abordagem de modelo biológico. Além disso, a psicologia serviu como aparato de identificação dos “inimigos do governo” por meio das avaliações e testes psicológicos, entre eles, a identificação de pessoas não-cisheteromativas e com deficiência (Silva, 2017).

Particularmente, a interação social de Leonardo é marcada por duas subjetividades, a sua deficiência e sua sexualidade. Essa sobreposição de camadas de subjetividade chama-se interseccionalidade. A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das

experiências humanas (Collins e Borges, 2021). Assim, a vivência do personagem é moldada por essas duas características ao mesmo tempo.

Considerações Finais

Portanto, o trabalho buscou descrever e analisar os temas presentes em “Eu Não Quero Voltar Sozinho”, utilizando a psicologia social de Ciampa e outros materiais que abordam as temáticas de sexualidades e deficiências físicas como uma ferramenta para tentar entender melhor as complexidades da cegueira, autodescoberta, homossexualidade e interseccionalidade no contexto brasileiro. Ao fazê-lo, busca-se não apenas compreender as experiências dos personagens, mas lançar luz sobre as questões sociais mais amplas que permeiam esses temas, contribuindo para um diálogo informado e inclusivo sobre diversidade e identidade no cenário contemporâneo brasileiro.

Geovana De Cássia Thomasi Genero

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Giovana Lais Da Silva Lino

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Julio Cesar Burbela De Alemar

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Deficiência: questões conceituais e alguns de seus desdobramentos.** Cadernos de Psicologia, v. 2, n. 1, p. 3-12, 1996. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições sobre Estudos Culturais.** São Paulo: Boitempo, 2003.

CIAMPA, A. C. (2002). **Políticas de identidade e identidades políticas**. In C. I. L. Dunker & M. C. Passos (Orgs.), Uma psicologia que se interroga: ensaios (pp.120 - 135). São Paulo: Edicon.

COLLINS, P. H. BERGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01. 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel . **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LARA, Nadir Junior; LARA, Andrea Santos. **Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação**. Psicologia & Sociedade, 29, e171283.

LIRA, M. C. F. de ., & SCHLINDWEIN, L. M.. (2008). **A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural**. Cadernos CEDES, 28(75), 171–190. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000200003>

NAGAFUCHI, T. **A URGÊNCIA DO DEBATESOBRE O SUICÍDIO DAS PESSOAS LGBTQIA+**. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Universidade de São Paulo, §2-15, Dezembro de 2019

PAIVA, V. **A psicologia redescobrirá a sexualidade? Psicologia em estudo**, v. 13, n.4, p. 641-651, Dez. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122111002>

RIBEIRO, Daniel. **Eu não quero voltar sozinho**. [Curta-metragem]. Direção de Daniel Ribeiro. Sel Ribeiro. São Paulo: Lacuna Filmes, 2010. Disponível em: <<https://youtu>.

be/1Wav5KjBHbI?si=OWURw3bzi_JzGhyK>. Acesso em: 01 out. 2024.

SILVA, F. F. (2017). **Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade**. Psicologia: Ciência e Profissão, 37(n. spe), 82-90. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1982-3703060002017>>

SILVA, G. S. **Da invisibilidade à pavimentação dos direitos humanos LGBTQIA+: um diálogo entre as conquistas históricas e a consolidação de direitos**. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA JURÍDICA, Université Paris Nanterre la Défense, §1-18, Abril 2020

SILVA, M. R. e CAMARGO E. P. **O uso do braille por alunos cegos: dificuldades e outras implicações para o processo de ensino e aprendizagem de Física**. REASERCH.GATE Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) §1-8, Junho 2017

**Qualquer um pode
ser uma Princesa?
Uma análise de
Princess Jellyfish**

Hayssa Yasmin Wieczorkovski Vanes
Vanessa Overcenko Kaminski

Princess Jellyfish (2010), ou *Kurage Hime* no original japonês, é um anime de 12 episódios que adapta o início do mangá homônimo de Akiko Higashimura, publicado em 2008. A história retrata sua protagonista, Tsukimi Kurashita (Kana Hanazawa), uma tímida menina de 19 anos, que vive em uma casa compartilhada com quatro outras mulheres socialmente isoladas e desempregadas, cada uma com suas obsessões peculiares, as quais, juntamente com sua falta de habilidades sociais, acabam por torná-las párias sociais.

A obsessão de Tsukimi é águas-vivas, a qual começou quando ela era muito pequena e sua falecida mãe a levou para um aquário, observando que os seus tentáculos brancos pareciam o esvoaçante vestido de uma princesa, e prometendo fazer para ela um vestido de noiva como aquela água-viva. O enredo começa quando Tsukimi, em uma das suas saídas para o centro da cidade (infrequentes, por conta da sua ansiedade), observa uma água-viva morrendo por ter sido colocada erroneamente com uma espécie incompatível. Incapaz de convencer o funcionário do aquário a agir devido à sua timidez, ela é expulsa da loja.

No entanto, uma mulher confiante e elegante intervém, salvando a água-viva e ajudando Tsukimi a levá-la para casa, onde ela pede para passar a noite. Quando a menina acorda, ela percebe que quem ela achava ser uma mulher era, na verdade, um menino chamado Kuranosuke Koibuchi (Mitsuki Saiga), que estava apenas vestido de mulher. O menino decide, então, continuar a se vestir de mulher para continuar visitando Tsukimi e as outras meninas, e, assim, se forma uma amizade.

O resto da série acompanha esses dois personagens na criação de uma marca de moda, com vestidos inspirados em águas-vivas, combinando as paixões de Tsukimi e Kuranosuke e usando o trabalho de todas as meninas para arrecadar dinheiro para salvar a casa onde elas moram de ser demolida (Omori, 2010). Essa história explora, entre outros temas, conceito de gênero, sendo os personagens mais interessantes para uma análise desse tema dentro da obra seus dois protagonistas: Tsukimi e Kuranosuke.

O principal conflito de Tsukimi durante a série envolve ela não se perceber como tendo alcançado as expectativas de sua mãe e da sociedade sobre o que uma garota deveria ser. Ela lembra que sua mãe, quando era viva, sempre dizia que quando as garotinhas crescem elas viram lindas princesas, porém, Tsukimi não se percebia como alguém que conseguiu atingir esse objetivo. Ela remarca que deve ter feito “algo errado ao longo do caminho,” e se desculpa com sua falecida mãe por não ter se tornado uma princesa.

Por ter sido ostracizada por seus colegas quando criança, Tsukimi não se tornou uma pessoa muito sociável, preferindo passar seu tempo em casa desenhando águas-vivas para tentar seguir seu sonho de se tornar uma ilustradora. Isso significa que ela se via como um tipo de menina completamente diferente daquelas que conseguiam ser confiantes, usavam roupas da moda, e andavam em grandes grupos pelo centro da cidade, não por ter, necessariamente, atributos considerados masculinos, mas por se sentir desconectada de atributos femininos.

Esse sentimento de inferioridade em Tsukimi fez com que ela propositalmente se isolasse ainda mais dessas pessoas, as quais ela e suas colegas de apartamento denominam *hipsters*, pois além de elas serem um constante lembrete daquilo que ela não era, elas eram vítimas de uma espécie de projeção por parte da garota, já que essa, ao presumir que essas meninas a rejeitariam, rejeitava a elas primeiro.

É interessante que, antes da entrada de Kuranosuke em sua vida, suas quatro colegas de apartamento também tinham essas mesmas visões, e frequentemente encorajavam Tsukimi a ficar em sua “zona de conforto,” afirmando que ela, por ser ansiosa, nunca conseguiria ir para uma rua movimentada como Harajuku em um fim de semana “nem se ela tentar por mil anos” (Omori, 2010). Essa experiência vivenciada por Tsukimi reflete um conflito real de muitas garotas ao não conseguirem alcançar as expectativas colocadas nelas desde a sua infância a respeito do que uma garota deveria ser.

É inegável que sempre performar a feminilidade da forma que se é socialmente esperado é algo extremamente cansativo e verdadeiramente inviável para algumas pessoas, por diversas questões. Entretanto, como Tsukimi vai perceber, há um erro no argumento que estabelece que uma garota precisa, necessariamente, ser ou não ser “como as outras”; estar dentro do grupo das “princesas” ou estar fora.

Sob a perspectiva de Judith Butler, em sua obra *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2019), percebemos que o gênero é performativo, sustentado por atos repetitivos que reforçam normas sociais, algo que Kuranosuke exemplifica ao usar a moda como meio de desafiá-las, questionando padrões rígidos sobre masculinidade e feminilidade. Percebemos portanto que rejeitar coisas ditas como femininas, como usar maquiagem, gostar de certos estilos de música, ou usar roupas ditas mais femininas, não tem que se igualar a uma rejeição de outras mulheres, pois essas atividades além de não serem essencialmente femininas, sendo apenas atribuídas como parte do que é necessário se fazer para corretamente performar o papel de gênero feminino, podem ser performadas por pessoas que não são mulheres. Nesse sentido, a narrativa destaca as dificuldades enfrentadas por aquelas que não se enquadram nas normas estéticas e sociais.

A obra de Eve Kosofsky Sedgwick, *Epistemology of the Closet* (1990), oferece uma análise crítica das formas como identidades e sexualidades são estruturadas e marginalizadas nas culturas contemporâneas. Kuranosuke, enquanto personagem que transita entre o feminino e o masculino, rompe dicotomias de gênero, ilustrando como essas fronteiras podem ser fluidas e carregadas de significados complexos. Nesse mesmo âmbito, ao longo da série e por meio da sua amizade com Kuranosuke, Tsukimi vai modificando sua noção rígida de pessoas que são ou não “princesas,” se percebendo como alguém que consegue, em certa medida, se expressar por meio da moda, o que a ajuda a ganhar mais confiança em diversos aspectos de sua vida. Afinal, ela vê em Kuranosuke, assim que o conhece, a imagem daquilo que imaginava corresponder àquilo que sua mãe via como uma “princesa”: uma pessoa muito bonita, confiante, e elegante. E se Kuranosuke, que é um homem, consegue tornar-se uma linda princesa, talvez essas duas categorias não sejam tão fixas e imutáveis quanto ela um dia pensou. Ela aprende que se vestir pode ser uma forma de se expressar, mas pode também ser, como Kuranosuke coloca, “colocar uma armadura” para se “preparar para uma batalha” (Omori, 2010).

Em um ambiente no qual é esperado que as pessoas se vistam e se portem de determinada maneira, pode ser interessante aprender a cumprir essas regras não como uma forma de ignorar sua identidade ou preferências, mas de modo a se dar a capacidade de navegar aquele determinado ambiente com maior facilidade. Por mais que sua jornada com a expressão de gênero tenha começado com os clássicos “make overs” de Kuranosuke, nunca foi uma expectativa, de nenhuma das duas partes, que ela renunciasse a forma como ela se vestia anteriormente para começar a se vestir da forma que Kuranosuke se vestia; isso foi apenas um pontapé inicial, para que Tsukimi pudesse passar por sua própria jornada, e achasse roupas que a servissem tanto para suas necessidades de praticidade quanto por serem mais expressivas, algo que é explorado mais a fundo nos

quadrinhos. Ela não precisa imediatamente adotar todos os trejeitos “femininos” para existir como uma pessoa no mundo, ou para ser admirada como uma designer, como uma amiga ou como uma possível parceira romântica, porém ela aprende, de certa forma, a ter essas formas mais femininas de expressão como ferramentas a sua disposição; que ela pode usar quando necessárias.

Kuranosuke começa a se travestir como uma forma de se distanciar da imagem de “filho de um político,” a qual seu irmão tão graciosamente adota, e também para se aproximar de sua mãe, de quem ele foi forçado a se afastar para que seu pai pudesse esconder sua traição. O menino é o filho bastardo de um político japonês, vindo de uma longa linhagem de políticos de renome, e de uma cantora de musicais francesa, a quem vemos nos *flashbacks* de Kuranosuke quando criança como alguém cercada de muitos vestidos e acessórios luxuosos, o que provavelmente foi responsável por dar início ao amor de Kuranosuke pela moda. Mesmo antes de começar a se travestir, o menino já tinha grande interesse pela moda, mais especificamente pela moda feminina, e nos é deixado implícito que ele já tinha o hábito de fazer “make overs” em suas amigas. Durante a série, ele não parece ter interesse em realizar nenhum tipo de transição de gênero, ocasionalmente inclusive tirando suas roupas mais “femininas” em situações em que ele quer ser visto como um homem. Ele também não atribui a si mesmo rótulos como travesti (*transvestite*) ou *drag queen*, dizendo que ele é apenas “um cara que gosta de se vestir de mulher,” algo que ele percebe como completamente normal. Por mais que seja possível especular mais a fundo sobre a identidade de gênero de Kuranosuke, a título de fidelidade ao cânone da obra, vamos nos manter ao texto explícito daquilo que é dito pelo personagem e considerá-lo como um menino que, ocasionalmente, se transveste de mulher (Omori, 2010).

Contudo, as coisas não são tão simples para Kuranosuke, pois apesar de ele se perceber como alguém normal, seu pai o trata com

imenso desdém, se recusando, inclusive, a falar com ele quando ele está vestido de mulher. Outras pessoas no seu arredor, todavia, não parecem ter um problema com isso; seu chofer, que é também um amigo da família, não parece se importar de forma alguma; seu irmão Shu demonstra desaprovação e desapontamento em uma série de momentos, porém mantém um relacionamento amigável com o menino; seu tio, outro grande político, parece até gostar do hobby de Kuranosuke, algo que é usado como alívio cômico em vários momentos da série, por não se esperar que um aparentemente sério e idoso político acharia as roupas de Kuranosuke não apenas aceitáveis, mas “fofas”. Da mesma forma, suas amigas da faculdade e até Tsukimi apoiam seus interesses.

Para entender essas reações diversas, podemos nos utilizar da perspectiva de Foucault (2015), que em *História da sexualidade I: A vontade de saber*, aponta como as relações de poder moldam as normas que regulam os comportamentos considerados aceitáveis dentro de uma sociedade, incluindo a performatividade de gênero, de modo que expressões divergentes são vistas como inferiores. Nesse sentido, seu pai, um político conservador, se incomoda mais com o fato do menino quebrar essas normas, por crer que alguém performando seu gênero de uma forma não normativa é algo que traz vergonha ao nome de sua família, já que os afasta de um ideal masculino de poder, do que os outros personagens, que, mesmo vivendo no mesmo país relativamente conservador, não compreendem essa quebra de normas como algo necessariamente negativo. Kuranosuke, por sua vez, rompe com essas normas ao se travestir, utilizando a moda como uma estratégia de resistência e de questionamento dessas expectativas sociais. Num geral, a forma que a obra retrata Kuranosuke se travestir é respeitosa, porém realista; esse fato não é sexualidade e nem visto como algo humilhante, mas também não é aceito por todos ao seu redor (Omori, 2010).

Entre outros temas, a história de Kuranosuke também explora sua identidade enquanto um homem cis e atraído por mulheres (muito possivelmente heterossexual, só tendo demonstrado atração por mulheres) que se transveste de mulher. Muitas vezes, identidade de

gênero, expressão de gênero e sexualidade acabam por ser confundidas entre si, mesmo por aqueles que sabem das suas definições, sendo identidade de gênero a identificação do indivíduo como homem, mulher, ou com alguma terceira identidade, expressão de gênero uma performance exterior de papéis e sexualidade a atração ou não, romântica ou sexual, por outras pessoas (Camargo e Neto, 2017). Na nossa sociedade, presumimos que homens cisgêneros e heterossexuais tendem a se afastar de tudo aquilo que os faça parecer femininos, ou seja, menos masculinos, e que se um homem realiza esse tipo de aproximação, isso é levado como um sinal de sua não hetero-cisgeneridade.

Durante a série, Kuranosuke demonstra querer ser respeitado na sua identidade enquanto um homem, mesmo sendo uma pessoa que se veste com trajes “de mulher.” Ele não se incomoda por ser confundido por uma mulher quando está trajado dessa forma, inclusive se aproveitando de sua aparência andrógina em diversas ocasiões, por exemplo, quando ele continua a fingir que é uma mulher para poder passar tempo com Tsukimi e as outras meninas em sua casa, na qual homens não são permitidos, adotando, assim, o nome feminino “Kurako”. Ao mesmo tempo que ele aprecia o fato de sua imagem como um menino que se veste de mulher torná-lo alguém que seu pai não vai querer educar para se tornar um político, já que isso “mancharia” a reputação da família, ele parece lamentar o fato de sua sexualidade não ser levada a sério enquanto desenvolve uma admiração possivelmente romântica com Tsukimi, tendo remarcado “Você lembra que eu ainda sou tecnicamente um homem, né?” (Omori, 2010). Nesse sentido, Ferrarini, Meireles e Sartor (2022) exploram a sexualidade e subjetividade sob uma perspectiva

histórico-cultural, destacando que as identidades de gênero e sexualidade são construções sociais profundamente influenciadas por contextos históricos e culturais. Na narrativa, percebe-se como os personagens são moldados por essas forças sociais, ao mesmo tempo que encontram formas de subvertê-las. O processo de autodescoberta de Tsukimi, por exemplo, reflete uma luta interna influenciada pelas expectativas culturais sobre o que significa ser mulher, enquanto Kuranosuke se utiliza de sua performance de gênero como um ato de expressão pessoal, mas também como uma ferramenta para navegar os espaços que ele deseja ocupar. Não é incomum que animes ou mangás direcionados ao público feminino, mesmo os mais antigos, explorem temas como gênero e sexualidade (Bailey, 2017). Embora *Kurage Hime* não seja perfeita em seu retrato desses temas, aborda-os de forma honesta e respeitosa, abrindo caminho para mais histórias que explorem questões de gênero e sexualidade de formas relevantes para a sociedade na qual foram criados, já que, enquanto houver diversidade na expressão dessas identidades, haverá histórias a serem contadas.

Hayssa Yasmin Wieczorkowski Vanes

Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS

BAILEY, C. E. Prince charming by day, superheroine by night? Subversive sexualities and gender fluidity in revolutionary girl utena and Sailor Moon. Monash University, 21 maio 2017. Disponível em: https://bridges.monash.edu/articles/journal_contribution/Prince_Charming_by_Day_Superheroine_by_Night_Subversive_Sexualities_and_Gender_Fluidity_in_Revolutionary_Girl_Ute_na_and_Sailor_Moon/5027597?file=8492111. Acesso em: 8 dez. 2024

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMARGO, S. A. P. de; SAMPAIO NETO, L. F. de. Sexualidade e gênero. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, Sorocaba**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 165–166, 2018.

FERRARINI, N. L.; MEIRELES, V. H. B; SARTOR, G. A. Sexualidade e subjetividade: uma perspectiva cultural-histórica. *In* BONATO, F. R. C.; FERRARINI, N. L. **Gêneros e sexualidades em cena**. Curitiba: (editora) 2022. No prelo.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2015.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.

TAKAHIRO Omori. *Princess Jellyfish*. Fuji TV, Japão, 2010.

Pósfacio e Agradecimentos

Serafim Lissa Koga

Depois do mosaico, o caminho aberto

O que se lê nas páginas anteriores é um mosaico em movimento formado por diversas análises, ensaios, leituras de filmes e séries, relatos e experimentações que nasceram de uma experiência situada, concreta e compartilhada. O que começou como disciplina optativa em Psicologia na UFPR, “Subjetividade, Sexualidade e Gêneros”, ultrapassou a moldura de um plano de ensino e se tornou pesquisa viva, criação coletiva e implicação ética. A colagem, assumida como método e estética desde o início, também se afirmou como posição política: não existe uma síntese única capaz de dar conta do que gênero e sexualidade produzem. Existem choques, atravessamentos, silêncios, invenções. Existem sujeitos, no plural, disputando e compondo sentidos.

A aposta que orientou este volume foi simples e exigente: tratar a mídia menos como vitrine e mais como espaço de construção subjetiva. Os textos leem imagens, sons e roteiros como dispositivos de poder e de criação, capazes de estreitar horizontes ou de abrir caminhos, expandindo as categorias pensáveis. Quando uma narrativa insiste e se repete em estereótipos, empobrece o horizonte de existência; quando arrisca outras figuras, desloca as gramáticas do reconhecimento e abre passagens para modos de vida fora do script hegemônico.

O eixo do livro se apresenta em formas interseccionais, atentas às articulações entre raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência e geração. Trata-se de um olhar que recusa a homogeneização e afirma a pluralidade como condição de análise. A Psicologia, nesse

horizonte, não aparece como ferramenta para normatização da vida humana, mas como espaço de escuta, de crítica e de intervenção ética. A experiência se impõe como crítica viva às possíveis lacunas da teoria e, dessa tensão, emerge uma escrita que ganha corpo: despatologiza diferenças, denuncia violências, e afirma práticas transformadoras, atravessando a clínica, a escola, as políticas públicas, as telas e os cotidianos onde se disputam modos de existir.

A maior parte dos textos parte da cultura audiovisual contemporânea, ao constituir um terreno comum no qual tanto se cristalizam hegemonias quanto emergem ensaios de futuro. A aprendizagem vincula análise conceitual à leitura implicada de obras, valorizando repertórios que estudantes efetivamente habitam. É nesse gesto que a universidade se faz permeável sem abdicar do rigor.

Se um posfácio pode permitir um desejo, que seja este: que estes textos circulem para além do circuito acadêmico, encontrem estudantes, profissionais de saúde mental, pessoas da cultura e movimentos sociais, e retornem à universidade com currículos interseccionais, estágios e clínicas-escola comprometidos com terapia afirmativa e ações de extensão que consolidem redes de cuidado e pesquisa aplicada.

Por fim, vale o registro: a representatividade não é um adereço simbólico para compra e venda. Ela amplia o campo do possível, tensiona silêncios, desarma discursos que empurram pessoas para as bordas e legitima a invenção de si. Este trabalho é coletivo e processual: exige pesquisa, docência, clínica, arte, política — e coragem acadêmica para sustentar contradições sem recair em soluções fáceis. Se chegamos até aqui, é porque muitas mãos e vozes insistiram e defenderam que a universidade pode e deve ser um lugar de produção de futuro.

Agradecimentos

Nada do que se lê aqui seria possível sem o gesto coletivo que nos guiou desde o início. Este livro não nasceu do esforço isolado de algumas pessoas, mas da soma de experiências, da escuta aberta e da disposição em transformar o espaço de uma disciplina em terreno fértil para criação. É fruto de vozes que se encontraram, se desafiaram e se somaram, de trajetórias que, mesmo distintas, se permitiram partilhar reflexões, dúvidas e descobertas.

A cada pessoa que atravessou este processo com generosidade — seja conduzindo debates, trazendo repertórios, propondo análises, arriscando escritas, tensionando consensos ou simplesmente oferecendo presença atenta — deixamos aqui nossa gratidão. O resultado não é uniforme, nem poderia ser: é múltiplo, é contraditório, é colagem. E é justamente nessa diversidade que reside sua força.

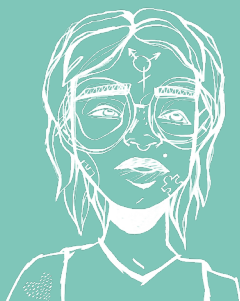
Foi preciso cuidado para costurar tantas vozes sem apagar singularidades. Foi preciso abertura para sustentar estilos diferentes sem perder a coerência do conjunto. Essa costura é, por si só, um exercício político: reconhecer que o conhecimento se faz em rede, que a pluralidade não é obstáculo, mas condição. Assim, este livro não é apenas registro de um percurso acadêmico, mas também testemunho de um modo de fazer — coletivo, experimental, comprometido com a vida real.

Agradecemos também às pessoas e coletivos que, dentro e fora da universidade, inspiram e sustentam a luta por práticas afirmativas. Movimentos sociais, redes de ativismo, projetos de extensão e iniciativas culturais que insistem em interseccionar teoria, clínica e política pública nos lembram diariamente que a transformação é possível e necessária. São esses encontros que ampliam o horizonte, que atravessam nossas práticas e nos convocam a agir.

E a você, que lê estas linhas finais: este livro só se completa no seu gesto de leitura. Cada página ganha nova vida quando se

torna diálogo, cada conversa pode se transformar em ação. Talvez um capítulo seja levado para uma sala de aula, talvez outro ajude a repensar uma prática clínica, talvez um terceiro desperte em alguém a coragem de escrever sua própria análise. O que importa é que a circulação continue, que as ideias se multipliquem, que a escuta permaneça aberta.

Se este livro nasceu de confiança e coautoria, que siga abrindo caminhos com a mesma vitalidade que o originou. O conhecimento se fortalece quando partilhado, e a universidade pode ser espaço de invenção — então que suas produções sejam reconhecidas e tratadas com a potência que possuem.



Este livro é um mosaico de vozes, experiências e reflexões que atravessam os campos do gênero, da sexualidade e da mídia. Nasceu de uma disciplina universitária, mas ultrapassa em muito os limites da sala de aula. Aqui, teoria e prática se entrelaçam, e o conhecimento se constrói como colagem: fragmentado, plural e vivo.

Mais do que uma coletânea acadêmica, este livro é testemunho de um percurso formativo coletivo que assume a subjetividade como processo em constante construção, atravessado por contradições, resistências e criações. Ao longo de suas páginas, ressoa um princípio central: nada sobre nós, sem nós.

Entre a sala de aula e o mundo, entre a mídia e a vida cotidiana, a leitura aqui proposta é convite e provocação: a repensar narrativas, tensionar normas e imaginar futuros mais habitáveis para todas, todos e todes.

